



ALEX ANTÔNIO VANIN
ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA
CAROLINE DA SILVA
ORGANIZADORES

AC
ACERVUS

História do Mundo Rural

o sul do Brasil

Alex Antônio Vanin
Áxsel Batistella de Oliveira
Caroline da Silva
Organizadores

VOLUME IV

História do Mundo Rural

o sul do Brasil



© Dos Autores, 2023

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo dos trabalhos aqui publicados.

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Imagem da Capa

Banco de imagens do Adobe Stock.

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS)
João Vicente Ribas (UPF)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinicius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

H673 História do Mundo Rural [recurso eletrônico]: o sul do Brasil : volume 4 / Alex Antônio Vanin, Áxsel Batistella de Oliveira, Caroline da Silva, organizadores. – Passo Fundo : Acervus, 2023. 15 MB ; PDF.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-65-81266-56-1 (E-book).

1. Política pública. 2. Historiografia. 3. Propriedade rural. 4. Brasil - História. I. Vanin, Alex Antônio, org. II. Oliveira, Áxsel Batistella de, org. III. Silva, Caroline da, org.

CDU: 981

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99686-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
I. O PRONAF NO MUNICÍPIO DE PANAMBI/RS: contribuições e limitações na perspectiva dos atores sociais locais	9
<i>Indaia Dias Lopes</i>	
II. A FRONTEIRA E O ESPAÇO ENQUANTO PRÁTICAS HISTÓRICO-METODOLÓGICAS: ancestralidade na formação das comunidades remanescentes quilombolas no RS	39
<i>Áxsel Batistella de Oliveira</i>	
III. (RE) TERRITORIALIZAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: anos 1980 ao início dos anos 2000	59
<i>Caroline da Silva</i>	
IV. A ASSOCIAÇÃO RURAL DE PASSO FUNDO: organização e atuação de uma entidade associativista na década de 1930	89
<i>Alex Antônio Vanin</i>	
V. O MUNDO RURAL EM NOTÍCIA: a história registrada na imprensa catarinense em 1965	117
<i>Marizete Gasparin Zenaro</i>	

VI. FAMÍLIA, PATRIMÔNIO E TRANSMISSÕES DE PROPRIEDADE ENTRE O SÉCULO XIX E XX NA FAZENDA DO SOCORRO/RS	147
<i>Andréa Pagno Pegoraro</i>	
VII. TERRITORIALIZAÇÃO DE CRUZ ALTA DA GÊNESE À REPÚBLICA: uma revisão historiográfica	177
<i>Maurício Lopes Lima</i>	
VIII. O PRODUTOR RURAL DE PASSO FUNDO/RS: um olhar sobre o filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970)	209
<i>Milena Moretto</i>	
IX. A UTILIZAÇÃO DOS AGROQUÍMICOS EM SOLEDADE/RS ENTRE 1989 E 1990	231
<i>Márcio Comin</i>	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES	255

APRESENTAÇÃO

O quarto volume da coletânea *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*, reúne um conjunto de textos de mestrados e doutorandos que fazem parte do corpo discente do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR), vinculado à linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF).

Os textos desta obra buscam divulgar as pesquisas que veem sendo realizadas pelos membros do NEHMuR, a fim de trazer novas discussões e reflexões que envolvem o mundo rural. O texto inicial, de Indaia Dias Lopes, intitulado *O Pronaf no município de Panambi/RS: contribuições e limitações na perspectiva dos atores sociais locais*, visa identificar as contribuições e limitações do Pronaf na perspectiva no município de Panambi/RS, de 1995 a 2020. A autora, utiliza o recurso metodológico da História Oral a partir de entrevistas realizadas em conformidade com roteiros de entrevistas previamente elaborados.

O segundo texto, do doutorando Áxsel Batistella de Oliveira, denominado *A fronteira e o espaço enquanto práticas histórico-metodológicas e o papel da ancestralidade na formação das comunidades remanescentes quilombolas no Rio Grande do Sul*, está dividido em duas partes. A primeira, busca discutir a definição de fronteira, espaço e região e, a segunda, procura justificar a opção metodológica de analisar as comunidades remanescentes de quilombolas enquanto uma fronteira/espaço de conflito que busca por reconhecimento social e jurídico, além de trabalhar a ancestralidade dos povos negros como forma de identificar uma região (comunidade), para demonstrar como se deu a formação e manutenção destes povos e qual a importância deste conceito para a legitimação da posse da terra.

O terceiro texto da obra intitulado (*Re*) *territorialização, movimentos sociais e reforma agrária no Rio Grande do Sul entre 1980 e início dos anos 2000* da doutoranda Caroline da Silva, tem por objetivo contextualizar como a criação de assentamentos rurais em propriedades desapropriadas por interesse social, fez com que regiões do estado passassem por um processo de re-territorialização, dando nova significância à produção agrícola e agropecuária. Para tal, a autora faz o mapeamento dos assentamentos criados entre as décadas de 1980-1990 a partir de processos administrativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O quarto texto, de autoria de Alex Antônio Vanin, *A Associação de Rural de Passo Fundo: organização e atuação de uma entidade associativista na década de 1930*, aborda a formação da Associação Rural de Passo Fundo e sua atuação no município durante as décadas de 1930 e 1940, no contexto de reorganização da economia nacional no setor produtivo, levado à cabo pelo Estado brasileiro ao longo da década de 1930. Por meio de declarações, manifestos e publicações da Associação Rural em periódicos da imprensa passo-fundense e estadual, o autor intenta traçar um panorama dos

objetivos dessa instituição representativa dos interesses desse setor da sociedade civil e o desenvolvimento de suas atividades em âmbito local no período, enfocando na organização da Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo, realizada nos anos de 1939 e 1940.

O Mundo Rural em notícia: a história registrada na imprensa catarinense em 1965, é o quinto texto de nossa obra e foi escrito pela doutoranda Marizete Gasparin Zenaro, que busca analisar o espaço que a temática rural ocupava na imprensa escrita catarinense no jornal *O Estado*, em 1965, especificamente entre 08 de abril e 03 de outubro, período este que o Congresso Nacional aprovou a emenda das eleições diretas em onze estados brasileiros e realizou a eleição. Santa Catarina era um deles. O jornal *O Estado* era a órgão de imprensa de maior circulação catarinense, portanto, serviu de fonte de pesquisa nas suas 116 edições publicadas no período supracitado.

O sexto texto, *Família, Patrimônio e Transmissões de propriedade entre o século XIX e XX na Fazenda do Socorro/RS* escrito pela doutoranda Andréa Pagno Pegoraro, tem como objetivo analisar de que modo se procediam as transmissões de propriedade no sul do Brasil entre o século XIX e XX, por meio de um estudo de caso acerca de uma das mais antigas fazendas do atual município de Vacaria, denominada Fazenda do Socorro. Atualmente tombada como patrimônio histórico, foi doada em regime sesmaria a José de Campos Bandemburgo, por volta de 1770.

Falar sobre a história de Cruz Alta sem um recorte temporal bem definido é tarefa difícil e certamente imprecisa, já que trata-se de um espaço territorial quase bicentenário. Procedeu-se a uma discussão a partir da historiografia contemporânea sobre Cruz Alta, referente ao período da constituição inicial da vila até o momento que se considera definitivo de sua configuração fundiária, isto é, a primeira década da do regime republicano. Essa definição se justifi-

ca pelas categorias empregadas nesta análise, que tem a constituição agrária escravista de Cruz Alta como interesse central a partir de três elementos: propriedade, territorialidade e os sujeitos sociais que foram os agentes desse processo. Esta discussão é o sétimo texto da obra, de autoria de Maurício Lopes Lima, intitulado *Territorialização de Cruz Alta - da gênese à República: uma revisão historiográfica*.

O oitavo texto desta obra, intitulado *O produtor rural de Passo Fundo/RS: um olhar sobre o filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970)*, de autoria de Milena Morretto, tem por objetivo analisar a configuração da propriedade rural em Passo Fundo, buscando compreender quem foram os associados Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (STR-PF), entre os anos de 1962 a 1970. A autora, utilizou como fontes as fichas de filiação ao STR/PF, presentes no arquivo particular da entidade, nas quais observa-se a descrição dos filiados e de suas propriedades rurais.

O nono e último texto de nossa obra, compreende a pesquisa de Márcio Comin, intitulado *A utilização dos agroquímicos em Soledade/RS entre 1989 e 1990*, que tem por objetivo central interpretar como o jornal *Folha de Soledade* tratou acerca da utilização de agroquímicos nas lavouras de Soledade no final da década de 1980. O autor buscou responder de que maneira o jornal se posicionou diante dos impactos ambientais causados pela ampliação do uso dos agroquímicos nas lavouras.

Assim, fechamos este volume da coletânea *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*, cientes de que os textos apresentados aqui são fundamentais e importantes para o amplo diálogo que permeia as questões relacionadas ao Mundo Rural. Desejamos que essa seja uma proveitosa leitura a todos.

Os Organizadores

Março de 2023.

I

O PRONAF NO MUNICÍPIO DE PANAMBI/RS:

*contribuições e limitações na
perspectiva dos atores sociais locais*

INDAIA DIAS LOPES

A agricultura familiar desempenha significativo papel em todo o mundo e contempla uma categoria social e econômica que é heterogênea, diversificada, estratificada e multifacetada. Conforme Graeub *et al.* (2016), estima-se que existam em torno de 500 milhões de agricultores familiares no mundo, que produzem aproximadamente 80% da alimentação mundial.

No Brasil, assim como em outros países, a agricultura familiar ocupa papel de destaque. Os dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017 (IBGE, 2019) revelam que a agricultura familiar brasileira representa em torno de 77% do total dos estabelecimentos agropecuários do país, concentra 67% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, porém, ocupa aproximadamente 23% da área total dos estabelecimentos.

A agricultura familiar é um segmento caracterizado por inúmeras desigualdades internas, dificuldades produtivas, de acesso a

terras e ao crédito. Até o final do século XX, a política agrícola brasileira, particularmente após o período do pós-guerra, beneficiou os agricultores detentores de grandes extensões de terra por meio de subsídios fiscais e de crédito (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001), negligenciando a agricultura familiar. Esse segmento não era reconhecido pelo estado brasileiro até a década de 1990 e não havia políticas públicas de crédito que contemplassem essa categoria social em âmbito nacional.

No ano de 1995, em um contexto de intensas reivindicações dos movimentos sociais rurais, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é uma política pública de crédito rural que foi criada com o objetivo de oportunizar o acesso ao crédito à uma população que historicamente estava excluída desse processo.

Em 2020 o Pronaf completou um ciclo de 25 anos de funcionamento, sendo considerado um importante instrumento governamental capaz de oportunizar investimentos aos agricultores familiares para que possam realizar seus projetos produtivos. Porém, desde os anos iniciais foi observada uma tendência de concentração dos recursos dessa política pública no Sul do país, direcionados às categorias de agricultores familiares mais capitalizadas e para *commodities* agrícolas (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; BIANCHINI, 2015; CONTERATO; BRÁZ, 2019), indicando que nessa região o programa é produtivista e seletivo. Portanto, questiona-se se esse processo é verdadeiramente produtivista e seletivo.

Os municípios brasileiros possuem características distintas e especificidades locais e é no nível local que o Pronaf é operacionalizado a partir do envolvimento de diferentes atores sociais. Nesse contexto, vários autores vêm realizando estudos empíricos sobre

o Pronaf tanto em nível regional, quanto local (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014; FEITOSA, 2015; GUEDES; CARVALHO, 2017; STOFFEL; RAMBO; EBERHARDT, 2020). Sem afastar-se dos objetivos mais gerais que norteiam as referidas pesquisas, este estudo busca prover elementos analíticos para a compreensão do Pronaf no nível local e tem como objetivo identificar as contribuições e limitações dessa política pública na percepção de atores sociais do município de Panambi, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), de 1995 a 2020.

Este município foi selecionado em razão de suas características históricas, com uma agricultura muito próspera desde a colonização (ROCHE, 1969) e a expressiva organização da agricultura familiar em cooperativas e associações.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de caso e insere-se na perspectiva da História Local. Para Barros (2013), em um país caracterizado por significativas diferenças geográficas, culturais e naturais como o Brasil, o nível local vem se constituindo em um importante espaço para a prática historiográfica.

Como recurso metodológico utiliza-se da História Oral (ALBERTI, 2008), a partir de entrevistas abertas ou em profundidade realizadas em conformidade com Roteiros de Entrevistas previamente elaborados. Foram entrevistados oito interlocutores selecionados entre sujeitos com relação direta com a política pública no município *locus* da pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados, a autora optou por ocultar os nomes dos sujeitos. Neste capítulo são citados alguns fragmentos das entrevistas, que foram identificados pelas iniciais das categorias de sujeitos entrevistados, seguidos pelo número da ordem de realização da entrevista.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento deste estudo foram: legislações, dados do financiamento do Pronaf obtidos na

Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR¹) e no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen²), Censos Agropecuários do IBGE e fontes orais produzidas a partir de entrevistas diretas. A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), utilizando-se da técnica de análise categorial.

COMPLEXIDADE E DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Os estudos sobre a agricultura familiar revelam que esta é uma forma social reconhecida e legitimada em parcela significativa dos países desenvolvidos que possuem uma estrutura agrária composta por um número expressivo de explorações, cujo trabalho dos membros da família não só é majoritário, como possui poder de decisão (SCHNEIDER, 2003).

No Brasil, a agricultura familiar abrange significativa diversidade econômica e heterogeneidade social e compõe-se de um grupo social formado por pequenos proprietários de terra que desenvolvem suas atividades produtivas por meio da majoritária utilização da força de trabalho dos membros familiares, produzem para seu próprio consumo e também para comercializar (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

A produção familiar é caracterizada pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo que, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Neste sentido, para Lammarche (1993, p. 15) a exploração familiar corresponde a:

¹ Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

² Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

[...]uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Na mesma perspectiva, Abramovay (1998, p. 146) explica que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Sob uma perspectiva histórica, essa categoria, que no período recente é chamada de agricultura familiar, sempre foi caracterizada por ser diferenciada no Brasil. É preciso salientar que a referida categoria, mesmo contemplando uma diversidade de atores sociais do meio rural, como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou de subsistência, campesinato, dentre outras, representa avanços quanto as características que possuíam no passado (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Segundo Tedesco (2006, p. 19) há “um sistema de valores, códigos, crenças e regras formando um *habitus* mutável, nem sempre

no sentido linear evolucionista de aperfeiçoamento que articula a relação entre agricultura familiar e modernização social e técnica”. Assim, pressupõe-se que há na agricultura familiar características, códigos e valores que são transmitidos ao longo das gerações, mas também novas formas que são incorporadas e que contribuem para a construção do futuro e para se adaptar aos novos processos sociais.

No decorrer de sua trajetória econômica, a agricultura familiar assume múltiplas funções. Este setor compreende desde uma elevada franja periférica, até uma parcela de agricultores mais capitalizados e inseridos em mercados convencionais (AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; SCHNEIDER, 2016).

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil ocorreu principalmente em função de três fatores: 1) após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), ocorreu a retomada do movimento sindical no país; 2) no início da década de 1990, ocorreu uma intensificação do debate feito particularmente por cientistas sociais acerca do papel da agricultura familiar no Brasil; e, 3) com a criação do Pronaf, ocorreu o reconhecimento deste segmento social por parte do Estado e das políticas públicas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

A Lei nº 11.326/2006 definiu oficialmente a agricultura familiar no país e tem objetivos operacionais e para fins de políticas públicas, delimitando o tamanho da propriedade, o predomínio da mão de obra e a origem da renda (BELIK, 2015).

BREVE TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal para a agricultura familiar enquanto categoria social, oportunizando novos espaços para participação social, reconhecendo direitos para

esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015a) e possibilitando a criação de políticas voltadas a este segmento (WANDERLEY, 2017).

Nesse período, também ocorreu uma mudança paradigmática nos estudos rurais brasileiros, que apresentavam resultados positivos economicamente da agricultura familiar em países desenvolvidos, evidenciando que esta categoria social conseguia se adaptar a contextos sociais e econômicos diferentes. Entre os estudos desenvolvidos, quatro destacaram-se e contribuíram decisivamente para a noção de agricultura familiar no país: Veiga (1991), Abramovay (2007³), Lamarche (1993) e FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (1994). Tais estudos indicavam a possibilidade de adaptação da agricultura familiar, evidenciavam suas diferentes estratégias de reprodução social e sugeriam a criação de políticas públicas direcionadas a esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015b).

O relatório publicado pela FAO/INCRA em 1994 é considerado como um marco nos estudos acerca da agricultura familiar no Brasil e no tocante a formulação de políticas públicas para esse segmento. Conforme o referido estudo, a agricultura familiar foi dividida em três grupos: a) consolidada, b) em transição e, c) periférica.

Os resultados do relatório supracitado influenciaram significativamente a construção do Pronaf e indicavam que os grupos consolidados e em transição deveriam ser priorizados, pois conseguiriam responder de forma mais rápida aos estímulos de crédito. No entanto, os agricultores familiares periféricos teriam mais dificuldades de se encaixar na política pública e deveriam ter como foco as políticas assistenciais.

Em 1994, resultando principalmente das mobilizações dos movimentos sociais rurais e influenciado também pelo já referido

³ Esta obra foi originalmente publicada em 1992.

estudo da FAO/INCRA, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) implementou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), um programa de crédito destinado aos pequenos agricultores (FAO, 2005).

O Provape não obteve resultados significativos em termos de recursos para os agricultores familiares, mas, significou um importante avanço para a construção de uma política pública diferenciada. Nesse contexto, o Pronaf sucedeu o Provape e foi instituído por meio da Resolução nº 2.1919/1995 do Bacen, representando o reconhecimento do Estado à agricultura familiar (GRISA, 2012; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

No período da criação do Pronaf, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso (FHC⁴). Segundo Grisa (2012), durante este governo haviam divergências em relação a uma política pública para a agricultura familiar. Havia uma vertente do governo que apoiava a agricultura familiar e reconhecia sua importância para o desenvolvimento rural do país. De outro lado, e aí estava inserido o Presidente da República, havia outra vertente que embora reconhecesse a importância da agricultura familiar, vislumbrava para esta categoria um horizonte de políticas sociais e não de uma política de crédito tal como o Pronaf. Para esta vertente do governo a prioridade era a agricultura não-familiar ou patronal.

O Pronaf iniciou no ano safra 1995/1996, com diversos entraves estabelecidos pelos bancos para liberação de recursos. Como resultado, foi liberada a quantia de R\$ 89 milhões em 33.227 operações de crédito de custeio, tendo a região Sul como protagonista, utilizando 25.216 operações, em sua maioria, direcionadas à cadeia produtiva do fumo (BIANCHINI, 2015).

⁴ FHC governou o Brasil de 1995 a 2000 e era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O governo FHC seguia os preceitos neoliberais, com uma proposta de desenvolvimento endógeno, buscando reduzir a presença e a atuação do Estado.

Outro fato marcante na trajetória do Pronaf ocorreu no ano de 1997, com a mobilização de um grupo de pequenos agricultores no RS, que fizeram uma greve de fome de 17 dias. Entre as reivindicações, estava a exigência por uma linha de crédito subsidiado que contemplasse os agricultores em condições menos favorecidas. Ocorreram mobilizações em cinco regiões desse Estado, que tiveram origem ainda em 1996 em razão de um período de estiagem. Como resultado a essas manifestações, o governo lançou uma linha de crédito no Pronaf, que ficou conhecida como “Pronafinho”, com vistas ao atendimento das demandas desses agricultores que apresentavam dificuldades no acesso aos recursos do programa (GRISA, 2012).

Em 2002, foi eleito no Brasil o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente como Lula. Conforme Passini e Schneider (2020), este governo pautou-se no desenvolvimento endógeno com vistas à sociedade se apropriar da riqueza produzida, com o Estado atuando de maneira a promover o desenvolvimento a partir de políticas públicas inclusivas e com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social.

Segundo Grisa e Flexor (2014), a eleição do Presidente Lula em 2002 abriu espaço para novas ideias e para que o ambiente institucional, já propiciado pelo Pronaf, pudesse ser aproveitado com a inserção de ações direcionadas à agricultura familiar. Após o ano de 2003, ampliou-se o debate sobre as demandas da agricultura familiar e ocorreram várias mudanças, entre elas, a retomada de um debate iniciado no governo anterior relacionado ao enfoque territorial das políticas públicas (MEDEIROS; GRISA, 2019).

Em 2007 eclodiu a crise alimentar mundial, com a elevação do preço das *commodities* e desabastecimento de alimentos em vários países do mundo. Nesse contexto, em 2008 o governo brasileiro criou o Pronaf Mais Alimentos, uma linha de financiamento de investi-

mento cujo objetivo era propiciar aos agricultores condições de recuperar sua infraestrutura rural para produzir alimentos recorrendo à aquisição de tratores, veículos agrícolas e investimentos em capitais fixos das propriedades rurais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Schneider, Cazella e Mattei (2021) descrevem o período compreendido entre 1994 a 2014 como “os anos dourados” da agricultura familiar brasileira, onde houveram muitos avanços com a criação de políticas públicas. A partir de 2015, o ambiente político e de conformidade que propiciou o desenvolvimento do Pronaf mudou e não há perspectivas de que possa emergir no cenário político recente a quarta geração de políticas públicas, tal como mencionada por Grisa e Schneider (2015a).

CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO DE PESQUISA E DADOS GERAIS SOBRE O PRONAF EM PANAMBI/RS

O município de Panambi, selecionado como espaço da pesquisa empírica desse estudo situa-se na mesorregião noroeste do estado do RS e caracteriza-se por uma agricultura muito próspera, desde a colonização (ROCHE, 1969). Possui expressiva organização da agricultura familiar em cooperativas ou associações. Há autores (ZELLER; SCHIESARI, 2020) que vinculam os resultados positivos do Pronaf à participação dos agricultores familiares nessas instituições. Na Tabela 1 apresenta-se o número, a área e o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município de Panambi.

Grupos de área total (ha)	Nº estabelecimentos (unidades)	%	Área estabelecimentos (ha)	%	Pessoal ocupado	%
De 0 a menos de 20 ha	472	55,6	3.621	9,5	1.072	49,9
De 20 a menos de 50 ha	214	25,2	6.313	16,7	536	24,9
De 50 a menos de 100 ha	96	11,3	6.087	16	276	12,8
De 100 a menos de 500 ha	56	6,6	10.221	26,9	226	10,5
De 500 ha e mais	11	1,3	11.735	30,9	40	1,9
Total	849	100	37.977	100	2.150	100

TABELA 1. Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Panambi/ RS, 2017. Fonte: IBGE (2019).

Grande parte dos estabelecimentos agropecuários que possuem área com menos de 100 ha são ocupados por agricultores familiares. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 1) revelam que, no caso de Panambi, 92,1% dos estabelecimentos se enquadram nessa faixa de área e ocupam 42,1% da área total dos estabelecimentos. Enquanto 7,9% dos estabelecimentos com 100 ha ou mais ocupam 57,9% da área total dos estabelecimentos, indicando uma inversão de representatividade. Além disso, 87,6% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nesse município concentram-se em grupos de área de menos de 100 ha.

O tamanho do módulo fiscal varia nos municípios brasileiros, sendo em Panambi, de 20 ha. Assim, para acessar uma linha de crédito do Pronaf, além de outros requisitos previstos na legislação, em Panambi, os agricultores familiares devem comprovar possui até 80 ha.

Os dados do número de contratos e do volume de recursos do Pronaf no município de Panambi, do ano safra 1999/2000 a 2019/2020 podem ser conferidos na Tabela 2.

Ano/safra	Nº contratos	Volume de recursos (R\$)	Valor médio dos contratos (R\$)
1999/2000	660	R\$ 1.796.924,00	2.723
2000/2001	660	R\$ 1.831.210,00	2.775
2001/2002	681	R\$ 2.135.048,00	3.135
2002/2003	663	R\$ 2.223.166,00	3.353
2003/2004	777	R\$ 3.863.412,00	4.972
2004/2005	562	R\$ 3.384.018,00	6.021
2005/2006	695	R\$ 3.881.772,00	5.585
2006/2007	770	R\$ 5.185.241,00	6.734
2007/2008	904	R\$ 7.469.301,00	8.263
2008/2009	905	R\$ 10.205.683,00	11.277
2009/2010	1.380	R\$ 10.759.998,00	7.797
2010/2011	942	R\$ 11.849.583,00	12.579
2011/2012	871	R\$ 12.922.740,00	14.837
2012/2013	1.259	R\$ 15.166.904,00	12.047
2013/2014	1.002	R\$ 18.372.999,00	18.336
2014/2015	850	R\$ 16.064.029,00	18.899
2015/2016	690	R\$ 15.565.727,00	22.559
2016/2017	763	R\$ 19.651.469,00	25.756
2017/2018	814	R\$ 21.729.965,00	26.695
2018/2019	797	R\$ 23.975.116,00	30.082
2019/2020	849	R\$ 60.259.125,00	70.977

TABELA 2. Evolução da política de crédito do Pronaf no município de Panambi, 1999-2020 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bacen (2012; 2020).

Os dados da Tabela 2 revelam uma tendência de elevação no número de contratos a partir do ano safra 2009/2010, com redução e estabilização após esse período. Destaca-se que o significativo aumento do número de contratos no ano safra 2009/2010 não é acompanhado na mesma proporção do volume de recursos utilizados em Panambi. Esse comportamento pode estar associado às mudanças que ocorreram a partir da criação do Plano Safra Mais Alimentos que foi lançado em 2008.

Conforme Delgado (2012), com o Plano Safra Mais Alimentos o governo teve como intuito formular uma nova política de longo prazo para a agricultura familiar que, em face da crise alimentar internacional, fosse capaz de fortalecer o mercado interno, contribuindo para proteger o poder de compra dos brasileiros através da elevação da oferta de alimentos.

O Plano Safra Mais Alimentos promoveu importantes mudanças no Pronaf, entre elas, a criação de uma linha de crédito que foi utilizada em grande escala para a tecnificação de agricultores familiares, através da aquisição de tratores, máquinas, implementos agrícolas, com destaque para agricultores do RS, que estão mais integrados às cadeias agroindustriais e aos mercados agroalimentares e, sendo assim, conseguem acessar essa linha de crédito de maneira mais fácil (DELGADO, 2012; BIANCHINI, 2015).

Porém, Delgado (2012) destaca que as mudanças ocorridas no Pronaf propiciaram uma reconcentração dos recursos do programa na região Sul do país, favoreceram a aquisição de tratores por agricultores familiares dessas regiões e tornaram o acesso ao crédito mais fácil por parte dos agricultores familiares, cooperativas e agroindústrias de grande porte.

Tomando como referência o número de estabelecimentos agropecuários em Panambi apresentados na Tabela 1 (IBGE, 2019), com o número de contratos concedidos pelo Pronaf nesse município, nesse mesmo ano (Tabela 2), chega-se aos seguintes dados: em Panambi há 849 estabelecimentos agropecuários e no ano safra 2019/2020 foram realizados 849 contratos do Pronaf, indicando uma procura por recursos do Pronaf significativamente relevante.

Ainda na Tabela 2, verifica-se que o valor médio dos contratos após alguns anos de oscilação, segue uma tendência de elevação após o ano/safra 2009/2010. Uma das explicações para o aumento

no valor médio dos contratos pode residir na criação de linhas ao longo dos anos e na ampliação do universo de beneficiários do Pronaf, fruto das inúmeras autorizações que ampliaram a renda familiar dos agricultores familiares para o enquadramento no programa (DE CONTI; ROITMAN, 2011).

No Gráfico 1, apresenta-se os principais produtos financiados pelo Pronaf nas modalidades de custeio agrícola e pecuário no município de Panambi, no período de 2013⁵ a 2020.

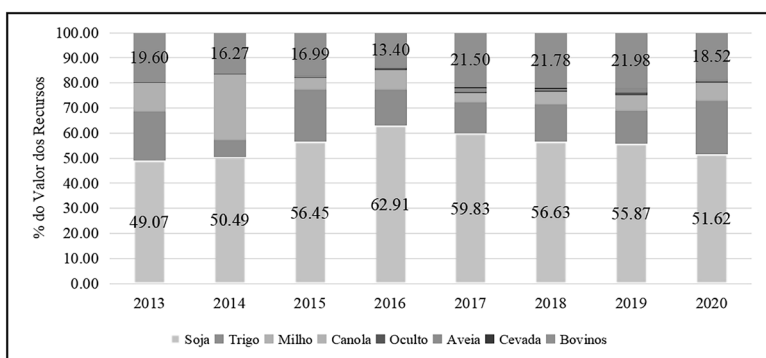


GRÁFICO 1. Distribuição dos recursos aplicados pelo Pronaf (em %) nas modalidades de custeio agrícola e pecuário, por produto, Panambi, 2013-2020. Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Bacen (2020).

No município de Panambi, os principais produtos financiados pelo Pronaf entre as modalidades de custeio agrícola e pecuário, no período de 2013 a 2020, foram soja, trigo e milho, conforme observa-se no Gráfico 1. Note-se que o destaque em todo o período é para a cultura da soja, variando de 49,07% a 51,62%.

⁵ Os dados sobre as modalidades do Pronaf por município e produto de atividade agrícola são divulgados na MDCR do Bacen apenas a partir do ano de 2013 (CONTERATO; BRÁZ, 2019). A autora não conseguiu acesso a esses dados para o período de 1995 a 2012. No Anuário Estatístico do Crédito Rural do Bacen não estão compilados esses dados por municípios.

A soja é a atividade econômica mais importante da mesorregião noroeste do RS. Essa cultura foi impulsionada pela crescente demanda internacional com preços atrativos na década de 1970. Compondo o binômio trigo-soja, essa cultura contribuiu para fomentar o processo de modernização da agricultura na região, mecanizando as lavouras e, em consequência, aumentando o êxodo rural e a urbanização (TRENNEPOHL, 2011). Em Panambi, a soja é uma das cinco principais culturas, representando 74,5% do total de hectares plantados no município (SEBRAE, 2019) e é um dos principais cultivos financiados pelo Pronaf nesse município.

O Pronaf foi criado com o discurso de fortalecer a agricultura familiar e estimular a produção de alimentos voltado ao abastecimento do mercado interno, porém, o que se percebe nesse município é parte majoritária dos recursos dessa política destinados à uma cultura de exportação⁶.

Conterato e Braz (2019) destacam que a grande contradição do Pronaf consiste em apoiar um modelo que promove uma produção diversificada ou privilegiar um modelo que se encaixa nos mesmos moldes do agronegócio, priorizando agricultores familiares consolidados.

CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PRONAF EM PANAMBI: *a perspectiva dos atores sociais locais*

No primeiro ano de funcionamento do Pronaf, o município de Panambi vivenciava um contexto onde muitos agricultores familiares necessitavam de máquinas, de insumos, de melhorias nas

⁶ O Brasil é o maior produtor mundial de soja, porém, mais de 70% dessa produção é exportada para outros países (CONAB, 2020; EMBRAPA, 2021).

infraestruturas das propriedades para desenvolverem suas atividades produtivas. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater⁷) municipal teve um papel de destaque na mediação do Pronaf nesse município, sendo uma das principais instituições que fez a divulgação do programa junto aos agricultores familiares, organizando reuniões, eventos, treinamentos, buscando passar a ideia de que essa política pública traria benefícios para as famílias rurais.

Sobre as principais categorias de agricultores familiares que participaram nos anos iniciais do programa em Panambi, o entrevistado evidencia que:

Primeiro, eram aqueles que tinham uma maior integração com os bancos, cooperativas e que tinham um papel de disseminadores. A adesão inicial era de muita desconfiança que as regras poderiam mudar por parte dos bancos e muitos não queriam ficar presos ao banco (Extensionista rural, funcionário aposentado da Emater, 2020).

Identificou-se que os agricultores familiares que mais utilizaram recursos do Pronaf em Panambi foram os que já estavam integrados às instituições financeiras. Conforme percebeu-se nas entrevistas realizadas, esses agricultores também tinham o papel de promotores da política pública, ou seja, ao recorrer aos recursos do Pronaf também divulgavam o programa, atraindo mais agricultores para a utilização desse financiamento. Esse perfil também possibilitava resultados

⁷ A Emater/RS-Ascar é a instituição oficial de extensão rural do Rio Grande do Sul e, através de seus escritórios municipais, está presente em todos os 497 municípios do estado. Em sua trajetória de 65 anos, é considerada referência em termos de utilização de metodologias de comunicação e de Ater e executa as principais atividades no que diz respeito a programas e políticas públicas (EMATER/RS-ASCAR, 2020), como no caso do Pronaf. A Emater desempenha importante papel na trajetória do Pronaf, atuando de diferentes formas junto aos agricultores familiares.

mais imediatos, o que para os técnicos da Emater era visto de forma positiva, e para as instituições financeiras também, pois além de estarem mais familiarizados com as questões burocráticas, representavam um público com menor probabilidade de inadimplência.

A partir das entrevistas realizadas, percebe-se que os mediadores do Pronaf no âmbito municipal (Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e instituições financeiras) buscaram atuar em forma de parcerias, com estratégias para atrair os agricultores familiares com potencial de aderir a esse programa.

O estudo realizado em 1994 pela FAO/INCRA, as principais demandas das representações dos agricultores familiares e as propostas do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) criaram com o Pronaf uma espécie de modelo de agricultor familiar, que produzia para as principais cadeias da agricultura brasileira, utilizava insumos externos, mecanização, mas se encaixava nos requisitos elaborados para essa política pública. Esse era o perfil de agricultor familiar do Sul do Brasil (SABOURIN, 2017) e foi também mencionado pelos entrevistados em Panambi como o público que inicialmente aderiu ao Pronaf no município e que os mediadores locais do Pronaf buscaram integrar ao programa.

No município de Panambi, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o escritório da Emater municipal são os responsáveis pela emissão da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP⁸). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais faz apenas a emissão de DAP e atua como promotor da política pública; já a Emater, emite a DAP, elabora os Projetos Técnicos de Financiamento e acompanha a execução dos projetos nas propriedades dos agricultores.

⁸ A DAP é um documento de identificação do agricultor familiar, pode ser emitida por sindicatos que sejam filiados à Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag) e à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e por empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e é considerado um importante instrumento de acesso a outras políticas públicas para a agricultura familiar, além do Pronaf.

Nem todos os Projetos Técnicos de Financiamento são elaborados pela Emater nesse município, alguns são realizados por escritórios privados e habilitados para este tipo de serviço e as cooperativas fazem este papel. Por essa razão, tornou-se difícil estimar quantos Projetos Técnicos de Financiamento para recursos do Pronaf foram encaminhados anualmente.

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos agricultores familiares entrevistados.

Identificação	Renda Familiar Bruta Mensal	Área (ha)	Tipo de produção	Modalidade do Pronaf	Recebe Assistência Técnica	Instituição financeira
AF1	11,5 salários mínimos	35	Soja, trigo e milho	Custeio e investimento	Cooperativa	Sicredi
AF2	4,5 salários mínimos	60	Citrus, ovinos, agroindústria de ovinos com abatedouro e soja	Custeio agrícola e pecuário	Emater	Sicredi
AF3	28 salários mínimos	75,9	Soja, trigo e milho	Custeio e investimento	Empresa privada	Banco do Brasil
AF4	1 salário mínimo	10	Soja e agroindústria de panificados	Custeio e investimento	Emater	Banco do Brasil
AF5	7,6 salários mínimos	5	Hortaliças	Investimento	Emater	Sicredi

QUADRO 1. Caracterização dos agricultores familiares entrevistados em Panambi. Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao tamanho das propriedades rurais dos agricultores entrevistados, todas se situam nos limites da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina que para ser considerado agricultor familiar não pode deter área maior que quatro módulos fiscais. Dos agricultores entrevista-

dos, a área das propriedades varia de 10 a 75,9 ha, a maioria está vinculado a uma cooperativa ou associação e têm uma empresa que presta assistência técnica na propriedade, seja da Emater, da cooperativa ou de empresa privada.

Quanto ao tipo de produção, há significativa diversificação, variando de agricultores familiares que produzem hortifrutigranjeiros, aos que se dedicam à produção de grãos. Entre os principais cultivos, identificou-se a cultura da soja como protagonista, mesmo entre os agricultores familiares menos capitalizados. Este não é um fenômeno específico desse município, visto que é uma cultura que tem grande expressão em toda a mesorregião noroeste do Estado. No entanto, um aspecto importante e que corrobora com a análise de outros autores (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021) sobre o Pronaf custeio agrícola no RS é que parte majoritária dos recursos da política pública são direcionadas ao financiamento de *commodities*, como se observou em Panambi também, revelando o caráter contraditório do Pronaf.

O Pronaf foi criado em um contexto onde muitos agricultores familiares do município precisavam de crédito e, conforme o discurso dos próprios agricultores entrevistados, essa política pública vem contribuindo ao longo dos anos para a renovação das máquinas e equipamentos, melhorando a produtividade, reduzindo a necessidade de mão de obra, despertando maior interesse pelos jovens de continuar as atividades desempenhadas pela família no meio rural e, também, contribuindo para as famílias permanecerem no meio rural.

Desde sua formulação e anos iniciais de funcionamento o Pronaf mostrou-se um programa elitista, onde foi feito um esforço para adequar o pequeno agricultor ao grande por meio do apoio do Estado com incentivo financeiro (crédito) para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas visando a modernização da agricultura familiar.

Autores clássicos sobre o estudo do campesinato, como Engels (1981), diziam que o capitalismo no meio rural iria expulsar o camponês, mas nem todos foram expulsos e muitos permaneceram e contam com o apoio do Estado por meio de políticas públicas como o Pronaf.

Entre as principais limitações destacadas pelos agricultores familiares, a burocracia exigida por parte das instituições financeiras é apontada como um dos principais problemas, visto que para muitos agricultores familiares, acaba se tornando um impeditivo para realizar o financiamento.

Outra limitação identificada, refere-se à conduta das instituições financeiras, que buscam vincular ao financiamento do Pronaf, outros produtos e serviços bancários. O fragmento da entrevista realizada com o agricultor familiar AF3 (entrevista direta) expressa esse problema:

Tem a outra questão ainda, todo mundo diz que não pode ou que na realidade não é legal a instituição fazer, que é a velha venda casada. Na questão do Pronaf ela não pode existir, mas ela ocorre. Quanto mais você trabalha com produtos do Banco lá, a sua agilidade é diferente, no momento que você tranca o pé, a agilidade para as coisas acontecerem é bem pequena. Isso ocorre e não é só em um banco, é difícil ter um banco que não está fazendo isso. (AF3, agricultor familiar, 2020).

O agricultor AF3 enfatiza a prática de venda casada de produtos no âmbito do Pronaf no município de Panambi e ainda esclarece que essa situação ocorreu em mais de um banco. O entrevistado ainda explica que essa prática vem ocorrendo de forma menos explícita nos últimos anos, mas ainda é algo que acontece e se constitui em um limitador. O Pronaf é uma política pública que foi criada com

um objetivo social de atender um público que estava à margem do sistema financeiro, porém, práticas como a relatada pelo entrevistado também vêm sendo identificadas em outros municípios, não estão previstas na legislação do programa e se constituem em limitações para os agricultores familiares.

Há uma parcela de agricultores familiares no município que vêm utilizando o Pronaf para o custeio das suas lavouras, para investimento em máquinas e implementos agrícolas e para melhorias em sua infraestrutura. Muitos agricultores familiares consolidaram-se a partir dos recursos investidos em suas propriedades, conseguiram ampliar sua participação em mercados, principalmente em mercados convencionais e já encontram dificuldades para continuar se enquadrando como um agricultor familiar na questão de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar as contribuições e limitações do Pronaf na perspectiva de atores sociais do município de Panambi (RS), de 1995 a 2020. Reitera-se que o Pronaf é uma política pública que abarca uma categoria complexa, diversificada e que contempla inúmeros atores sociais do meio rural, portanto não é possível generalizar os resultados alcançados com esse programa em sua trajetória de 25 anos de funcionamento. Mas ao mesmo tempo, é preciso dizer que os resultados observados com os dados analisados a nível de país, refletem o que se objetivava desde o desenho inicial do Pronaf utilizando como inspiração o relatório da FAO/INCRA de 1994: uma política pública de crédito rural estruturada para consolidar um estrato da agricultura familiar que já demonstrava condições de se organizar para atuar nos mercados convencio-

nais da agricultura. Tal estrato poderia contribuir para o segmento historicamente priorizado pelo governo brasileiro e já contemplado no período de modernização da agricultura desde a década de 1960.

O Pronaf foi implementado na década de 1990, em um contexto de reivindicação e pressão dos movimentos representativos da agricultura familiar, que buscavam reconhecimento e apoio do Estado. Nos primeiros anos de funcionamento, os segmentos que mais acessaram os recursos do programa foram os agricultores mais capitalizados e integrados ao sistema bancário, principalmente na região Sul do país. Essa situação também foi identificada em Panambi e contou com o apoio da Emater, das instituições financeiras e do sindicato de trabalhadores rurais atuando como promotores da política pública na esfera local.

Com as mudanças ocorridas a partir de 2003, com a transição para um governo que se mostrou sensível ao importante papel que este segmento desempenha para o desenvolvimento rural brasileiro, ocorreram significativas mudanças, como a ampliação das linhas de crédito e a criação de políticas complementares ao Pronaf, o que permitiu ampliar o acesso ao crédito para estratos menos capitalizados da agricultura familiar.

Os dados analisados sobre o destino dos recursos do Pronaf no âmbito local indicam que os recursos da modalidade de custeio estão financiando primordialmente culturas de exportação, voltadas aos mercados que tornam os agricultores vulneráveis e dependentes de grandes cadeias.

Em Panambi identificou-se importante adesão dos agricultores familiares ao Pronaf. As entrevistas realizadas indicam que esse programa é percebido pelos agricultores familiares desse município como um instrumento que contribuiu para a renovação de máquinas e equipamentos agrícolas, em especial a partir no Plano Safra

Mais Alimentos, no ano safra 2008/2009. Em termos de limitações, os entrevistados mencionam os procedimentos burocráticos como principais entraves. Além disso, vários agricultores destacaram algumas instituições financeiras do município praticam a venda casada, priorizando agricultores que utilizam outros serviços bancários além do Pronaf.

O Pronaf inseriu os agricultores familiares em uma lógica modernizante, promovendo a especialização e concentração produtiva, mas não contempla a diversidade dos agricultores familiares, apresentando-se como um programa seletivo, com recursos direcionados principalmente para *commodities* agrícolas.

O atual desenho do Pronaf precisa ser repensado e reformulado para que possa efetivamente fortalecer a agricultura familiar. Da forma como o Pronaf está estruturado e as culturas para os quais a maior parte dos recursos estão sendo direcionados, essa política pública tende a estimular e fortalecer um agricultor familiar empresarial e afastar-se cada vez mais dos objetivos pelos quais foi criada.

O Pronaf é a maior e a mais importante política pública para a agricultura familiar brasileira, completou uma trajetória de 25 anos de funcionamento em 2020, apresentando importantes avanços, mas há inúmeros desafios que ainda precisam ser analisados. Nesse sentido esse trabalho contribui para os estudos rurais com o estudo do Pronaf no município de Panambi, apresentando as particularidades da política pública no nível local. Sugere-se o estudo do Pronaf em municípios com características distintas, buscando identificar elementos que possam auxiliar no avanço da política pública, para que possa efetivamente atender a sua função social, que é de fortalecer a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. 12 anos da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3285>. Acesso em: 20 fev. 2020.

AQUINO, Joacir Rufino de; FREIRE, José Aldemir; CARVALHO, Augusto Carlos A. T. de. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. *Geotemas*, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Anuário Estatístico do Crédito Rural (até 2012)*. Bacen, 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 10 jan. 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D' Assunção. *A Expansão da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BELIK, Walter. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BIANCHINI, Valter. *Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Último levantamento consolida safra recorde de grãos em 257,8 milhões de toneladas. 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3608-ultimo-levantamento-consolida-safra-recorde-de-graos-em-257-8-milhoes-de-toneladas>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê Assis. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 12-34, set./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14001>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê; RODRIGUES, Stefany Reis. A *commoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Grifos*, v. 30, n. 1, p. 190-211, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5578>. Acesso em: 08 jan. 2021.

DE CONTI, Bruno Martarello; ROITMAN, Fábio Brenner. Pronaf: uma evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES*, v. 35, p. 131-168, jun. 2011. Disponível em: https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3364/1/RB%2035%20Pronaf_uma%20an%c3%a1lise%20da%20evolu%c3%a7%c3%a3o%20das%20fontes%20de%20recursos_P.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 85-129, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/868>. Acesso em: 16 abr. 2020.

EMATER/RS-ASCAR. Notícias: Ascar há 65 anos fortalecendo o meio rural gaúcho. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2020. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/multimedia/noticias/detalhe-noticia.php?id=31072#.X2K3TmhKjIU>. Acesso em: 16 set. 2020.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Agropecuária. *Embrapa Soja*: soja em números (safra 2019/2020). 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ENGELS, Friedrich. O problema do camponês na França e na Alemanha. [Tradução de Sandra Brizolla]. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 59-80.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. *Informe Final: Um estudo de caso do Pronaf nos municípios de Orizona e Davinópolis no Estado de Goiás*. Santiago: FAO, 2005.

FAO/ INCRA. Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.

FEITOSA, Osmiriz Lima. *Os impactos do Pronaf aos agricultores familiares na Colônia do Apiaú em Mucajá – RR*. 2015. 189f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2015.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina (Orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 45-68, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/cK8XnrbsJbP8JtXxNYdJWVC/?lang=pt>. Acesso em 23 jul. 2021.

GRAEUB, Benjamin E. *et al.* The State of Family Farms in the World. *World Development*, v. 87, p. 1-15, nov. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001217>. Acesso em: 04 mai. 2020.

GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; FLEXOR, Georges. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: entre ideias, interesses e instituições. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52, 2014, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: UFG, 2014. Disponível em:

<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3645.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015a, p. 161-200.

GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. Brasil: Dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. *In*: SABOURIN, Eric; SAMPER, Mario; SOTOMAYOR, Octavio (Eds). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*. São José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2015b, p. 77-111.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, p. 323-346, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrQFfGg/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GUEDES, Alexandre Augusto Alves; CARVALHO, Daniela Moreira de. Dificuldades e gargalos de acesso ao Pronaf B em Garanhuns – PE. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 13, n. 3, p. 200-222, 2017. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3245>. Acesso em: 18 ago. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 jan. 2020.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 14, n. 34, p. 6-35, dez. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51787>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PASSINI, João José; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil: FHC e Lula. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2020. Disponível em: <https://www.redepp.ufv.br/REDEPP/article/view/85>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 1, p. 139-156, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/j5n8CS6mLFZwdGd-Qs5trgCv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2019.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 265-291.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e plurialidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rz-tr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes*, v. 21, n. 3, p. 11-33, set./dez. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. *A agricultura familiar no Brasil*. Rimisp: Santiago, Chile, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI,

Lauro. *Post Scriptum* ao artigo: “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 42-67, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5660>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Perfil das cidades gaúchas – Panambi*. Sebrae, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Panambi.pdf. Acesso em: 22 mai.2020.

STOFFEL, Janete; RAMBO, Anelise Graciele; EBERHARDT, Patrícia Luiza. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. *Redes*, v. 25, n. 2, p. 809-831, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13602>. Acesso em: 26 mar. 2021.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF, 2006.

TRENNEPOHL, Dilson. *Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83.

ZELLER, Manfred; SCHIESARI, Carolina. The unequal allocation of Pronaf resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 3, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/8LG-6fqTR8579K8YTrqGzW9r/?lang=en>. Acesso em: 07 mar. 2021.

II

A FRONTEIRA E O ESPAÇO ENQUANTO PRÁTICAS HISTÓRICO-METODOLÓGICAS:

ancestralidade na formação das comunidades remanescentes quilombolas no RS

ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA

Por questões metodológicas, este artigo será organizado em duas subdivisões. Na primeira, pretende-se discutir a definição de fronteira, espaço e região. Na segunda, buscar-se-á justificar a opção metodológica de analisar as comunidades remanescentes quilombolas enquanto uma fronteira/espaço de conflito que busca por reconhecimento social e jurídico, além de, trabalhar a ancestralidade dos povos negros como forma de identificar uma região (comunidade), para demonstrar como se deu a formação e manutenção destes povos e qual a importância deste conceito para a legitimação da posse da terra.

Temos a fronteira como um resultado de uma construção histórica, que atualmente pode ser definido em três passos segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil-Itamaraty, que buscam caracterizar as fronteiras internacionais. Também podemos encontrar outros tipos de fronteiras, como culturais e sociais que não obedecem a uma definição geográfica estática.

Na constituição divide-se o processo de formação de uma fronteira as três fases: Tratado, demarcação e caracterização. O primeiro constitui-se em um diploma de direito internacional entre os países, o segundo vem a ser a definição dos limites geográficos e pontos de referências, sejam eles fluviais ou terrestres e o terceiro configura-se em marcos secundários aos limites estabelecidos na demarcação, a exemplo temos mudança dos leitos dos rios entre outros (GOLIN, 2002, P. 9-10).

Encontra-se na fronteira o limite, que é utilizado para dividir territórios vizinhos, podendo ser eles países, terrenos ou fazendas. O limite é o centro da fronteira, compreendido como uma região, zona ou faixa transfronteiriça, devido a esta limitação é possível saber onde começa a soberania de um Estado e aonde inicia o de outro, Lia Osorio Machado sistematizou a diferença conceitual e prática entre limite e fronteira, na qual o primeiro está orientado para dentro e o segundo esta orientado para fora, nesta perspectiva “a palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente” (MACHADO, 1998, P. 41-42), ou seja, a fronteira implica no desconhecido, o “outro”.

A fronteira é fruto de uma construção histórica, sendo vista como um local de conflitos, relações socioculturais e de alteridade, a fronteira é ambígua devido à sua carga de transitoriedade e indefinição dos limites apesar dos tratados, sendo ela o limite de exercício de poder do Estado. Porém, assim como na questão sobre as terras dos remanescentes quilombolas, a fronteira ela não se limita apenas em uma determinação geográfica/espacial, mas também, em fronteiras históricas, culturais, sociais, econômicas e étnicas, entres agricultores e descendentes de escravos por exemplo, pois ela pode ser tanto um limite entre nações, quanto um cercamento entre propriedades rurais, a fronteira é constituída de uma relação das ações de determinados sujeitos históricos em uma região específica.

Definido o limite como a linha político-territorial extrema do Estado-nação, inscrita na natureza, a mesma objetividade técnica não se pode utilizar para o conceito de fronteira. Apenas como uma referência facilitadora, a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão. Moodie é peremptório nessa definição: as “fronteiras são zonas ou faixas de território”. Administrativa e politicamente, o Brasil adotou como dimensão de sua faixa de fronteira o espaço interno de 150km da linha, em uma concepção claramente de defesa nacional, ou seja, como área estratégica do Estado. Entretanto, a zona fronteiriça é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos (GOLIN, 2002, P. 14).

Existem três tipos de fronteiras, a comum onde ambos os lados possuem a mesma identidade étnica e economia semelhante, a ativa que consiste em os lados fronteiriços serem distintos, mesmo estando em uma região geográfica semelhante e há a fronteira de trânsito, acontecendo em lugares onde existem apenas infraestruturas de locomoção sem intercâmbio, tendo como exemplo a fronteira/limite Brasil-Uruguai.

Para Milton Santos (1997), o espaço é um movimento dialético entre forma e conteúdo, entre fatores de dispersão e concentração, para resultar em uma totalidade espacial e para analisarmos o espaço é preciso tirá-lo de sua totalidade, para que no fim do estudo possa se voltar a totalidade novamente, assim como na história regional busca-se compreender um todo a partir de amostras de um contexto específico. O espaço contém elementos para que possa ser compreendido como conjunto, o homem, as firmas (bens, serviços e ideias), as instituições (Normas, ordens e legitimações), o meio ecológico (base física do trabalho humano) e a infraestrutura (trabalho

humano materializado). Estes elementos contêm seu conceito, porém, apenas possuem um significado se postos em uma totalidade onde estão inseridos, onde cada lugar atribui a cada elemento do espaço um valor particular. Os elementos do espaço supracitados definem-se como: os homens estão na qualidade de fornecedores da mão-de-obra, as firmas têm como principal função a produção de bens, serviços e ideias, já as instituições produzem as normas, ordens e legitimações, as infraestruturas são a materialização do trabalho do homem como casas, caminhos e plantações e por último o meio ecológico que consiste no lócus, onde o ser humano exerce seu trabalho, sendo um meio já modificado e não representa a ideia do selvagem.

Considerando o espaço como instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como a instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1997, P. 1-2).

Espaço está ligado a noção de produção, e a ideia de produção conjectura a ideia de lugar e o fato de que o espaço total seja indivisível não nos antepara de nele abalizar seus fragmentos como canais, estradas, vias e meios de comunicação, utilizados para permitir que a produção e os seus fatores circulem. Definimos o espaço como a soma das paisagens e da sociedade que a compõem formando assim uma

totalidade, “o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas” (SANTOS, 1997, P. 16). O espaço está em evolução/mudança constante, devido aos agentes que compõem seus elementos, novas estradas, fábricas, uma alteração na constituição e/ou na economia.

Conceituar região é algo complexo e necessário, ela não é predefinida nem juridicamente, nem economicamente, nem mesmo naturalmente, ela será sempre um recorte, ou seja, a separação de uma parte dentro de um todo maior, que dependerá sempre da problemática que se pretende analisar.

De acordo com *Heredia*,

[...] la matriz etimológica de la palabra podría ser ubicada em la ciência geográfica, em cuanto su naturaliza responde, dentro de las ciencias sociales y humanas, a la dimensión espacial. Sin embargo, podemos encontrarla em la terminología de historiadores, literatos, sociólogos, economistas. De allí que sea conveniente formular ciertas precisiones em cuanto a su uso y significado em determinados sistemas de conocimiento(HEREDIA, 1996, P. 292).

Como afirma a autora, região pode ser entendida como algo constituindo um espaço geográfico criado pelo homem, e que o homem a modifica. O significado de região não pode ser visto de forma separada da natureza e do meio geográfico, pois ambos se completam, adquirindo conexão própria, compondo os elementos que provém da investigação do meio com aqueles outros que formam o fundamento ideológico das pessoas.

De acordo com a história, o termo “região” nasce na antiguidade, segundo Reckziegel, “*regione* era a denominação dada a áreas que, apesar de disporem de uma administração local, estavam subor-

dinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (1999, P. 16). Portanto, desde a aurora do seu uso, a palavra região fazia alusão à uma parte, que dispunha de características próprias, que devido a isso se distinguiu das demais “partes”, mas estava introduzida em uma totalidade.

Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, é possível observar a presença de no mínimo duas correntes de pensamento sobre o “espaço regional”. A primeira delas, parte do viés marxista, na qual busca definir e relacionar as fronteiras regionais com o modo de produção vigente no período e região. A segunda corrente de pensamento, articula que a região é a constituição do sujeito do conhecimento, isto é, uma abstração baseada na experiência que se modifica de acordo com o indivíduo do conhecimento que o enuncia.

A região apenas ela por si só não existiria, sendo ela, o lugar onde acontecem os eventos, e se desenvolvem os processos históricos e a ação do homem a modifica. Segundo Bajaras (2009), a região deve ser vista no interior do problema, ou seja, o problema (pesquisa) tem a função de situar a região dentro de um processo histórico em questão, podendo ser ela geográfica, social, cultural, econômico ou todos estes aspectos, no caso da pesquisa em História seriam as fontes históricas e nosso problema que iriam delimitar a região.

A ANCESTRALIDADE NA FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO SUL

Segundo o dicionário¹, temos como significado para o termo “ancestralidade”, como sendo *o legado de antepassados e/ou a linha das gerações anteriores de um indivíduo ou de uma família; proveniê-*

¹ Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ancestralidade/> Acesso em 13 de abril de 2022.

cia de um povo (DICIONÁRIO MICHAELIS). Isto é, remete-se a referência, lembrança e memória de familiares, antepassados ou membros de um mesmo povo, como exemplo temos os povos originários (indígenas) e os remanescentes quilombolas.

Após a abolição da escravatura em 1888, perante a lei vigente do período se não havia mais escravos, por consequência não teriam mais quilombos, porém, esses agrupamentos continuaram ali exercendo suas práticas sociais e econômicas, muitos formaram um camponato negro e comercializando seus produtos nas vilas próximas. Quando houve a abolição, alguns negros permaneceram nas terras de seus senhores, pois não havia muitas perspectivas de uma vida melhor fora dali, devido a falta de planejamento que houve perante ao império e após a república, não havendo nenhum plano do estado para introduzi-los na sociedade, por mais que houvessem projetos por parte dos abolicionistas de inserção do ex-escravos na sociedade e na dinâmica econômica vigente.

Mas muitos negros migraram em busca de novas terras para se estabelecerem e formarem suas famílias, tendo como exemplo os negros libertos das charqueadas do Rio Grande do Sul onde procuraram migrar para a região metropolitana do estado, a partir deste ato novas comunidades quilombolas foram se formando.

De acordo com Maria Yedda Linhares:

a mobilização e tributação da propriedade fundiária, um vigoroso programa de incorporação dos negros à nação, através do sistema de ensino e da distribuição de lotes de terras, bem como o desenvolvimento industrial, eram abandonados pelas elites vitoriosas [...] Os 723.419 escravos existentes em 1888 não foram objeto de qualquer ação (aí sim, cabível) de indenização, seja direta (como em dinheiro), seja indireta (como a doação de um lote de terras). (LINHARES, 1999, p. 74).

A vida no campo não era fácil, eram impedidos principalmente pelos aparelhos do Estado e pelos latifundiários sob manter suas posses. O fim da escravidão não denotou em um melhoramento na vida dos negros, além disso não configurou em uma alteração da estrutura fundiária e social do campesinato negro e/ou mestiço (DALOSTO, 2016, p. 47).

É nas primeiras décadas do século XX que o quilombo renasce como símbolo de luta e resistência, pois se acreditava que a existência do negro seria o motivo para a decadência do país. (LINHARES, 1999, p. 90). Apenas a partir do Estado Novo desperta um processo de modificação na imagem dos negros, indígenas e mestiços no país. A intenção de Getúlio Vargas era de compor uma unidade nacional e, no seu imaginário, se utilizar da cultura destes povos que compõem os “brasis” seria uma forma de unificar as regiões do Brasil, mas na prática a realidade destes povos pouco se alteraria.

A partir de 1930 são feitas campanhas oficiais nos meios de comunicação apresentando o mestiço (tanto com o negro como com o índio) como símbolo da identidade nacional. Elementos da cultura negra como o samba, a capoeira, o candomblé e o futebol foram incluídos, valorizados e difundidos como símbolos da nação brasileira. Apesar da exaltação desses elementos culturais mestiços, o racismo continuou a existir, de modo que não ocorreram mudanças efetivas nas condições de vida dessas populações (DALOSTO, 2016, p. 71).

Nas décadas de 1950 e 1960, as comunidades de remanescentes quilombolas do meio rural viviam com a constante vigia dos agricultores vizinhos, que acumulavam interesses econômicos e políticos em suas terras. Chegando na década de 1970 com uma crescente na

ação de grileiros pelo país que buscavam invadir as terras quilombolas para adquirir mais terras para cultivo e/ou criação de animais, o que acarretou um aumento dos conflitos por terra, culminando na união dos trabalhadores rurais quilombolas com os movimentos sociais negros de luta na constituinte de 1986.

Como visto acima, as mobilizações dos remanescentes quilombolas apresentaram um crescente nas décadas de 1970 e 1980, em contragolpe ao aumento da violência no campo e a progressão da grilagem de terras em várias partes do Brasil (SOUZA, 2016, p. 62). Essas mobilizações ganham um alcance significativo com o Movimento das Diretas Já, no qual milhares de brasileiros saíram às ruas para requerer o direito por eleições gerais e mais democráticas, sendo um dos processos que iniciaram a redemocratização no país, após vinte anos sob o controle de um governo ditatorial militar opressor e controlador.

No decorrer do processo constituinte, as discussões sobre o direito dos negros começam a ganhar espaço entre os políticos. Um dos motivos além dos conflitos gerados seria por causa da proximidade com o centenário da Lei Áurea e a luta de movimentos pró-negros, sendo um deles o Movimento Quilombista.² Essas reflexões sobre o negro estavam ligadas à Comissão de Ordem Social que era dividida em três subcomissões: Negros, Populações Indígenas e Pessoas Deficientes e Minorias. Ainda em 1986, foi realizada a Convenção Nacional do Negro, momento em que foi debatido o tema “O Negro e a Constituinte”. A partir deste evento seriam elaboradas as principais demandas que seriam levadas para a Assembleia Nacional Constituinte, e nela participaram cerca de 63 entidades da sociedade ligados à luta negra, resultando em um total de dez propostas, sendo

² NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Editora Vozes, 1980.

uma delas, a proposta 09 - “[...] garantia do direito de propriedade do solo urbano às populações pobres; garantia do título de propriedade da terra às Comunidades Negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural; desapropriação de imóveis improdutivos”.

Como visto acima, a proposta de acesso a terras para comunidades remanescentes quilombolas nasceu por meio de uma ideia popular, resultante de uma conferência que assimilou as principais demandas e necessidades. A proposta de N° 09, resultou no projeto de número 2.886, de autoria do Centro de Estudos Afro-brasileiro ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, acarretando a promulgação do art. 68 da ADCT na constituição de 1988.

Os militantes do Movimento Negro Nacional, têm a honra de encaminhar a Vossa Excelência as conclusões da Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”, realizada em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto próximo passado. [...]. Seja-nos permitido esclarecer que nossa denominação de “Negros”, engloba todos aqueles que possuem caracteres, fenótipos e, ou genótipos dos povos africanos aqui trazidos para o trabalho escravo. Indicamos a seguir as nossas reivindicações: IX - Sobre a Questão da Terra 1. “Será assegurada às populações pobres o direito à propriedade do solo urbano e rural, devendo o Estado implementar as condições básicas de infraestrutura em atendimento às necessidades do Homem.”; 2. “Será garantido o título de propriedade da terra às comunidades negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural.”; 3. “Que o bem imóvel improdutivo não seja transmissível por herança. Que o Estado promova a devida desapropriação (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987).

Assim como sugere a ideia acima, estava se materializando toda a luta dos movimentos sociais negros, onde se demandava o direito à propriedade do solo para populações negras pobres, sendo o Estado responsável por dar auxílio às famílias. Também se observa no inciso dois o direito à propriedade para terras de remanescentes quilombolas, tanto no meio urbano, quanto no meio rural, buscando institucionalizar a desapropriação através do Estado de bens imóveis que estejam improdutivos, não cumprindo sua função social.

Ficando instituído no final deste processo da constituinte o Art. 68. Que dispõe, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Pela primeira vez no decorrer da história estiveram reconhecidos os direitos das comunidades remanescentes quilombolas à titulação de terras, através do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, assim como o termo *quilombo* voltou a aparecer na base legal brasileira.³

Os primeiros passos após a nova constituição, foram a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 22 de agosto de 1988, quando o Governo Federal compôs a primeira instituição pública focalizada na visibilidade e preservação da arte e cultura afro-brasileira, sendo um instituto ligado ao Ministério da Cultura. A FCP edita e distribui na forma digital uma revista, efetua projetos de proteção ao patrimônio negro no país, além de defenderem no âmbito institucional a luta contra o preconceito que ainda hoje é forte na sociedade brasileira. É fundada também, a Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas – CONAQ, que propunha debates acerca da propriedade da terra quilombola e dos direitos que os envolvem.

³ O termo havia desaparecido desde o período republicano.

No ano de 1990, a FCP buscou conceituar a definição de quilombo para que fosse empregada nos processos de reconhecimento: “quilombos são sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdo etnográfico e culturais” (ARRUTI, 2008, p. 325). Essa conceituação inicial criou alguns impasses, pois desconsiderava a história do campesinato negro nos anos pós-abolição, sabendo que muitos escravos libertos migraram para outras regiões em busca de um espaço para habitar, sendo assim, dificilmente se encontrariam vestígios de seus ancestrais nestes locais. A FCP não estava dando conta da demanda de pedidos de certificações para as comunidades, então, o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) foi designado para auxiliar nas visitas técnicas às comunidades, porém, com o decorrer do tempo, notou-se esse conflito entre o conceito definido na teoria e a demanda social destes indivíduos.

Polêmicas surgiram em razão da conceituação de quilombo; compreendeu-se que o conceito de quilombo não podia ser congelado, algo estático, pois, contém definições distintas a cada momento da história; tanto é, que houve uma resistência dos moradores das comunidades com o termo em questão, pois seria algo “criado” pelo Estado e que no seu aparecimento representaria algo pejorativo, muitas comunidades preferiram serem chamadas de “terra de preto” “de crioulos”, mas não excluem o termo quilombo, pois é a forma que eles devem se autodenominar para que reivindiquem seus direitos. Devido a estes impasses e conflitos conceituais, a primeira comunidade a ter sua propriedade titulada foi no ano de 1995 (7 anos após a promulgação do Art. 68 da ADCT) e em 2001 regulamentou-se sobre ser a FCP a responsável pelos Processos Administrativos de reconhecimento através do decreto federal nº 3.912.

Foi durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva que ficou constituído um novo preceito para os processos de reconhecimento de terras para remanescentes quilombolas, após inúmeras manifestações de movimentos ligados aos quilombolas, que criticavam o decreto de 2001, na qual reconhecia apenas os territórios ocupados em 1888, mesmo sabendo-se que após a abolição, os ex-escravos migraram em busca de novas regiões/áreas para se instalarem. Resultado destas manifestações, houve no dia 20 de novembro de 2003 o Decreto Federal nº 4.887, vindo a ser legislação atual que age sobre a questão quilombola no Brasil.

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2o São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3o Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3o Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a iden-

tificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2o Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3o O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4o A autodefinição de que trata o § 1o do art. 2o deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.⁴

Neste decreto, observamos uma definição aprimorada e mais condizente com o que os estudiosos e membros das comunidades requeriam. Além do conceito de autodefinição no qual as comunidades podem requerer através da FCP (Certificação), também se substituiu o órgão responsável por tramitar os Processos Administrativos de reconhecimento, estando agora o Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, encarregado de dar sequência nesta tarefa.

⁴ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

O decreto apresenta a definição de relações territoriais específicas, tornando-o mais flexível juridicamente, já que não especifica uma única forma de apossamento, deixando nítido que existem outras formas de apossamento e utilização da terra, além das já conhecidas como a propriedade privada.

Averigua-se, no Brasil, o aparecimento de uma política pública específica para as comunidades de remanescentes quilombolas, sendo reconhecidos agora pelo Estado, permitindo a titulação de suas terras, legitimando a posse e possibilitando o nascimento de outros direitos. Há a chance de uma vida mais digna para este povo, a partir de sua autoafirmação como uma comunidade remanescente de quilombo, mesmo que seja necessária uma certidão legitimando-a como uma “comunidade remanescente”⁵.

Portanto, as comunidades quilombolas foram e ainda são um símbolo de ruptura com a lógica escravista que perdurou por mais de 300 anos, no instante em que os negros vinham a se apossar de pequenas áreas de terra, no qual buscavam resistir a todos os tipos de violência e discriminação, além de buscar com o acesso a terra uma vida mais digna para suas famílias. Do período colonial até chegarmos na constituição de 1988 a legislação privava da possibilidade de adquirir a terra de forma legal, a não ser através da compra, assim sendo, mesmo com estes impedimentos criados pelas legislações da época estes negros se estabeleciam nas suas terras criando relações com este espaço, dando múltiplos significados para ele.

Atualmente, há registros de comunidades que, mesmo tendo documentos comprobatórios da posse da terra, sofrem expropriações de seus territórios, devido a pressões de fazendeiros residentes em regiões vizinhas ou grileiros interessados no valor desses territórios. O registro de posse, não sendo um re-

⁵ Ver decreto 4.887/2003. P. 11.

gistro formal de propriedade de terra, não garante a propriedade às famílias habitantes das regiões por inúmeras gerações. Essa realidade nos remete a esse passado de exclusão e à antiga Lei das Terras, que alijava esses sujeitos dos direitos de possuir a terra. Mesmo quando herdada e com os testamentos lavrados em cartório, os negros eram expulsos e removidos de seus territórios, fato similar ao contexto atual das comunidades quilombolas nas diversas regiões do território brasileiro (FURTADO, SUCUPIRA e ALVES, 2014, P. 110).

Como visto acima, o território, a posse da terra relembra os remanescentes quilombolas a um passado de resistência, remetendo-se a memórias de seus ancestrais o que vem a reforçar a luta que faz pelo reconhecimento de suas propriedades, garantindo um direito que deveria ser garantido a todos, que é o acesso a terra, podendo assim, alterar este cenário de injustiça e instabilidade social, econômica e jurídica. As convivências oportunizadas pela vida em conjunto na comunidade colaboram para reafirmarem sua identidade através da ligação de valores e costumes em comum e a relação com a terra; pois, sendo possível o indivíduo reconhecer sua identidade, ele se tornará em um papel de agente na sociedade para requerer seus direitos.

A territorialidade quilombola se dá pela ocupação imemorial, ou seja, há uma lembrança de ligação com seus ancestrais que habitaram este território, mesmo não sendo exatamente o mesmo território geográficamente e espacialmente. As comunidades remanescentes quilombolas utilizam suas terras de forma coletiva, além de quando reconhecidas a sua propriedade, ela é através de um título coletivo. A ocupação territorial deste povo é tida como tradicional, sendo espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica⁶.

⁶ Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm> Acesso em 03 de agosto de 2018.

A ancestralidade é utilizada nos dias de hoje como meio de manutenção da comunidade e de defesa na luta pela terra, pois, pautados nela, os quilombolas mantêm vivas suas crenças, folclores, ensinamentos sobre o uso de ervas medicinais e, através disso, podem manter os moradores da comunidade unidos. O que os une, portanto, são elementos de identificação que se tornam, em seu conjunto, a identidade da comunidade, a qual se fortalece e a partir de então inicia sua luta pela titulação da terra, o que vem a ser um dos principais elos entre os moradores das comunidades hoje com seus ancestrais. Atualmente, encontram-se quilombos urbanos e quilombos rurais, e ambos contêm sua trajetória de formação ligada ao trabalho do cativo de forma direta ou indireta, como tendo sido fundada por escravos fugitivos ou por descendentes de escravos (homens livres); no entanto, cada uma dessas categorias contém suas especificidades, tais quais as estratégias de sobrevivência, acesso à educação, tipos de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados podemos observar que a significação e o reconhecimento de uma propriedade de terra como uma região, não está fundamentalmente ligada a questões políticas, econômicas ou sociais. O que define este recorte enquanto uma região, é a identidade de um passado comum, temos aqui como exemplo as comunidades remanescentes de quilombolas, que após se apossar em suas terras, com o passar do tempo os indivíduos foram edificando a noção de pertencimento àquele lugar.

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos que passaram a contar com um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade, porém

continuam em conflitos fundiários e nos remetem a um passado associado às lutas por suas terras. Território negro, mocambos, terras de preto, entre outras denominações, são acepções que buscam uma definição coerente com a realidade dessas comunidades e que ultrapassam a definição de quilombos históricos e descendência. A forma de se relacionar com a terra, a produção coletiva, as relações sociais comunitárias e a valorização positiva de traços culturais ressaltam a importância da categoria “território” e desses sujeitos impregnados de significações identitárias (FURTA-DO, SUCUPIRA e ALVES, 2014, P. 112).

Assim sendo, podemos constatar a relevância do território, visto como uma região e espaço que auxilia na reprodução e manutenção da identidade das comunidades remanescentes de quilombo, tendo como elementos para esta, a posse coletiva da terra, e as relações culturais, religiosas e sociais. Os problemas enfrentados hoje, nos remetem a esta história de escravização e omissão de direitos que deveriam possuir, vindo a serem tratados atualmente de forma pejorativa desqualificando seu direito de acesso à terra, por este jogo de interesses entre grileiros, latifundiários e posseiros.

Portanto, o processo de formação dos quilombos e sua história no pós-abolição são contemporâneos em nossa sociedade, se fazendo necessário uma maior atenção da população e do Estado para com estes indivíduos. O surgimento das políticas públicas, a partir da constituição de 1988 foi o passo inicial para o reconhecimento do direito à terra das comunidades de remanescentes quilombolas e de exposição das barbaridades cometidas durante mais de 300 anos de escravidão dos negros no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BAJARAS, Deni Trejo. La historia regional em México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. 2009, Unisinos.
- DALOSTO, Cássius D. *Políticas Públicas e os Direitos Quilombolas no Brasil: O exemplo Kalunga*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- FURTADO, Marcella Brasil, SUCUPIRA, Regina Lúcia Pedroza & ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115, UNB/DF, 2014.
- GOMES, Flávio S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, v.1, 2002-2004.
- HEREDIA, Edmundo A. *La región em la globalización y en la historia de las relaciones internacionales latino-americanas*. III Jornadas de las Relaciones Internacionales. Buenos Aires, 1996
- LINHARES, Maria Y; SILVA, F. C. T. S. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOTTA, M; SECRETO, Maria Verônica. *O direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Niterói: Eduff, 2011.
- MOTTA, M. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.
- RECKZIEGEL, Ana L. *História regional: dimensões teórico-conceituais*. In: *História: debates e tendências*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UPF. Passo Fundo: UPF, 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, M. M.; ALVES, P. G. *Hermenêutica jurídica: um olhar libertário sobre a interpretação do direito*. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 11, 2012, Niterói: Publica Direito, 2012.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.

_____. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí. UNIJUÍ, 1997.

_____. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009.

III

(RE) TERRITORIALIZAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL:

anos 1980 ao início dos anos 2000

CAROLINE DA SILVA

O território sul-rio-grandense foi formado por uma diversidade de elementos – sociais, culturais, econômicos, políticos e fundiários. Tais elementos refletiram nos ordenamentos em que as ocupações territoriais se deram. O inverso também é verdadeiro, e diversos foram os seus agentes. O território, segundo Marcia Motta (2005, p. 474), “não existe sem antes haver a apropriação, concreta e/ou simbolicamente (via conflito ou não), de uma área de terra (ou espaço), bem como de informar a outros seus limites, suas fronteiras”.

Já para Leonilde Servolo de Medeiros (2009, p. 217), “o território é, assim como um espaço político, um jogo político, de lugar e poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo”. Levando em consideração as diversas definições de território e territorialização, que de certa forma culminam na definição de Medeiros (2009) quanto ao controle do solo para definir o

território, utilizamos a diversidade estrutural da constituição histórica sul-rio-grandense, para compreendermos, mediante o processo de formação do território e sua territorialização, como esses agentes sociais formaram não somente os espaços regionais estaduais, como também avançaram no âmbito econômico e político para a formação de latifúndios rurais que, em sua maioria, foram desapropriados pela não aplicabilidade da função social.

O texto, recorte fruto da dissertação de mestrado defendida no ano de 2019, tem por objetivo contextualizar como a criação de assentamentos rurais em propriedades desapropriadas por interesse social, fez com que regiões do estado passassem por um processo de re-territorialização, dando nova significância a produção agrícola e agropecuária. Para tal, fizemos o mapeamento dos assentamentos criados entre as décadas de 1980-1990 a partir de Processos Administrativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo esses processos, a região sul do estado era uma região considerada imprópria aos assentamentos nas décadas de 1970 e 1980, porém com o “esgotamento” de terras improdutivas passíveis a desapropriação nas regiões centro-norte, o centro-sul passa a partir da década de 1990 a receber o maior número de assentamentos rurais.

TERRITORIALIZANDO E DESTERRITORIALIZANDO: A MOBILIZAÇÃO DO MUNDO RURAL

Para compreendermos as primeiras interações sociais no território e suas produções sociais, buscamos caracterizar os grupos sociais percursos dessa interação. Temos como exemplo de povos tradicionais os indígenas (povos originários), que, em sua cultura, dispunham de outra forma de relação e uso das terras, uma forma

coletiva desvinculada da racionalidade capitalista sobre a terra que se instalou no Rio Grande do Sul a partir da Lei de Terras (1850). Os vastos campos nos quais era possível realizar caça e pesca, com a chegada dos jesuítas que iniciaram a catequização dos indígenas e posteriormente foram dizimados pelos bandeirantes, colonizadores e latifundiários, foram ficando escassos à medida que o território sul-rio-grandense recebia outros grupos sociais.

Anterior à dizimação ocorrida, esses povos possuíam entre si rivalidades e disputas próprias; entravam em conflitos devido ao território. O uso coletivo da terra significava que todos dela faziam parte e tinham direito ao processo de sobrevivência do grupo – cada um tinha um papel nele. No século XV, o início do arrefecimento da população indígena persistiu por muitos anos devido a algumas razões, como o genocídio causado pelas disputas territoriais, doenças trazidas pelos europeus e pelo uso da mão de obra indígena nas fazendas brasileiras que se formavam. Como coloca a historiadora Ironita P. Machado:

Não podemos esquecer que a presença indígena nesse espaço do país é de longa data; iniciou-se há, aproximadamente, 12 mil anos antes do tempo presente, embora somente 9 mil anos depois tenha ocorrido uma presença mais densa, especialmente com grupos Jê (Kaingang e Xokleng) e Guarani, que ocupavam principalmente as margens dos grandes rios da região. Logo, quando ocorreu o processo de colonização de origem europeia nesta região, a presença dos povos indígenas estava consolidada. (MACHADO, 2018, p. 9).

A ocupação do território que hoje vem a ser conhecido como Rio Grande do Sul foi inicialmente protagonismo dos indígenas

por, aproximadamente, 12 mil anos; com a chegada de novos agentes nessas terras, conflitos e mudanças começaram a surgir. Esse choque de realidade causou efeitos que duram até os dias de hoje no instante em que vemos a constante onda de ataques a reservas indígenas no Brasil, os embates judiciais em torno da terra e as mortes causadas por esses conflitos.

Em 1910 (perdurou até 1967), cria-se o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tido como um órgão de proteção que realizou demarcações e o reconhecimento de áreas ocupadas por indígenas como de propriedade dos indivíduos das comunidades. Esse processo ocorreu devido à pressão dos agricultores que residiam próximo às aldeias. Mesmo essas demarcações tendo sido feitas por pressões de não indígenas, essa ação foi tida como um ganho, pois, a partir daquele momento, os indígenas teriam direitos legais sobre o território, que, no decorrer dos séculos XX e XIX, passaria a ser constantemente questionado e violado. Mas esse processo de demarcação e aldeamento alterou por completo a rotina e a relação dos indígenas com o trabalho. Como não podiam mais andar livremente pelas matas em busca de alimento, o SPI introduziu a agricultura na vida desses grupos, que tiveram de aceitar de forma compulsória essa decisão.

Com o advento da constituição de 1988, os povos indígenas foram vistos pelo Estado como agentes que detinham uma cultura, costumes, crenças e uma organização social diferente daquela tida pelo “homem branco”. No entanto, esse processo criou, também, conflitos ainda mais tensos em torno da terra, pois os territórios então solicitados por esses grupos, para serem demarcados, encontram-se com agricultores descendentes de colonos ocupando as áreas, tendo de um lado os indígenas, com forte ligação com o território confirmando sua ocupação; de outro, os agricultores argumentando serem proprietários por direito daquelas terras, por terem sua escritura devidamente reconhecida pelo Estado.

Além das terras indígenas, no território sul-rio-grandense, encontram-se as comunidades quilombolas. Após a tentativa falha de escravizar os povos indígenas, o Brasil iniciou no século XVI um processo que iria perdurar por trezentos anos: o tráfico de negros trazidos do continente africano para serem utilizados como mão de obra escrava no Brasil. Vistos e tratados como objetos, esses grupos das mais variadas culturas e grupos foram obrigados a viver com estranhos e a sofrer duros castigos.

Como a vida nas fazendas não era nada fácil, muitos escravos tentavam fugir dos seus senhores em busca de uma vida mais digna e justa. Para os que conseguiam escapar do senhor e dos seus capitães do mato, ficava o questionamento do que fazer, pois estavam longe de sua terra natal e não havia perspectiva de voltar. A partir desse contexto, iniciaram a formação de comunidades rurais e urbanas constituídas por negros fugitivos. Normalmente, os quilombos localizavam-se em lugares de difícil acesso como pântanos, mas sempre próximos a estradas. Inicia-se, também, uma constante relação comercial entre os moradores do quilombo e os moradores das vilas próximas, porque nos quilombos os negros utilizavam-se da agricultura e criação de animais para sobreviverem e, quando houvesse excedentes, estes eram vendidos ou trocados por produtos nos núcleos urbanos próximos.

Com o fim da escravidão em 1888, perante o estado não haveria mais escravos e, por consequência, não haveria mais quilombos. Mas esses grupos continuaram em suas comunidades mantendo sua cultura e costumes, apesar de serem de povos diferentes no continente africano. Em meio ao quilombo, criaram laços fortes que culminariam em casamentos e demais tipos de relações que auxiliaram na reprodução do quilombo. Durante o século XX, essas comunidades sofreram com o esbulho e expropriação de agricultores que

invadiam as terras quilombolas e iam “empurrando” seus moradores para as mazelas no campo.

A partir de 1970-1980, os negros do campo unem-se ao movimento negro que estava crescendo nas cidades do Brasil e iniciam um processo de luta pelo seu reconhecimento e pelo direito ao acesso à terra. Esse movimento veio a ter suas demandas atendidas na constituição de 1988, artigo 68, que reconhece a propriedade definitiva das comunidades quilombolas.

As atuais demandas indígenas pela retomada da terra, pela ampliação da área existente ou pela reivindicação de nova área, bem como a luta de grupos quilombolas no meio rural, na região referida, atingem mais de três dezenas de grupos sociais. A área reivindicada por grupos indígenas e quilombolas totaliza mais de 100 mil hectares e atinge mais de 3 mil agricultores – na sua grande maioria, pequenas unidades familiares com posse de, em média, 25 hectares. É um cenário de intensos conflitos agrários e de tensões sociais. (MACHADO, 2018, p. 10).

Assim como os povos indígenas, os territórios ocupados por comunidades remanescentes de quilombos são terras coletivas, ou seja, não seguem a lógica instituída da propriedade privada e da mercantilização da terra, pois esses povos tradicionais têm uma ligação com o espaço/território que vai além do econômico. Nesses espaços ocorrem as reproduções sociais e culturais desses grupos, que veem o território como parte da constituição e manutenção da sua identidade enquanto comunidade. Portanto, ambos os povos tradicionais trouxeram e mostraram em sua essência a relação com o solo de forma coletiva. Porém, o olhar do direito à posse e uso da terra é distinto.

No Rio Grande do Sul, a migração, em sua maioria de alemães (1824) e italianos (1875), foi incentivada principalmente para

a ocupação agrícola das terras e proteção das fronteiras, pois, segundo o pensamento da época, as terras sul-rio-grandense estavam “desocupadas”, quando, na verdade, eram ocupadas por indígenas Guarani e Kaingang. Em outras regiões do Brasil, o foco principal de incentivo da vinda de imigrantes era para a substituição da mão de obra escrava e para a produção de culturas diversas, pois o país vivia uma crise interna de abastecimento de alimentos¹. As colônias eram constituídas de áreas entre 75, 50 e 25 hectares em média, ou seja, em sua maioria, as terras dos imigrantes consistiam em pequenas propriedades.

Com esse processo, muitos indígenas foram expulsos de suas terras e/ou mortos. Além desses indivíduos, havia outro grupo que também foi prejudicado por esse processo de imigração: o caboclo. Esse grupo era tido como uma mescla de etnias: indígenas, negros e europeus, mas, além de uma unidade física, o caboclo era um modo de vida, que não consistia na lógica do tempo e do trabalho, sua economia não se baseava na lógica capitalista e seu modo de trabalho não deixava haver uma acumulação de dinheiro². Os caboclos viviam em terras públicas, como as ervateiras, trabalhando quando necessitavam para sustentar-se, diferentemente dos imigrantes que estavam chegando no Rio Grande do Sul.

Sem o poder de legitimar suas posses, indígenas e caboclos acabaram sendo expulsos de seus territórios pela pressão do Estado, das empresas de migração e pelos próprios imigrantes, o que acarretou conflitos não só físicos, mas também judiciais. O historiador Luís Augusto Ebling Farinatti (2017) mostra que, a partir da lei de terras de 1850, mesmo em regiões longínquas da capital e de centros urbanos como era a maioria do Rio Grande do Sul, os moradores usavam

¹ Esse processo também ocorreu no Rio Grande do Sul, porém a principal causa da vinda de imigrantes seria para a ocupação dos espaços.

² O dinheiro começou a ter maior circulação e importância após a chegada da colonização.

o meio judicial para defender seus direitos; nesse caso, a posse das terras e sua demarcação. Ambos os grupos expressam a territorialidade do espaço, ou seja, demonstram um esforço coletivo em fazer ser, em fazer-se pertencer ao lugar.

Nesse aspecto, segundo Motta (2005), as palavras-chave *modernidade*, *exclusão* e *desterritorialização* delimitam ainda mais o uso e posse da propriedade rural. É evidente que, ao longo do tempo, desde os povos tradicionais até os imigrantes, muitos sujeitos foram excluídos de um processo modernizador no campo e na cidade. Essa questão campo/cidade se agrava com o êxodo rural, que deu seus primeiros impulsos na década de 1930 e foi agravando-se nas décadas posteriores com o advento da industrialização do campo e cidade. O modelo de produção familiar da época foi afetado pelo não subsídio de créditos rurais e drástica queda no valor dos produtos agrícolas, o que fazia a inflação atingir altos números.

Esse espaço tendeu a ampliar-se entre 1979 e 1984, com a nova orientação adotada pelo movimento sindical de dar prioridade às lutas coletivas. Mobilizações sem precedentes em torno de preços mínimos e outros itens da política agrícola, previdência social, articulação das lutas em torno da terra, greves de assalariados, protestos de massa contra a construção de barragens ou pela exigência de indenização em terras, manifestações públicas em torno de problemas como secas e barragens ou exigindo simplesmente a reforma sucederam-se, afirmando a presença do movimento sindical e delimitando um campo de lutas bem mais amplo que a simples oposição entre camponeses e latifundiários. O período de 1945 até 1964 é, segundo Medeiros (1989, p. 14), um

momento em que começaram a vir à luz diversos conflitos no campo e em que se procurou, pela primeira vez, dar-lhes uma articulação maior, através de

bandeiras de luta comuns. Nesse período, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições à liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado, por sucessivas crises políticas e principalmente pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização e de direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos. Época de intensa industrialização, nela foram colocados em discussão, por diferentes forças sociais, projetos de desenvolvimento para o país, onde tinha lugar de destaque o debate sobre o lugar de uma agricultura considerada atrasada e pouco capaz de responder às necessidades que a indústria colocava. E nesse quadro que as lutas emergiram, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político dos trabalhadores do campo.

Com o campo passando a articular-se, a reforma agrária também ganha voz. No entanto, após 1964 com a Golpe Militar, a efervescência em que o mundo rural estava recebe um balde de água gelada. O período que é marcado de forte repressão no país acaba isolando a luta pela terra. Isolar, mas não acabar. Tanto que, em meio a essa repressão, a década de 1964 recebe a promulgação do Estatuto da Terra, que, mesmo não trazendo significativas mudanças ao meio rural, é visto como um respaldo à luta das classes por uma mudança no meio rural, mudança essa exigida por meio da reforma agrária.

A década seguinte reservava ainda uma mudança e modernização no setor hidrelétrico. Com a finalidade de gerar mais energia às indústrias, que se desenvolviam cada vez mais, desapropriaram-se áreas de terra para o fim de construção das barragens. Porém, em grande maioria, essas áreas abrigavam famílias de pequenos agricultores, que tiveram de deixar sua morada, seu espaço em um curto

prazo de tempo para que se iniciasse a construção das barragens. Toda a construção social do espaço e suas relações sociais já estruturadas são rompidas e levadas pela água.

A região Sul do Brasil, Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrusul), enfrentou forte reação das comunidades que seriam atingidas pela construção das barragens, a partir do momento em que a notícia da construção vem a público em 1979. Na época, as famílias tiveram o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para discutir as medidas diante dessa desapropriação em massa. Uma reunião realizada no oeste de Santa Catarina, no município de Chapecó, contou com a participação de “pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Sociólogos e Agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior.” (FAPEs, 1979). Dessa articulação surge a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), um movimento de resistência em prol do mesmo objetivo: a terra. Para o antropólogo Leopoldo Bartolomé (2001, p. 49):

Es importante advertir que no estoy insinuando que la CRAB y otras organizaciones similares sean “criaturas” de la Iglesia Católica y de las ONGs, o que sus demandas funcionen como “un frente” para la expresión de las de otros sectores de la sociedad brasileña. Pero es igualmente cierto que la creación de una organización como la CRAB y particularmente su inserción en un sistema nacional e internacional, hubiera resultado difícilmente posible sin el masivo aporte de energía provisto por la Iglesia Católica y otras organizaciones “externas”.

Mesmo com a formulação de tal comissão, os laços rompidos dessas famílias com o espaço que haviam construído são difíceis. Muitas dessas famílias não receberam as indenizações cabíveis levando em consideração tudo o que foi tomado pelas águas. Entre meados da década de 1940 até a década de 1980, o mundo rural vivia um colapso em suas estruturas. Um aceleramento na modernização foi varrendo do espaço rural aqueles que não conseguiam atender a tantas mudanças e não tinham capital suficiente para manter-se naquele lugar. A varredura, à medida que acontecia, mostrava aos sujeitos que unir-se era a única saída para lutar frente ao governo, ocasionando o surgimento de ligas e movimentos que pediam por seus direitos e por uma reforma agrária coesa. Para a socióloga Ilse Scherer-Warren (2008):

No período da re-democratização, especialmente nos anos de 1980-90, os mediadores, tais como as pastorais (especialmente a Comissão Pastoral de Terra – CPT), alguns sindicatos combativos, as ONGs a serviço do movimento popular e os centros de educação popular, desempenharam um papel relevante na formação política nos movimentos de base que estavam emergindo após o período ditatorial, os quais contribuíram para transformar os sentimentos de carência e de exclusão relativa numa consciência sobre o “direito de ter direitos” e de participar no rumo de seu destino social, não aceitando passivamente prescrições externas autoritárias, mesmo que estatais. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 10).

Com centenas de famílias padecendo quanto ao direito pela terra e com seguimentos religiosos, ONGs e sindicatos mediando e organizando esses sujeitos, o movimento de luta que antes era disperso transforma-se num movimento abrangente de causas

relacionadas ao mundo rural organizado e com expressiva influência quanto às suas lutas: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O associativismo desses seguimentos unidos ao povo passa a transformar o cenário rural e reestabelecer os vínculos das causas unificando-as.

Em síntese, na década de 1990, intensificaram-se os conflitos fundiários entre os sem-terra, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e os latifundiários da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)³. O resultado desse processo foi a atuação do Estado na aquisição de dezenas de propriedades para a realização de assentamentos rurais. A conquista e a inserção de assentamentos em áreas típicas de pecuária de corte extensiva nessa região fizeram parte do processo de territorialização da luta pela terra na década de 1990.

A desterritorialização que esses sujeitos sofreram frente a essas mudanças no cenário agrário mostra que o sistema agrário é líquido e veloz. Mesmo sendo uma estrutura que carrega consigo marcas históricas da formação do latifúndio, a liquidez com a modernização atinge e exclui, é em altas escalas também. O território agrário sul-rio-grandense levou consideráveis décadas até estar territorializado e com laços de construção social entre os sujeitos, porém, a quem restou terras de proporções menores, a subsistência.

A modernização e a fronteira agrária criada no período 1950-1980 desterritorializaram os espaços na construção de um mundo

³ A Farsul é uma entidade de classe que congrega os Sindicatos Patronais do Rio Grande do Sul. A entidade completou, em 24/08/2007, oitenta anos de fundação, sendo a mais antiga do país. Historicamente, defende os interesses do agronegócio gaúcho, sendo que, na última década, deu atenção especial aos assuntos fundiários, principalmente em relação ao direito à propriedade, tendo em vista as atuantes ações do MST no estado. Destacamos que, em outros estados da federação, existem outras entidades, como é o caso da União Democrática Ruralista (UDR), que defende os interesses dos grandes proprietários; o Rio Grande do Sul, em razão da longa trajetória da Farsul, não possui representação.

rural predominantemente latifundiário no estado. A desterritorializada fez com que sujeitos perdessem os laços construídos com os espaços onde habitavam. Para o geógrafo Rogerio Haesbaert (2002, p. 15), “desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distancias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor de exclusão socioespacial.” É dessa exclusão socioespacial que o campo se organizou como movimento e passou a denunciar latifúndios improdutivos, ocupar esses mesmos imóveis e reivindicar a Reforma Agrária. Para o sociólogo Octavio Ianni (1995), a globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as ideias.

À primeira vista, a desterritorialização lança a idéia de sociedade global no cerne da pós modernidade. Aí muita coisa muda de figura, desloca-se, flutua, adquire outro significado, dissolve-se. Ao lançar-se além dos territórios, fronteiras, sociedades nacionais, línguas, dialetos, bandeiras, moedas, hinos, aparatos estatais, regimes políticos, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas, a sociedade global desterritorializa tudo o que encontra pela frente. E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações. (IANNI, 1995, p. 103-104).

Do que foi abordado até aqui, fica claro que o território sul-rio-grandense é líquido, assim como mantém estruturas arcaicas no mundo rural. O processo de construção do território, da territorialização e desterritorialização criou relações sociais, bem como as fez ao longo das décadas. O constante movimento territorializador

trouxe relações sociais e sentidos de pertencimento às mais diferentes classes de possuidores de terras. Porém, o avanço da modernização no campo e cidade e as leis e incentivos limitados trouxeram à vida desses sujeitos uma quebra quanto ao espaço habitado. Dessa quebra, originaram-se dezenas e centenas de famílias sem-terra que migraram internamente no território sul-rio-grandense entre campo/cidade na busca por melhores condições.

Como vimos, o desamparo vindo do estado foi fragilizado a partir do momento em que essas centenas de famílias organizaram-se numa luta única e coesa em prol da propriedade da terra. Os seguimentos religiosos e sociais foram fundamentais para que houvesse uma estruturação dessa luta que já dura tantos anos. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) formado, o latifúndio improdutivo era ameaçado à medida que era formado. Com o aparo, a partir de 1970, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e com a promulgação da Constituição de 1988, que declara a desapropriação do imóvel rural por não cumprimento da função social, o campo respirou e partiu rumo ao objetivo maior: a reforma agrária.

RETERRORIZAÇÃO:

ressignificando a propriedade rural

Do associativismo dos sujeitos pela luta da terra, da criação de órgãos capazes de julgar a produção de uma propriedade rural a partir da sua função social respaldada na Constituição de 1988, o campo levantou suas bandeiras e fez “justiça com suas mãos”. Falamos aqui de “justiça feita com as mãos”, pelo fato de inúmeras desapropriações terem sido executadas pela pré-denúncia e ocupação feita

pelo movimento. Na pesquisa desenvolvida, utilizamos 133 processos de desapropriação de terra por interesse social que ocorreram no RS entre 1960 e 2009. Essas desapropriações fizeram com que cerca de 4.855 famílias sem-terra fossem assentadas nesses imóveis rurais. No Quadro 1, podemos visualizar os municípios onde ocorreram as desapropriações, o nome do assentamento criado, a data da criação, o tamanho da área desapropriada e o número de famílias assentadas.

Município	Assentamento	Data Dou	Área (ha)	Famílias Assentadas
Aceguá	PA Jaguarão	25/09/1995	2890	103
Alegrete	PA Novo Alegrete	10/09/2008	1197,1519	47
Alegrete	PA Unidos Pela Terra	30/12/2008	1224,2273	36
Arambaré	PA Fazenda Santa Marta	15/09/1995	356	16
Arambaré	PA Caturrita	01/06/1996	489,5739	25
Arambaré	PA Capão Do Leão	10/05/1996	278	11
Arroio Grande	PA Chasqueiro/Santa Rosa	09/05/1997	2116,7456	74
Arroio Grande	PA Estiva	11/12/1998	163,9978	5
Arroio Grande	PA Potreiro Da Torre	20/01/1999	261,1803	11
Arroio Grande	PA Santana	17/12/1999	1068,6875	31
Boa Vista do Ingra	PA Corticeira	29/07/1986	711	35
Boa Vista do Ingra	PA Santo Izidro	22/03/1999	395	26
Boa Vista do Ingra	PA Santo Izidro II	09/02/2000	94,9031	7
Boa Vista do Ingra	PA 28 De Abril	24/08/2006	94,4668	8
Bossoroca	PA São João	06/08/1998	937,3	32
Bossoroca	PA Primavera	05/10/2000	1381,06	69
Bossoroca	PA Everton Pereira	13/12/2006	213,0515	13
Bossoroca	PA Noel Guarani	11/09/2007	413,1778	19
Caibate	PA Nossa Senhora Aparecida	11/03/1997	343	21
Camaqua	PA Boa Vista	10/05/1996	628	24
Candiota	PA Santa Fé	24/06/1996	755,8659	26
Candiota	PA Madrugada	28/03/1995	1143	32
Candiota	PA Estância Do Fundo	28/03/1995	2135,9	63
Candiota	PA São Pedro II	01/07/1997	585,6256	20

Município	Assentamento	Data Dou	Área (ha)	Famílias Assentadas
Canguçu	PA Salso	29/04/1997	517	15
Canguçu	PA União	04/06/1998	1809,6242	54
Canguçu	PA Arroio das Pedras	23/07/1998	1286	38
Canguçu	PA Pitangueiras	04/05/2000	539	19
Canguçu	PA Quikuoio	03/05/2000	293,2	7
Canguçu	PA Palmeira/Perseverantes na Luta	04/05/2000	514,8	17
Capão do Cipó	PA Santa Rita	12/01/1987	1000,6	41
Cerrito	PA Cerrito	14/05/1999	320	10
Cruz Alta	PA Fazenda Seival	24/06/1986	1283,5	70
Eldorado do Sul	PA Fazenda São Pedro	17/12/1985	2265,974	101
Eldorado do Sul	PA Apolônio de Carvalho	06/03/2006	952,855	52
Encruzilhada do Sul	PA Farroupilha	06/12/1993	2605	103
Encruzilhada do Sul	PA da Quinta	25/07/1994	1018,8	39
Encruzilhada do Sul	PA Santa Bárbara	27/03/1997	588,1062	11
Encruzilhada do Sul	PA Guará	27/03/1998	470,8354	10
Encruzilhada do Sul	PA Padre Reus	30/09/1998	1310	31
Giruá	PA Giruá I	28/09/2000	123,95	8
Giruá	PA Giruá II	19/09/2000	151,216	11
Giruá	PA Giruá III	04/05/2000	156,08	11
Herval	PA Santa Alice	01/12/1994	2211,2628	62
Herval	PA Bamburral	18/03/1997	1474	28
Herval	PA Querência	18/03/1997	1799,5882	38
Herval	PA Nova Herval	27/03/1997	2288,6603	56
Herval	PA Terra do Sol	19/05/1997	1021	22
Herval	PA São Virgílio	21/10/1997	1664,6973	56
Herval	PA Santa Rita de Cássia	27/08/1998	664,1	20
Herval	PA Santa Rita III	21/12/1998	956,5805	22
Ibiaçá	PA Seguidores de Natalino	06/03/2006	301,6299	22
Itacurubi	PA Conquista da Luta	13/09/2006	3716,9303	142

Município	Assentamento	Data Dou	Área (ha)	Famílias Assentadas
Jari	PA Chácara dos Miúdos	24/05/1989	531,7659	23
Jóia	PA Santa Tecla	20/06/1988	1120	62
Jóia	PA Barroca	21/11/1997	514,2357	28
Jóia	PA Simon Bolivar	28/09/2006	1116,6415	84
Júlio de Castilhos	PA Ramada	24/06/1986	2313	75
Júlio de Castilhos	PA Alvorada	04/08/1994	1569,3438	62
Júlio de Castilhos	PA Santa Júlia	22/06/1999	1156	54
Manoel Viana	PA Santa Mercedes/Gleba B	10/09/2008	394,0199	7
Nova Santa Rita	PA Itapuí/Meridional	09/05/1988	1101	67
Passo Fundo	PA Bom Recreio	17/07/2002	470,2	35
Pedras Altas	PA Lago Azul	02/12/1994	967	24
Pedras Altas	PA Glória	02/12/1995	3058	85
Pedras Altas	PA Candiota	08/12/1998	812	21
Pedras Altas	PA Santa Inês	22/06/1999	617,5649	14
Pedro Osório	PA Nhandu	30/11/1998	500	19
Pinhal Grande	PA Fazenda do Sobrado	04/08/1994	1175	41
Pinheiro Machado	PA Vicirina	10/05/1996	1009	22
Pinheiro Machado	PA São Manoel	29/10/1996	1469,424	27
Pinheiro Machado	PA Alegrias	21/10/1997	726	20
Pinheiro Machado	PA Figueira	08/10/1997	567,4	18
Pinheiro Machado	PA Pinheiro Machado	08/10/1997	775,6	15
Pinheiro Machado	PA Campo Bonito	23/10/1997	933,3	23
Pinheiro Machado	PA Santa Inácia	23/10/1997	550,1	15
Piratini	PA Umbú	24/01/1996	982,6597	22
Piratini	PA Cachoeira	10/05/1996	724	10
Piratini	PA Itaçoce	10/05/1996	598	8
Piratini	PA Santo Antonio	10/05/1996	1056	34
Piratini	PA Ferraria	09/10/1996	1072,15	30
Piratini	PA Passo Dorneles	22/10/1996	362,1	14
Piratini	PA Passo da Cruz	22/10/1996	314,7	8
Piratini	PA Floresta/Lagoa	26/11/1996	2224,3	61
Pontão	PA Encruzilhada Natalino I / Passo Real	04/03/1972	1095,6504	53

Município	Assentamento	Data Dou	Área (ha)	Famílias Assentadas
Pontão	PA Encruzilhada Natalino 3 / Rio Bonito	04/03/1972	710,5	29
Pontão	PIC Sarandi - Gleba 2	04/03/1972	1740,1	55
Salto Do Jacuí	PA Oriental	28/09/2000	823,7655	39
Sananduva	PA Três Pinheiros/Sede	06/03/2006	921	59
Santa Barbara do Sul	PA Canta Galo	21/11/1997	584,3	32
Santa Margarida do Sul	PA Novo Horizonte II	10/09/2008	1615,3121	71
Santana do Livramento	PA São Joaquim	20/08/1996	1040,1012	37
Santana do Livramento	PA Santo Angelo	27/08/1996	481,4	10
Santana do Livramento	PA Apolo	27/08/1996	950	34
Santana do Livramento	PA Bom Sera	25/09/1996	747,8745	25
Santana do Livramento	PA Coqueiro	09/10/1996	980,1	26
Santana do Livramento	PA Jupira / São Leopoldo	26/11/1996	1264	39
Santana do Livramento	PA Recanto	07/03/1997	665,3	20
Santana do Livramento	PA Frutinhas	07/03/1997	565,28	17
Santana do Livramento	PA Posto Novo	19/05/1997	665,2891	21
Santana do Livramento	PA Santa Rita II	01/07/1997	697	17
Santana do Livramento	PA Capivara	23/07/1998	693,8513	15
Santana do Livramento	PA Pampeiro	13/11/1998	1338,8141	31
Santana do Livramento	PA Sepé Tiarajú III	23/12/2005	1340,7	34
Santana do Livramento	PA São João II	21/02/2006	782,8475	17
Santana do Livramento	PA Herdeiros de Oziel	13/12/2006	997,3	25
Santana do Livramento	PA Banhado Grande II	13/12/2006	258,3857	10

Município	Assentamento	Data Dou	Área (ha)	Famílias Assentadas
Santana do Livramento	PA Ibicuí	20/02/2006	1374,6384	36
Santo Antônio Das Missões	PA São Braz	28/09/2000	217,7	9
São Borja	PA São Marcos	08/10/1997	402	15
São Borja	PA Cambuchim	19/11/1998	600,63	24
São Francisco de Assis	PA Jaguari Grande	26/08/2008	534,6172	19
São Gabriel	PA Guajuviaras	10/06/1996	1474,3417	42
São Gabriel	PA União pela Terra	07/07/2008	548,7016	16
São Gabriel	PA Novo Rumo	07/07/2008	122,3	4
São Gabriel	PA Madre Terra	30/12/2008	2252	33
São Gabriel	PA Cristo Rei	21/11/2008	1835,5918	55
São Gabriel	PA Itaguaçu	21/11/2008	2037,8334	59
São Gabriel	PA Conquista do Caiboaté	05/11/2008	4953,1315	146
São Gabriel	PA Zambeze	30/12/2008	873,7055	35
São Luiz Gonzaga	PA Ximbocu	08/10/1997	136	6
São Luiz Gonzaga	PA Panorama	06/03/1998	440	16
São Luiz Gonzaga	PA Campos do Pontão	08/12/1998	780,5	28
São Luiz Gonzaga	PA São Sebastião	30/09/1998	971,7	48
São Luiz Gonzaga	PA 28 de Maio	13/12/2006	829,5	46
São Miguel das Missões	PA Fazenda Santa Helena	28/06/1988	2504	88
São Nicolau	PA Cambaí	08/10/1997	740,2691	41
Sarandi	PA Encruzilhada Natalino 2 / Holandês	04/03/1972	723,5	32
Sarandi	PA Encruzilhada Natalino 4	04/03/1972	3738,8	216
Tapes	PA Lagoa do Junco	15/09/1995	790	30
Tupanciretã	PA Nossa Senhora de Fátima	25/07/1996	1157,4	55
Tupanciretã	PA Santa Rosa	23/07/1998	2124	122
Tupanciretã	PA Invernada	24/07/1998	609,8	20

QUADRO 1. Assentamentos Criados Entre 1960 e 2009. Fonte: Elaborado Pela Autora.

O número de famílias assentadas varia conforme o tamanho da área desapropriada. Ao todo, foi desapropriada uma área de 137.648 hectares de terras improdutivas no estado entre o período de 1960 e 2009, ou seja, em 4,8% do território sul-rio-grandense, foram criados assentamentos rurais levando em consideração sua desapropriação.

O maior número de assentados por município foi em Santana do Livramento na fronteira oeste, que recebeu 414 famílias sem-terra em 17 imóveis rurais desapropriados. O elevado número é resultante da caracterização da região, e segundo Julia S. V. Aguiar (2011)

os assentamentos de Santana do Livramento foram implementados em um ambiente historicamente produzido, com qualidades socioeconômicas enraizadas na grande propriedade e nos sistemas produtivos da pecuária extensiva. Esse é um meio que no século XX se complexifica, com a presença de projetos característicos da agricultura empresarial intensiva (orizicultura, soja, silvicultura), praticados em áreas com baixíssima densidade demográfica. Considerando-se o adensamento populacional e a composição heterogênea da população que passa a habitar as áreas de assentamento, fica clara a condição do assentamento como uma estrutura espacial, com qualidades sociais específicas, que se destaca do seu entorno. São novas pessoas no lugar, com cultura, tradições, saberes, fazeres e histórias produzidas em outras regiões, que se encontram no objetivo comum de cultivar a terra, e que materializam esse processo no assentamento. (AGUIAR, 2011, p. 55).

Seguido de Santana do Livramento, o município de São Gabriel, na mesma região, assentou 390 famílias. Já o município de Herval na Região Sul assentou 304 famílias e Sarandi, na região norte, assentou 248 famílias. Os quatro municípios representam o

maior número de assentamentos por município no estado. Se tratando de número de assentamentos criados por municípios, Santana do Livramento e São Gabriel na fronteira oeste obtiveram os maiores índices, seguidos de Herval na região sul e Sarandi na região norte. Entretanto, os maiores números de assentamentos foram criados na parte centro-sul do estado, levando em consideração questões políticas e de esgotamento de imóveis improdutivos em regiões consideradas propícias ao assentamento e a agricultura, como é o caso da região norte.

A criação de um assentamento rural em uma área improdutiva acontece não necessariamente logo após o decreto de desapropriação. Em alguns imóveis, a variação de tempo levou alguns anos. Podemos observar a coluna com a Data Oficial da União, em que o assentamento foi criado. Porém, a criação em si, ou seja, o momento em que as famílias tomam posse dessas terras de fato é diferente. Em sua maioria, há variação de alguns meses entre o DOU e a criação oficial. Também, aqueles em que a data possui uma variação de dois anos ou mais anos, como é o caso do assentamento PA Jaguarão em Aceguá (DOU 25/09/1995 – 02/10/1997); PA Corticeira em Boa Vista do Incra (DOU 25/07/1986 -28/07/1988); PA Madrugada (DOU 28/03/1995 – 02/10/1997), PA Estância do Fundo (DOU 28/03/1995 – 02/10/1997) em Candiota; PA Palmeira/Perseverantes na Luta em Canguçu (DOU 04/05/2000 – 27/02/2002); PA Fazenda Inhacapetum em Capão do Cipó (DOU 12/01/1987 – 18/05/1992); **PA Fazenda São Pedro (DOU 06/03/2006 – 14/10/1986)** em Eldorado do Sul; PA da Quinta (DOU 25/07/1994 – 23/07/1996) em Encruzilhada do Sul; PA Chácara dos Miúdos (DOU 24/05/1989 – 11/07/1991) em Jari; PA Ramada (DOU 24/ 06/1986 – 26/05/1989), **PA Ramada (DOU 24/06/1998 – 26/05/1989)**, PA Alvorada (DOU 04/08/1994

– 16/05/1996) em Júlio de Castilhos; PA Lago Azul (DOU 02/12/1994 – 11/04/1996); PA Encruzilhada Natalino 1/ Passo Real (DOU 04/03/1972 – 07/11/1986), PA Encruzilhada Natalino 3/Rio Bonito (DOU 04/03/1972 – 07/11/1986), PA Sarandi – Gleba 2 (DOU 04/03/1972 – 01/01/1986) em Pontão; **PA Capão Bonito (DOU 22/06/2000 – 13/12/1999)** no Salto do Jacuí.

Entre estes, os grifados em negrito mostram que a Data Oficial da União é deferida posterior à criação do assentamento. Isso leva a considerar assentamentos criados a partir da ocupação dos imóveis improdutivos, visto que já há ocupação desde um a dois anos antes, mas só depois é declarado de fato pela união. Em outros casos, sua grande maioria, os imóveis são declarados pela união para os respectivos assentamentos, mas a tão almejada terra demora a ser entregue às famílias. O PA Fazenda São Pedro (DOU 06/03/2006 – 14/10/1986), em Eldorado do Sul, foi o imóvel que mais tempo permaneceu na inercia da União. O imóvel foi desapropriado em 1986, mas somente em 2006 foi de fato reconhecido como assentamento rural. O mesmo acontece quanto ao número de famílias assentadas nas propriedades.

Terra almejada e conquistada não é o suficiente para, de fato, dar-se início ao novo ciclo dentro do novo espaço. Falamos aqui em infraestrutura e organização dentro do assentamento. Primeiro, como já colocado, assentamentos vizinhos utilizam-se de parte da infraestrutura um do outro – água, luz e estradas. Já nos assentamentos únicos e distantes, é necessário todo esse aparato do estado para trazer as condições necessárias ao desenvolvimento de atividades socioeconômicas e à dignidade das famílias instaladas. Ainda, o assentamento precisa estar operante e funcionando coletivamente para iniciar o novo processo. Em alguns casos, como o da região da fronteira oeste e campanha,

o processo de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido no decorrer da década de 1990, aproximou duas identidades territoriais, associadas a dois processos distintos de acesso à terra no Rio Grande do Sul, produzindo espaços agrários distintos, tanto na esfera econômica (produção), quanto na cultural (identidade). Por isso, entendemos que o processo de reterritorialização ocorrido na Campanha Gaúcha, promoveu transformações no âmbito da questão regional, principalmente associada à identidade regional, ou melhor dizendo, proporcionou novas leituras sobre as mudanças identitárias a respeito do significado da Campanha Gaúcha nesse início de século XXI. (CHELOTTI, 2010, p. 170).

Antes mesmo de as famílias se instalarem nos assentamentos, nos processos administrativos, já eram levantadas as melhores culturas a serem cultivadas levando em consideração o tipo do solo nas diferentes regiões. Para entendermos melhor, ilustramos a produção e não produção de algumas regiões pré-assentamento e pós-assentamento a partir de dois processos administrativos. No caso da região centro sul em Arambaré, o processo referente à Fazenda Capão do Leão mostra que

de modo geral as terras de várzea são apropriadas para o cultivo de arroz irrigado em rotação com pastagens. Entretanto, as áreas bem drenadas podem suportar outros tipos de culturas como a soja e o milho, desde que usadas variedades adequadas para várzea, adubação e calagem, conforme análise do solo. Nas áreas de coxilhas do imóvel, os solos apresentam boas condições para produção de culturas anuais de sequeiro, uma vez corrigidas suas deficiências nutricionais. Pela proximidade com centros urbanos e pela excelente localização do imóvel recomenda-se o

cultivo de hortaliças. O reflorestamento com eucalipto também é na boa opção. Segundo Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do RS (1994), a região onde está inserido o imóvel apresenta aptidão climática preferencial para o cultivo de arroz, bergamota. Limão, milho com o plantio de setembro a dezembro, pêssego, sorgo e videira americana. Apresenta aptidão climática tolerada para alfafa, cana-de-açúcar, cebola, alho, laranja, feijão, forrageiras de clima tropical, subtropical e temperado e soja. Estas culturas podem ser plantadas com sucesso no imóvel, uma vez obedecidas as recomendações técnicas e diante de um bom sistema de comercialização⁴.

Já no processo administrativo Região das Missões, no município de Bossoroca, a Fazenda São João, de 937,3 hectares, mostra que, antes de dar início aos cultivos, é necessário, para que haja boas produtividades das culturas anuais, seja corrigida a acidez e a fertilidade, principalmente a deficiência de fósforo, com aplicações de calcário e fertilizantes nas quantidades recomendadas pela análise do solo. Isso porque

terras planas; terras próprias para lavoura em geral, mas que, quando cultivadas sem cuidados especiais, ficam sujeitas a severos riscos de depauperamento; terras que não se prestam ao cultivo continuado e regular das culturas anuais; terras impróprias para culturas anuais, mas que podem ser usadas para produção de certos cultivos permanentemente úteis (fruticultura e reflorestamento); terras não utilizáveis para agricultura, pecuária ou silvicultura nem para a produção de qualquer vegetação com significação econômica⁵.

⁴ Processo Administrativo Fazenda Capão do Leão no município de Arambaré/RS. Dados a partir do memorial do processo.

⁵ Processo Administrativo Fazenda Capão do Leão no município de Bossoroca/RS. Dados a partir do memorial do processo.

Na região noroeste colonial, o PA Barroca, localizado no município de Jóia, criado em 1997, tem uma área de 516 hectares e abriga 28 famílias originárias dos municípios de Palmeira das Missões, Planalto e Alpestre. As famílias ficaram acampadas durante dois anos no acampamento Palmeirão, situado em Júlio de Castilhos.

Já na Granja Saúde, atual PA Simon Bolívar, que tem por área 1116,6415 hectares e 85 famílias assentadas, estas contaram com a infraestrutura antiga que a fazenda possuía. Pouca, levando em consideração o número de famílias. Na região central, no município de Júlio de Castilhos, a Fazenda Santa Julia alternou sua produção após a criação do PA Santa Julia. A produção agropecuária em grande escala deu lugar à fragmentação do seu território introduzindo uma nova dinâmica no espaço rural com a agricultura familiar⁶. No PA São Pedro, em Eldorado do Sul, na região Metropolitana Delta do Jacuí, a situação pós-assentamento ficou bastante complicada, visto que

[...] ironicamente os agricultores precisaram abandonar a agricultura para poder viver de forma digna. O desamparo por parte das esferas governamentais, aliado a dificuldades inerentes à atividade agrícola (especialmente em relação à produção de pequena escala), empurrou uma parte considerável das 125 famílias assentadas em 2.595 hectares que pertenceram à Fazenda São Pedro, às margens da BR-290, para atividades não-agrícolas. O lote médio de 20 ha que cada um recebeu do governo federal num ruidoso processo de desapropriação e assentamento entre 1985 e 1987 tornou-se um local para muitos dos assentados apenas residirem. (GRANJA, 2005, p. 1).

A ocasionalidade desse fato leva a considerar a maneira como os assentamentos rurais são criados. Fica aquele velho dilema de que

⁶ Processo Administrativo Fazenda Santa Julia no município de Júlio de Castilhos/RS. Dados a partir do memorial do processo.

o importante é assentar (mostrar números), porém a forma como estes são feitos é questionável. Mesmo que, nesse caso, tenha sido um dos primeiros assentamentos criados, na década de 1980, os órgãos que cuidam e promovem leis de assentamento deixaram à mercê as famílias assentadas. Todo o solo é produtivo, basta achar meios e técnicas para produção.

Para tal processo, dá-se o nome de reterritorializar/ressignificar a propriedade rural. A partir dos anos 2000, a luta do movimento sem-terra não permeia só a desapropriação de imóveis improdutíveis, como também a produção orgânica de sustentabilidade no estado. Foi com essa nova política de movimento que os assentamentos, em grande escala criados na região sul e na região da fronteira oeste, deram nova significância àqueles imóveis improdutíveis. Horácio Martins Carvalho (1999) afirma que, nos assentamentos, são existentes vários grupos sociais com comportamentos distintos, porém marcados pela mesma identidade de luta pela terra.

Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face, independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pela fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento. (CARVALHO, 1999, p. 32).

O assentamento, segundo Bernardo Fernandes (1998), é condição de territorialização da luta pela terra. A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio da sua luta, o poder dos latifundiários.

A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização [...] Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio-territorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST. (FERNANDES, 1998, p. 33).

Fronteira oeste e região sul, regiões vizinhas, apresentaram semelhanças em suas rupturas agrárias. Duas regiões que tiveram o maior número de desapropriação de terras, localizadas em pontos do estado onde o histórico de utilização da terra teve por carro chefe a criação de gado, as charqueadas, devido ao solo apresentar características que não favorecem o cultivo em grande escala de produção de soja, milho e etc.; portanto, não se assemelham ao caso da região norte.

Para ambas as regiões, os assentamentos representaram, mesmo que não de forma unânime, a possibilidade de alterar a estrutura fundiária que pode, assim, formar e estabelecer novas relações no espaço agrário em âmbito regional. Desde 1990, com o “boom” de assentamentos, os novos agentes do espaço agrário sul-rio-grandense, nessas regiões, passam a ser os assentados. Em âmbito estadual, os assentados tornam-se agentes na produção socioambiental livre de agrotóxicos, seus históricos de marchas e ocupações convertem-se em produzir, nos espaços que já são seus, uma produção familiar livre de agrotóxicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desapropriações para reforma agrária caracterizam-se como uma reforma agrária feita pelo estado do RS durante o período de 1960 a 2009. Porém essa é *uma* reforma agrária que se efetivou pela ação do movimento dos sem-terra e do estado. Em outras palavras, denominamos por *uma* reforma agrária ao tratarmos, de maneira geral, do processo histórico, aqui narrado, de desterritorialização (ação do Estado impulsionado pelo movimento dos sem-terra: ação de forças sociopolíticas reivindicatórias) e de reterritorialização (com processo histórico, jurídico e fundiário dos assentamentos) no Rio Grande do Sul. Isso porque, se analisarmos os casos isoladamente, seja no território sul-rio-grandense, seja em outra região do território brasileiro, teremos tantas reformas agrárias quantos processos socioeconômicos, jurídicos e fundiários reivindicatórios.

De uma forma ou outra, implícita ou explicitamente, o aparato jurídico, as leis e constituições brasileiras republicanas abordavam e abordam questões relativas à reforma agrária. Enquanto isso, no campo, as ligas e movimento organizavam-se para pressionar o Estado a efetivar suas leis referentes à reforma agrária atendendo às solicitações vindas do movimento. Contudo, a demora do Estado em tomar uma medida cabível à situação ocasionou uma série de ocupações a latifúndios improdutivos no estado. Pelo movimento sem-terra, essa era a forma, na época, para pressionar e denunciar. E isso deu certo. Em razão das denúncias de improdutividade em imóveis rurais e das ocupações, muitos imóveis passaram por vistoria e constatação de sua improdutividade, dando início ao processo desapropriatório dos imóveis rurais, para então dar-se início ao processo de assentamento das famílias.

Nesse sentido, desapropriar e assentar é um direito previsto na constituição. E a realização da reforma agrária é a consequência. Na

década de 1990, o estado do RS fez *uma* reforma agrária, levando em consideração o número de assentamentos rurais criados para além das desapropriações de terra (compra de imóveis).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Julia S. V. *Os assentamentos de Santana do Livramento/RS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. *Combatiendo a Leviatan. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico em Brasil (1985-91)*. In: BALAZOTE, A. O.; CATTULLO, M. R.; RADOVICH, J. C. (Org.). *Antropologia y grandes proyectos em el Mercosur*. La Plata: Editorial Minerva, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1999.

CHELOTTI, M. C. Desterritorialização e Identidade Territorial. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 1, p. 165-180, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. *A história de João Potro: Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855)*. *Varia hist.*, v. 33, n. 63, p. 707-743, 2017.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285 p.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 518 p.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, O. A desterritorialização. In: _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105.

SCHERER-WARREN, Ilse.. *Do local ao global: a trajetória do mo-*

vimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008, v. , p. 66-84.

MACHADO, Ironita A. Policarpo et al. *Indígenas, quilombolas e agricultores [recurso eletrônico]: história e conflitos agrários no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2018.

Marcos Fiorentin. *MST E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA/SC*. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios da Campanha Gaúcha. O Caso de Hulha Negra, Aceguá e Candiota*. In: *COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 9., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Los problema del mundo actual, soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales, Porto Alegre, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. v. 1. 215 p.

MENDES, Naira Letícia Giongo. *A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de joia*. 34 p. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

MORAES, Antônio C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994. p. 15-20.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes*. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2008. p. 66-84.

IV

A ASSOCIAÇÃO RURAL DE PASSO FUNDO:

*organização e atuação de uma entidade
associativista na década de 1930*

ALEX ANTÔNIO VANIN

O presente capítulo tem por objetivo analisar a formação da Associação Rural de Passo Fundo e sua atuação no município durante os anos finais da década de 1930. No contexto de reorganização da economia nacional no setor produtivo, levado à cabo pelo Estado brasileiro ao longo da década de 1930, a organização de entidades que reunissem os interesses de produtores do setor agropecuário foi algo muito presente, tendo em vista as políticas públicas que passaram a ser direcionadas pelo fomento à produção interna por meio do investimento estatal. Através de declarações, manifestos e publicações da Associação Rural em periódicos da imprensa passo-fundense e estadual, intentar-se-á traçar um panorama dos objetivos dessa instituição representativa dos interesses desse setor da sociedade civil e o desenvolvimento de suas atividades em âmbito local no período, enfocando na organização da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo, realizada no ano de 1939 como materialização desses interesses.

A realização da Exposição não pode ser compreendida apenas como um recorte local e desvinculado de seu contexto histórico. Longe de retratá-la apenas como um evento isolado em si, propõe-se articular sua realização, bem como a ação de seus organizadores no cenário econômico do país no período da década de 1930, ainda na antessala da eclosão da Segunda Guerra Mundial. As transformações ocorridas em relação à política econômica adotada pelo Governo Federal a partir do início daquela década conduziam o Brasil a uma nova orientação de desenvolvimento econômico muito pautado na industrialização, é verdade, mas que não secundava a necessidade de desenvolvimento agrícola, antes, o reconhecia enquanto o possibilitador do progresso industrial. Nesse sentido, a organização de uma entidade de classe que representava os pecuaristas e produtores de cereais de Passo Fundo e a realização de uma exposição agropecuária eram ambos parte de uma expressão local de uma série de mudanças no campo que se planejava e visava em termos macroeconômicos. Convém, portanto, tratar acerca da organização do evento, seus articuladores em nível regional e acerca do evento em si, analisando sua realização e os sentidos e imagens que eram refletidas – ou que se queriam refletir – nesse “espelho” da potencialidade econômica de Passo Fundo.

NOVOS RUMOS DA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930

Desde o início do período republicano até o final da década de 1920, a agroexportação brasileira, centrada na monocultura do café, era controlada pelas oligarquias que dominavam a produção cafeeira e, por conseguinte, a cena política do período. Com a Crise

de 1929 e a destituição das oligarquias cafeicultoras do centro de decisão da esfera governamental, a política econômica que passou a ser assumida pelo Estado brasileiro no pós-Revolução de 1930, destacou-se por assumir novas facetas, dentre as quais, especialmente a de incentivar uma maior participação do governo e da estrutura do Estado na economia nacional.

Segundo Furtado (1958), desde fins do século XIX o governo federal havia sido submetido aos objetivos da política econômica dos cafeicultores, visto que mecanismos de defesa da economia cafeeira tiveram relativa eficácia até a Crise de 1929. Todavia, as condições e alterações na economia que se criaram no Brasil na década de 1930 assumiram um caráter acíclico, já que a produção de bens de capital cresceu frente a um contexto de precárias possibilidades de importação. A crise experimentada pela cultura do café foi também uma crise que alijou o poder central, então hegemonicamente regido pelas oligarquias cafeeiras, criando as condições para o fortalecimento de um poder centralizado e permitindo um processo de transformações em âmbito nacional, alterando a estrutura organizacional do Estado Nacional (FURTADO, 1972).

De acordo com Fonseca (1989), um intervencionismo estatal na economia passa a ser edificado como uma forma de ação necessária para as transformações entendidas como pungentes à sociedade brasileira por parte dos que haviam tomado o poder em 1930. A intervenção proposta pelo governo enquanto política de Estado sobre a economia, contudo, não era uma inovação na forma de governar, visto que a interferência do Estado processava-se desde o período anterior a 1930, principalmente com a política de proteção ao café. Assim, as transformações dar-se-iam através de mudanças, sobretudo no âmbito da economia, setor mitigado pela crise internacional e pela quase que exclusividade do setor agroexportador como principal gerador das divisas nacionais.

Durante os anos 1930, a centralização do papel do Estado na economia consolida-se, atribuindo a este a condição de irradiador do futuro desenvolvimento propalado pelos discursos do governo revolucionário, em clara crítica aos opositores destituídos, servindo de argumentação ideológica contra o concebido “atraso” experimentado pelo Brasil até então. O modelo agroexportador que havia regido as relações comerciais brasileiras nas décadas anteriores encontrava-se em crise definitiva, exigindo novos mecanismos que contornassem os obstáculos da economia mundial que se interpunham sobre a nacional. A substituição de importações foi uma das alternativas buscadas para contornar a queda no fluxo das importações através do incentivo à produção interna, bem como a adoção de políticas de controle fiscal, monetário e cambial (FONSECA, 1989).

Conforme Pierucci *et al.* (2007), para compreender esse período da economia brasileira, é necessária uma análise sistêmica do setor agropecuário, entendendo-o como um conjunto mais amplo e heterogêneo do que o setor agrário e rural da economia, bem como da sociedade do período. É também fundamental compreendê-lo como um sistema aberto e integrado às atividades dos demais setores da economia brasileira, interdependente e correlacionado a outros e em consonância a um contexto econômico do capitalismo brasileiro de desenvolvimento dependente. Para além, a contribuição do setor agropecuário ao desenvolvimento econômico não se resume simplesmente a estatísticas de crescimento do setor, mas também a transferências e vinculações que se dirigem aos demais setores da economia. Há, portanto, nesse período, uma transição de uma “economia natural”, na qual um complexo rural relativamente fechado e autossuficiente é substituído por um setor agropecuário especializado e mercantilizado.

Em que pese o forte incentivo à industrialização projetado pelo governo Vargas, que alcançou resultados significativos de crescimento entre 1933 e 1939, a estrutura econômica nacional manteve-se assentada sobre a exploração agrícola (FONSECA, 1989). Os investimentos na agricultura perfaziam os incentivos à policultura, almejando o aquecimento e a ampliação do mercado interno. Assim, a agricultura passa a incorporar a necessidade da racionalização do setor agropecuário, a partir da adoção de novas técnicas e o cultivo de novos gêneros que suprissem a demanda interna, substituindo a necessidade das importações.

Na esteira dessas mudanças no ordenamento econômico, o Ministério da Agricultura sob o governo Vargas, sobretudo a partir de 1933, incorpora novas atribuições que reafirmam sua atuação junto ao setor agropecuário. O referido ministério se torna especializado, introduzindo a “organização e o desenvolvimento da produção nacional”¹ como base de ação, estabelecendo-se sobre novos moldes e diretrizes, mais tecnicizados e racionalizados. Os serviços desenvolvidos e coordenados pelo ministério e seus respectivos órgãos passaram a ser executados por funcionários selecionados e capacitados para o desenvolvimento das funções, compondo-se, dessa maneira, um quadro técnico (FONSECA, 1989, p. 215).

A questão da produtividade agrícola sofre mudanças sensíveis quanto a sua composição e direcionamento após a ascensão dos revolucionários ao governo em fins de 1930. A reorganização ministerial promovida tão logo Getúlio Vargas assume como representante do governo provisório, começa a ser esboçada, atingindo, posteriormente, alterações profundas no funcionamento do aparelho estatal.

¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ministro da Agricultura Juarez Távora referente ao período de 1930-1933, apresentado ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro, 1934*, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quanto à produção agropecuária, as maiores mudanças no cenário produtivo e de mercados começariam a tomar novos sentidos a partir de 1933. Enfatizava-se a necessidade da cooperação entre os serviços subordinados à pasta da Agricultura, a fim de que fosse ampliada a sua eficiência individual e articulada, alcançando resultados diferentes aos dos obtidos até então, prática que se consolidaria nos anos seguintes. Atribui-se, portanto, certo dinamismo ao mecanismo de subordinação burocrática, posto que se passa a contar com diretorias intermediárias entre os serviços e o ministério, furtando-se da aprovação ministerial, legando maior agilidade ao funcionamento dos órgãos.

Aos poucos, o Ministério da Agricultura ganhava novos contornos, funções e direcionamentos. Despontavam os primeiros conceitos práticos de desenvolvimento objetivo sobre a produção agrícola, tal como a necessidade da racionalização da produção, esta última embasada no incentivo intensivo e extensivo que seria atribuído aos órgãos técnicos sob a subordinação do ministério. As reformas, portanto, têm por base a inserção de uma conotação científica à ação ministerial, justificando-se pela necessidade do desenvolvimento nacional. Diante disso, medidas como a adoção de técnicos capacitados ao desempenho das funções, a regulamentação de profissões relacionadas às atividades ligadas ao cultivo do solo e o incentivo à pesquisa tornavam-se recorrentes na composição dos órgãos responsáveis².

Novos encaminhamentos são estabelecidos nos serviços do Ministério da Agricultura quanto à produção agrícola. Dentre as atividades estabelecidas como de caráter primordial a serem desenvolvidas pelo governo constitucional estavam o ensino, a pesquisa

² BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do ministro da Agricultura Juarez Távora referente ao período de 1930-1933, apresentado ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro, 1934, p. 19-25. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

e a experimentação, acompanhados pela justificativa de que o conhecimento acerca dos gêneros cultivados, como os ciclos da planta, seu desenvolvimento e seu rendimento, adviria apenas dos investimentos em pesquisa, avaliando-se especificidades regionais, tipos de solo, de semente e de gênero cultivado. Em diversas partes do Brasil, o Governo Federal adquiriu áreas para a instalação de estações experimentais, como no norte do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, enfocando nas pesquisas voltadas ao cultivo do trigo, cultura que receberia apoio para produção no Sul do país naquele período.

A estruturação de uma nova política de desenvolvimento agrícola justifica a adoção de medidas de proteção e incentivo à produção no período. Há a reorganização e regulamentação de novos órgãos. A partir de 1937, as campanhas de incentivo e de fomento à produção agrícola, animal e mineral são aprofundadas. Logo, o desenvolvimento econômico que deveria partir da agricultura é maximizado, visto como ideal e passa a ser explorado em diferentes âmbitos e de diferentes maneiras, diluindo-se em novas regulamentações e regimentos. Para tanto, promover a reorganização do mercado interno e aumentar a produtividade tornaram-se objetivos do Governo Federal ainda na década de 1930, fortalecendo a reorientação econômica nacional.

É após o estabelecimento do Estado Novo que a intervenção governamental incidiria mais sobre a agricultura brasileira. O fomento, a organização e defesa da produção também se tornavam pungentes à nova agenda econômico-política. Enfatizava-se a necessidade de o país “desenvolver e impulsionar todas as produções agrícolas que lhe possam beneficiar”³, sendo o Estado o pivô dessas novas relações de produção, atuando como o seu ordenador e coordenador.

³ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório das atividades do ministério no ano de 1938 apresentado pelo ministro da Agricultura, Fernando Costa ao presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade Agrícola, 1939, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No bojo do reordenamento da economia brasileira, em particular da economia sul-rio-grandense, é que se insere o município de Passo Fundo na década de 1930. Dentre o setor ruralista do município, as transformações que vem sendo proporcionadas pelas políticas de governo em relação ao setor agropecuário vão levar ao posicionamento e ao associativismo de indivíduos que partilham atividades diversas no campo, como a criação de animais e o cultivo de lavouras de extensão.

Na década de 1930, a nova orientação econômica, propalada pelo governo federal, passaria a subsidiar investimentos no setor agropecuário em âmbito local. Em 1937, um investimento do governo estadual já havia sido consolidado em Passo Fundo e correspondia ao interesse do poder público em investir na região: o *Centro de Distribuição de Sementes de Trigo*, que funcionava no centro da cidade, à Av. General Netto, próximo à estação ferroviária. O Centro, criado para “melhor atender o fomento da lavoura tritícola na Região Serrana”, em realidade, atuou na distribuição de sementes em nível estadual, enviando-as para municípios de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Realizava, também, um tecnicizado processo de seleção das sementes, classificando-as, expurgando impurezas e imunizando-as de moléstias que grassavam no período, sendo acessadas pelos produtores da região por denotar maior qualidade e produtividade. A partir deste investimento, segundo notícia publicada pelo ente público na imprensa local, o município de Passo Fundo havia se tornado o “maior centro de propaganda e difusão da lavoura tritícola do Brasil”⁴.

Não podemos esquecer também da instalação da já citada *Estação Experimental de Passo Fundo*, inaugurada em 1938. O estabe-

⁴ O NACIONAL. *Centro de Distribuição de Sementes de Trigo*. Passo Fundo, 24 maio 1939. Acervo do AHR.

lecimento, localizado na zona rural do município, no distrito de Coxilha, no então Desvio Englert, foi outro importante investimento público – dessa vez federal – na produção tritícola regional, sobretudo. A Estação, para além de selecionar as sementes, imunizá-las e disseminá-las entre os produtores, difundia também instruções e ensinamentos sobre cultivo, principalmente do trigo (TEDESCO; SANDER, 2005).

Nesse período de intenso investimento público, que será acompanhado por investimentos privados no setor agropecuário, é que se fundará, efetivamente, uma entidade que congregará esta fração de classe em relação às possibilidades de se conquistar melhores condições de financiamento, de acesso a melhores produtos e, ao mesmo tempo, fazer frente à defesa de seus interesses. Tem-se aí a criação da Associação Rural de Passo Fundo que seria a organizadora da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa. Contudo, para compreender mais a fundo acerca da entidade nos bastidores deste evento, vale explorar um pouco acerca de sua formação e atuação em Passo Fundo.

A ASSOCIAÇÃO RURAL DE PASSO FUNDO

A realização da Exposição Agro-Pecuária e Industrial está atrelada à Associação Rural de Passo Fundo, da qual partiu a idealização e organização do evento. Criada oficialmente em 26 de dezembro de 1937, pouco mais de um ano antes da Exposição ocorrer, a Associação Rural de Passo Fundo era uma aspiração do setor ruralista local ainda da década anterior e possuía origem em interesses, anseios e expectativas da mesma classe de produtores rurais que a criava naquele momento. De acordo com Salatino (2020), a formação de associações rurais

consistia na criação de um coletivo organizado, em que indivíduos se uniam em socorro mútuo, baseadas na reciprocidade de seus sócios e no provimento de garantias dependendo da modalidade, como previdência, seguro agrícola, empréstimo, crédito e outros serviços ou benesses, atendendo a um público e a um fim específicos.

A origem da Associação Rural, pelo menos em termos de idealização, remontava há quase duas décadas e, curiosamente, estava atrelada à realização de uma outra exposição agropecuária: a 1ª Exposição-Feira, realizada em 1921. Do que se pode apurar, até fins da década de 1930 apenas esse evento carregou o sentido de demonstrar o elemento econômico do município com uma exposição da produção pecuária, isto é, da criação de gado bovino, suíno, ovino e outros, e foi realizado por iniciativa do fazendeiro e comerciante local Faustino Rodrigues da Silva, em parte de suas terras ainda não loteadas àquela época, na Vila Rodrigues, ocorrendo entre os dias de 23 e 25 de dezembro de 1921.

A 1ª Exposição-Feira ainda contou com uma comissão organizadora que reuniu produtores rurais da cidade e município de Passo Fundo, como Ney de Lima Costa, Dr. Joaquim Brasil Cabral, Dr. Moreno Loureiro Lima, Dr. Ramão Lopes da Rosa, Medardo Rodrigues Sanz, Horacio Mello, Cantidio Pinto de Moraes e os coronéis Anibal Lemos de Mello, Francisco Leandro de Quadros e Antonio Fernando da Motta, todos vinculados ao setor agropecuário regional e estadual. É desse estrato de produtores rurais vinculados à criação de animais que se encetou um ensaio à primeira tentativa de “união da classe” dos ruralistas em Passo Fundo.

A realização da 1ª Exposição-Feira foi capaz de mobilizar a criação de um grupo de produtores rurais identificados entre si e mobilizados primeiramente em torno do evento e, posteriormente, em prol da fundação de uma entidade associativa. Conforme edi-

torial do jornal *A Época*, dirigido por Ney de Lima Costa, um dos dirigentes da 1ª Exposição,

A classe dos criadores, não resta dúvida, é uma das que mais intimamente se acha ligada ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, representando o maior coeficiente financeiro do Estado sulino. Já quase todos os municípios do Rio Grande possuem Associação dessa natureza e a de Pelotas é um exemplo vivo da força dos criadores, mostrando o quanto pode uma classe unida num mesmo ideal altruístico. [...]

Affrontar com elevação de vista, com coragem, amparada na certeza da vitória, sem medir sacrifícios morais e materiais, será a função da futura diretoria da Associação Rural de Passo Fundo.

O Rio Grande marcha para frente em busca de seus ideais e Passo Fundo não pode mais viver ao doloroso *statu quo* em que se vinha mantendo, num condenável indiferentismo aos seus problemas vitais. [...]. Passo Fundo, com esse gesto de nobreza, congregando uma classe que vive ainda entregue à causticante rotina de tempos idos, prestará não só um serviço a si mesmo, mas ao glorioso Rio Grande do Sul⁵.

Logo, a ideia inicial era de se criar uma entidade associativa que congregasse interesses desse setor da sociedade civil. A comissão organizadora dessa exposição ficou encarregada de, após o evento, fundar a Associação Rural de Passo Fundo, que deveria vincular-se à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), fundada em 1909 e que, em 1921 seria fundida à União de Criadores para a formação da Federação Rural do Rio Grande do Sul.

⁵ A ÉPOCA. *Associação Rural*. Passo Fundo, 1º dez. 1921, capa. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

A comissão encarregada de criar a *Associação Rural de Passo Fundo* chegou a receber convite da Federação Rural para a filiação à entidade estadual, mas acabou declinando-o, devido à ainda inexistência oficial da Associação, ainda em setembro de 1922⁶.

A economia do município de Passo Fundo, desde o início do século XX, havia experimentado novas dinâmicas e sinergias em diversos setores, sobretudo a partir da instalação da estrada de ferro ao longo da última década do século XIX e que conectaria, após 1910, Passo Fundo à malha ferroviária nacional. Pelos trilhos, o escoamento produtivo da região foi incrementado, permitindo a exportação de produtos e gêneros diversos para outras regiões do país. Na esteira da interligação de mercados e de trocas de produtos, a produção agrícola e pecuária se mantinham como carro-chefe, sendo ladeados pela indústria extrativista da madeira, principal atividade econômica desenvolvida em vários distritos de Passo Fundo, como Carazinho, Coxilha e Erechim. E havia ainda toda uma zona produtiva vinculada à pequena propriedade, ao cultivo de gêneros variados, também nos distritos, sobretudo nas regiões que foram abrangidas por projetos de colonização pública - como a Colônia Erechim - ou privada.

A pecuária no município de Passo Fundo, que havia sido desde a gênese do povoado, mantinha-se com importante ponta do setor produtivo, apesar da crise no setor. De acordo com dados dos relatórios da Intendência Municipal durante a gestão do intendente Armando Araujo Annes (1924-1928), a criação de gados vacum, cavalar, suíno e outros tinha sua parcela de participação econômica, seguida pelo beneficiamento e comercialização de produtos derivados, como cabelos, couros, lãs, banha etc.⁷ Além disso, foi também du-

⁶ A ÉPOCA. *Associação Rural*. Passo Fundo, 16 set. 1922, p. 4. Acervo do IHPF.

⁷ RELATÓRIO do Intendente Armando Araujo Annes apresentado ao Conselho Municipal de Passo Fundo em 20 de novembro de 1926. Passo Fundo: A Nacional, 1927.

rante essa gestão que foi construído, às expensas da municipalidade, o Matadouro Municipal, que passou a servir-se da disponibilidade do gado *vacum* criado pelos pecuaristas da região.

Conforme afirma Gasparotto (2016), o início da década de 1920 foi um período de intensa crise na pecuária sul-rio-grandense, devido à falta de mercado, de créditos para investimentos e fatores climáticos e sanitários, como surtos de febre aftosa. A organização dos criadores em associações servia ao combate à crise instaurada no setor, propugnando-se a “união de classe” como forma de estabelecer a defesa de seus interesses. Dessa forma, podemos conjecturar que a organização da 1ª Exposição-Feira estivesse intimamente atrelada ao contexto de crise, e tenha se constituído enquanto uma manifestação dos ruralistas do município de Passo Fundo, sendo certamente um ponto inicial da organização dessa fração de classe em âmbito local. Após 1922, não encontramos nenhuma indicação que desse conta de esclarecer que a Associação Rural de Passo Fundo foi efetivamente constituída enquanto instituição naquela década. Provavelmente, frente ao contexto de crise ao qual foi referido anteriormente e que se alastrou pelo restante daquela década, atingindo a atividade econômica de pecuaristas, criadores e charqueadores; em nível estadual, após as contendas da Revolução de 1923, apenas em 1927 se consolidaria a entidade de representação dos pecuaristas e criadores, a (re)fundada Farsul. De fato, a ausência de informações na imprensa local ao longo do supracitado período talvez possa assinalar que a Associação Rural não tenha se efetivado ou, se assim o foi, tenha se resumido a uma atuação restrita e administrativa.

É apenas na década seguinte que a Associação Rural reaparece, mantendo-se vinculada ao mesmo setor da sociedade civil, enquanto entidade empenhada em posicionar-se a frente dos interesses dos ruralistas locais, notadamente não apenas os pecuaristas, como na pri-

meira tentativa de fundação da entidade, mas já também aí inseridos triticultores, nesse período em que as políticas do governo federal em relação à economia têm no desenvolvimento do setor agropecuário o foco de várias ações.

Nesse espectro de possibilidades, o setor vinculado à produção agropecuária resolve organizar-se em nível municipal, possivelmente antevendo um maior investimento e intervenção do Estado junto, por exemplo, às instituições bancárias, mas principalmente no Banco do Brasil, como veremos a seguir. Dessa forma, decorrente de um contexto mais amplo de investimentos públicos no setor, é que supomos ter-se gerado o “ímpeto” pelo associativismo ruralista local. Na imprensa passo-fundense, no mês de dezembro de 1937, é que a ideia de constituir uma Associação Rural parece ressurgir, através de um convite público, por meio do qual concitava-se os interessados a inserirem-se nos quadros da Associação Rural, em processo de “reorganização”; o anúncio partira de pecuaristas, triticultores e madeireiros da região, na figura de João Kruel, João Carlos Waihrich, Ivo Pio Brum, Romeu Torres de Azevedo, Epaminondas Ribeiro, Conrado Rodrigues Sanz, Amador Bueno de Araujo, Innocencio Schleder, Victorio Dinardo, Herminio Silveira e José Julio Mendes, este último auxiliar veterinário estadual. De acordo com a declaração,

Atendendo a inadiável necessidade de reorganizar a Associação Rural, deste município, para que possam os seus filiados gosar das multiplas vantagens que lhes offerece a Federação das Associações Rurales do Rio Grande do Sul, vimos convidar a V. S. para tomar parte na reunião [...]. Na reunião serão tratados diversos assumptos de vital interesse para a classe rural e feita detalhada exposição sobre os fins da Associação Rural, que visa unir os criadores, para dar-lhes maior força, facilitando meios pelos quaes possam

pleitear direitos que lhes assistem e vantagens que isoladamente não obteriam⁸.

No dia 26 de dezembro de 1937, dia da reunião anteriormente mencionada, foi fundada efetivamente a Associação Rural de Passo Fundo. A eleição provisória realizada naquele momento seria substituída por uma nova, realizada no ano seguinte, que escolheu o pecuarista João Carlos Waihrich e Romeu Torres de Azevedo como presidente e vice, respectivamente; a diretoria eleita foi composta por Ivo Pio Brum, João Salton, Italo Bevengnu e Verdi de Cesaro e Hermínio da Silveira como secretário-geral⁹. Desses, de acordo com a publicação *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo* – elaborada para registrar e coligir dados sobre a 1ª Exposição – teriam sido João Carlos Waihrich e Hermínio Silveira os seus articuladores principais, o primeiro, experiente pecuarista e antigo sócio do então extinto *Saladeiro São Miguel*, da indústria do charque, e o segundo, naquele momento, diretor do Consórcio Profissional Cooperativo dos Produtores de Trigo de Passo Fundo¹⁰, logo, vinculado diretamente à triticultura na região e expoente de uma incipiente associação, que provavelmente foi diluída nos quadros da Associação Rural. Ao tempo da realização da Exposição, a Associação já contava com cerca de 340 membros, distribuídos por todo o município.

A partir de 1938, na imprensa citadina e estadual é que se passa a identificar ações diversas manejadas pela Associação Rural, essa talvez sendo organizada e exercendo atividades pela primeira vez. Instalada no centro da cidade, na rua Moron, defronte à Praça Ma-

⁸ O NACIONAL. Passo Fundo, 22 dez. 1937, p. 4. Acervo do AHR.

⁹ IL GIORNALE DELL'AGRICOLTORE. *De Passo Fundo. Caxias*, 12 maio 1938, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰ O NACIONAL. *Consórcio Profissional Cooperativo dos Produtores de Trigo do Município de Passo Fundo*. Passo Fundo, 14 abr. 1936, p. 4. Acervo do AHR.

rechal Floriano, a sede da Associação Rural foi inaugurada em 3 de maio de 1938. A Associação, em seus primeiros tempos, engajava-se na disponibilização de um veterinário e de um agrônomo para seus associados, além de ser distribuidora de formicidas e outros produtos agrícolas e veterinários¹¹. A Associação também se responsabilizava pela distribuição de sementes aos associados e mantinha, em sua sede, “prospectos e ensinamentos da cultura do milho, alpiste, girassol e etc., para distribuição”, promovendo, nesse mesmo âmbito, conferências com especialistas em diversos assuntos concernentes ao “interesse da classe”¹².

Por meio de declarações concedidas à imprensa, a Associação se mostra favorável à política de limitação do preço do trigo nacional, colocada pelo governo federal através do Ministério da Agricultura¹³. Ainda em 1938, congratula o presidente da república pela criação na cidade de uma agência do Banco do Brasil, considerada como uma “velha aspiração das classes productoras” de Passo Fundo¹⁴. Muito provavelmente por influência deste grupo que fazia parte da Associação Rural, é que a sede da agência do Banco do Brasil acabou sendo instalada ao lado da sede da Associação, na Casa Kieling.

¹¹ O NACIONAL. Passo Fundo, 19 jun. 1940, p. 38. Acervo do AHR.

¹² O NACIONAL. *Associação Rural*. Passo Fundo, 25 abr. 1938, p. 4.

¹³ DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 30 dez. 1938, capa. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴ CORREIO DA MANHÃ. *Velha aspiração de Passo Fundo*. Rio de Janeiro, 29 abr. 1938, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Na marcação, a sede da Associação Rural de Passo Fundo, na década de 1940. No edifício à direita da Associação, na então Casa Kieling, foi instalada a sede da primeira agência do Banco do Brasil em Passo Fundo, em 1939. Foto Moderna de Armando Czamanski. Acervo pessoal de Igor Schneider Calza.

O discurso de inauguração proferido pelo gerente da agência bancária tem a tônica desenvolvimentista característica no período do Estado Novo. O enfoque da narrativa recai justamente sobre a carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) que, ainda sob o governo constitucional, havia sido cancelada em maio de 1937. De acordo com Redivo (2018), esta foi uma fórmula utilizada no período do governo Vargas para subsidiar o crédito, através da subscrição de ações do Banco do Brasil. Dessa forma, correlacionava-se na política pública o desenvolvimento econômico e a necessidade de existência de crédito, pois “não é possível, nas condições econômicas do mundo moderno, dissociar as ideias de comércio e indústria, da existência do crédito” (TRUDA, 1937 p. 3, *apud* REDIVO, 2018, p. 68). Esse provavelmente se constituía, nos primórdios da Associação, enquanto um elemento central e, não por acaso, por vezes a entidade tratou de publicar na imprensa local acerca das condições para se adquirir os empréstimos da CREAI.

Percebe-se que a Associação Rural, ainda em seu primeiro ano de organização se mostrou ativa em suas funções propostas e na promoção de outras mais. É nesse mesmo contexto que, em setembro de 1938, em uma das assembleias da entidade, surge a ideia de realizar uma “exposição agro-pecuária e industriária”, a ser realizada no ano seguinte, no final de fevereiro, de modo que coincidissem com a colheita do trigo e da uva, gêneros que receberiam o maior destaque na ocasião¹⁵. Desde esse momento, buscou-se no poder público municipal o apoio à realização do evento, que foi de pronto concedido e seria o intermediador junto às outras instâncias do governo estadual.

A realização de uma exposição, proposta pela iniciativa privada e apoiada pelo poder público aglutinaria os interesses particulares dos produtores do município, ao mesmo tempo que promoveria não só a divulgação das políticas de incentivo e fomento dos governos federal, estadual e municipal ao setor agropecuário, como também reproduziria parte da propaganda estado-novista em relação ao papel do trabalho e da produção para o progresso e desenvolvimento econômico do país.

A EXPOSIÇÃO:

o reflexo da potencialidade econômica

A 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa, como planejado pela Associação Rural, realizou a partir da última semana de fevereiro de 1939. O evento, preparado em tempo exíguo – em torno de seis meses entre a idealização e a concretização – serviria, pois, como uma espécie de “vitrine” da economia passo-fundense, ou como um “espelho da potencialidade econômica” do município, como descreveu o prefeito de Santa Maria, Dr. Antonio Xavier da

¹⁵ O NACIONAL. *Associação Rural*. Passo Fundo, 14 set. 1938, p. 4. Acervo do AHR.

Rocha, no relato de suas impressões acerca da Exposição¹⁶. Para a montagem deste “espelho”, foram construídos diversos pavilhões e cercados, em uma área ainda afastada do centro da cidade à época, nos arrabaldes da Vila Vittorio Veneto, depois nomeada como Vila Exposição, justamente em alusão a este evento¹⁷.



Vista geral da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

A Exposição, primeiramente planejada para ocorrer apenas na última semana do mês de fevereiro de 1939, foi estendida por mais uma semana em decorrência de imprevistos climáticos, que impos-

¹⁶ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais, p. 10. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.

¹⁷ A Exposição Agro-Pecuária e Industrial, em suas duas edições – houve a realização de uma 2ª Exposição, no ano de 1940 – embora ainda pouco recordada na historiografia passo-fundense, deixou uma marca que até hoje é rememorada pelos habitantes de parte da cidade de Passo Fundo. O local que abrigou o evento em 1939 e 1940, próximo ao atual cruzamento da Avenida Presidente Vargas e a rua Albino Lazzaretti, ficou por muito tempo conhecido como “Exposição”, emprestando o nome ao aglomerado urbano que ali se formava no período, compondo a “Vila Exposição”, ou ainda como “Bairro Exposição”. No ano de 1965, a alusão à Exposição foi substituída por um nome vinculado à construção da Igreja São Cristóvão, passando a adotar a denominação de “Bairro São Cristóvão”.

sibilitaram, durante vários dias, a visitação e a exposição de animais, sobretudo, fora dos pavilhões. Isso impactou, segundo a imprensa local, no número de visitantes que se fizeram presentes no evento. Embora não exista registro de um número de visitantes que concorreram aos *stands*, sabe-se que pelo menos nos dois primeiros dias da Exposição cerca de 15 mil pessoas circularam por ali, montante abaixo do esperado, tendo em vista a participação de entidades e representações de outros municípios. Para reunir público, para além do passo-fundense, houve empenho da Diretoria da Associação Rural em divulgar e promover o evento para outros pontos do estado, buscando congregiar autoridades, entidades e produtores rurais, inclusive com a compra de horários de propaganda nas emissoras de rádio Gaúcha e Farroupilha, de Porto Alegre¹⁸.

A cerimônia de inauguração da Exposição contou com a presença de autoridades locais, como a do prefeito Arthur Ferreira Filho e dos comandantes do Exército Federal e da Brigada Militar, mas também com autoridades externas, como a de Ataliba de Figueiredo Paz, então secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, representando o interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias, a de prefeitos do estado, como de Carazinho, Soledade, Palmeira, Tupanciretã e Vacaria e do representante da Farsul, Guido Mondin. Simbolicamente, a cerimônia de abertura promovida pela Associação Rural buscava a chancela e o reconhecimento das autoridades públicas, já que, sendo apoiado pelo poder público municipal, a Associação havia conseguido angariar verbas também do governo do estado e da União para a realização do evento.

¹⁸ DIÁRIO DA MANHÃ. *1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo*. Passo Fundo, 1º mar. 1939. Acervo do IHPE.

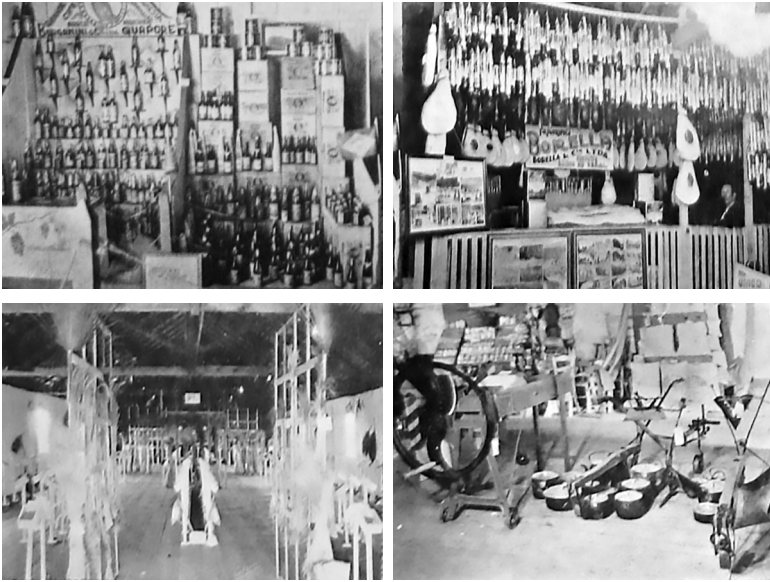


Sessão de inauguração da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

Os participantes da Exposição, conforme noticiava os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, eram provenientes de diversos municípios do estado, que se fizeram representar, como, Porto Alegre, Soledade, Palmeira, Tupanciretã, Vacaria, Getúlio Vargas, Pelotas, Ijuí, Iraí, dentre outros. Mais do que apresentar a pujança da produção do município de Passo Fundo, era essa também uma feira de negócios, em que se transacionavam os gêneros produtivos e os animais expostos.

A Exposição como de praxe em eventos dessa tipologia – ainda nos dias de hoje – promovia premiações aos participantes por meio de uma comissão julgadora que selecionava animais e produtos que demonstrassem a melhor qualidade ou desempenho nos estandes. Os participantes concorreram em diversas categorias, que se estendiam desde a criação de animais, produção de grãos, bebidas, erva-mate e ainda outras atividades fora do setor produtivo, como do comércio, distribuindo-se medalhas e menções honrosas para os

mais bem colocados na apresentação e qualificação de seus produtos. Vale dizer que não apenas particulares participaram do evento enquanto expositores, já que foram montados estandes para se expor a produção dos distritos de Passo Fundo e outros para demonstrar a produção de órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura do estado, como a Diretoria de Agricultura, a Inspetoria de Apicultura do Taquari e a Estação Experimental e Fitotécnica de Alfredo Chaves¹⁹. Nos pavilhões, ficaram distribuídos os produtos coloniais, os produtos oriundos da indústria alimentícia e variada.



Alguns dos *stands* de produtos coloniais e indústrias variadas da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

¹⁹ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais, p. 10. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.

A Exposição, como seus promotores provavelmente esperavam, consumou-se em evento de peso na região e reforçou certamente uma ideia já nascente sobre a pujança do município de Passo Fundo na produção do cereal que mais recebia incentivos do Governo Federal à época: o trigo. Nos discursos proferidos durante as comemorações, Passo Fundo já figurava como um dos maiores produtores do cereal no país. Nesse período, o lema do governo em relação ao trigo é destaque: “*Plantae Trigo! Elle é a fartura dos lares, a gloria nos campos e a riqueza da Pátria!*”²⁰. Por isso, ao trigo, na Exposição, foi dedicado um pavilhão inteiro, com amostragem de centenas de variedades do cereal.



Participantes da 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo analisando uma amostra de trigo. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

O trigo já se assentava como carro-chefe da produção regional, destacando-se em Passo Fundo e Erechim, principais produtores do cereal. Esse cenário de destaque apenas se confirmaria ao longo das

²⁰ SUL MENSARIO ILUSTRADO. Porto Alegre, nº 7-8, p. 26. Acervo do Projeto Passo Fundo.

duas décadas seguintes, pois, devido a investimentos no setor, Passo Fundo consolidar-se-ia efetivamente como o maior produtor de trigo do país nesse período. Expressão disso é a escolha de Passo Fundo como Capital Nacional do Trigo em 1957, ano em que também se comemorou o centenário da emancipação político-administrativa. Pouco antes, em 1955, houve também a criação da Cooperativa Tríticola de Passo Fundo (Coopasso), que se tornaria a segunda em termos produtivos em toda a América Latina (Tedesco, 2015).

Fora dos pavilhões, concentravam-se os animais de criação que ficavam expostos. Na área externa, realizavam-se desfiles, concursos e avaliações dos animais.



Curral de suínos na 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo, da Granja “Júlio Borella”, pertencente a *Borella e Cia. Ltda.*, frigorífico instalado no então distrito de Marau. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*, op cit.



Currais onde eram conservadas criações de animais expostos e apresentação de gado bovino e ovino na 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo. Os carneiros da imagem acima pertenciam a raça Rommey Marsch. Fonte: Revista *Sul Mensario Ilustrado*. Porto Alegre, nº 7-8. Acervo do Projeto Passo Fundo.

Ainda antes da Exposição acontecer, a Associação Rural patrocinou a organização de uma publicação no formato de guia, lançado naquele mesmo ano: o *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo*²¹. Organizada em três partes, a obra reuniu aspectos socioeconômicos do município sob a administração do prefeito Arthur Ferreira Filho, organizou um índice geral dos estabelecimentos comerciais e industriais de todo o município e dedicou uma sessão de fotografias alusivas ao evento. A Exposição, ainda em 1939, foi matéria de destaque na revista *Sul Mensario Ilustrado*, que louvou a realização do evento por parte da Associação Rural e o apoio prestado pelo poder público.

Ao fim das festividades, a Exposição foi considerada exitosa em seus intentos, malgrado a ocorrência contínua de chuvas que impossibilitaram as visitas em boa parte dos dias do evento. Na imprensa, não faltaram exaltações à iniciativa da Associação Rural em promover a Exposição, advindas de autoridades municipais e suas impressões sobre o sucesso das atividades desenvolvidas. No ano subsequente, em 1940, uma segunda – e última – edição da Exposição foi realizada, superando os resultados da precedente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins da década de 1930, as feições da economia brasileira já se diferiam em muito daquelas existentes na década anterior. Ao longo desse curto período, havia-se iniciado um processo de reestruturação e diversificação das atividades econômicas desenvolvidas no país no setor agropecuário, processo esse guiado pelo Estado, sob

²¹ GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Passo Fundo. Bagé: Editora Guias Ilustrados Municipais. Fundo Nicolau Araujo Vergueiro. Acervo do AHR.

um manto do intervencionismo estatal, aprofundado com a instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937. Os dois períodos de governo de Getúlio Vargas, principalmente após a instalação do Estado Novo, estiveram empenhados em modificar a estrutura produtiva do setor agropecuário, principalmente pela via da reestruturação do Ministério da Agricultura.

A 1ª Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Feira Anexa de Passo Fundo refletiu em muito esse contexto de reorientação econômica guiada pelo Estado em fins dos anos 1930. Grandes investimentos no desenvolvimento do setor agropecuário refletiram na possibilidade de organização dos ruralistas passo-fundenses, agrupados sob a Associação Rural de Passo Fundo. Criar unidade, fortalecer demandas, reivindicar direitos, organizar o acesso ao crédito pelo governo, além de oferecer serviços e produtos aos associados, no seu conjunto, garantiram à entidade a fixação de seus membros e possibilitaram maiores investimentos no setor por parte da iniciativa privada. A Exposição serviu para demonstrar não apenas a produção e a “potencialidade econômica” do município, mas seguramente também para revelar a organização e capacidade produtiva do setor agropecuário vinculado à Associação Rural, afirmando a entidade associativa e demarcando sua presença no norte do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1972].

GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*”: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 330f. Tese (Doutorado em História) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. 11, 2007.

REDIVO, André da Silva. *A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969*. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SALATINO, Albas Cristina Couto dos Santos. Associações Rurais: a emergente necessidade de organização coletiva. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado et al. *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Passo Fundo: Acervus Editora, vol. 2, 2020, p. 113-138.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Editora UPF/EST Edições, 2007.

V

O MUNDO RURAL EM NOTÍCIA:

*a história registrada na imprensa
catarinense em 1965*

MARIZETE GASPARIN ZENARO

A imprensa cada vez mais vem se especializando em informações referente a assuntos diversos e o meio rural ganha espaço nesse contexto. Porém, nem sempre foi assim. O presente estudo busca analisar o espaço que a temática rural ocupava na imprensa escrita catarinense O Estado no ano de 1965, especificamente de 08 de abril a 03 de outubro, período este que o Congresso Nacional aprova a emenda das eleições diretas em onze Estados Brasileiros e realiza a eleição. Santa Catarina era um deles.

O jornal O Estado era a imprensa de maior circulação no estado de Santa Catarina, portanto, serviu de fonte de pesquisa nas suas 116 edições publicadas no período estudado.

O levantamento das notícias sobre o mundo rural publicadas nas edições pesquisadas contribui para futuros estudos referentes à temática. Sem a pretensão de esgotar a pesquisa ou as análises referentes ao assunto, o trabalho é uma amostragem da história do

mundo rural guardada na imprensa enquanto fonte. Conhecer esses escritos, podem ampliar análises referente às pesquisas realizadas ou instigar novas pesquisas relacionadas ao mundo rural, através dos temas encontrados nas edições.

Santa Catarina foi um dos Estados, em que o meio rural nessa época, disputava informações na imprensa escrita com a política, economia, saúde, cultura, infraestrutura, propaganda, eventos nacionais e internacionais. Embora esse jornal tivesse várias sucursais pelo Estado, além de exclusividade na capital, as populações do meio rural não eram seus principais consumidores e portanto o assunto era esporadicamente apresentado em pequenas colunas, desde propagandas, informações e orientações referente às atividades no campo, agricultura, pecuária, educação, transporte, questões climáticas, tecnologias, entre outros. A seguir, apresenta-se um pouco dessa história registrada no jornal catarinense O Estado no ano de 1965.

UMA BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA CATARINENSE

Antes de apresentar como o meio rural participava das notícias da imprensa catarinense em 1965, é necessário conhecer a história da imprensa e seus fins. A transmissão de notícias entre as pessoas surgiu muito antes da invenção da escrita por Gutenberg. A comunicação sempre foi uma necessidade do ser humano, principalmente na convivência em grupos, ainda nômades, para caça, pesca e coleta de alimentos. Seja ela, através de imagens, expressões corporais ou sons, servia de estratégias de sobrevivência coletiva ou até registros do seu modo de vida. Com o surgimento da agricultura essa comunicação se intensificou e as notícias referente às condições climáticas, relações de trabalho, técnicas de plantio e colheita, eram transmitidas

entre os agrupamentos humanos. O aumento da produção agrícola fez surgir o sistema de trocas e a escrita servia para registro dessa atividade, conforme cita Patricia Bandeira Melo “*A chegada da escrita é um processo resultante de fatores econômicos, como um sistema de controle e de contabilidade dos bens trocados.*” (MELO, 2005, p. 26). Júlio César, imperador romano, criou o primeiro jornal denominado “Acta diurna” que divulgava as suas conquistas militares, como forma de propaganda pessoal. Não somente com interesse político e econômico, ao longo dos anos os registros disseminavam informações variadas, tanto do espaço rural quanto urbano.

Com o desenvolvimento do capitalismo e ascensão da burguesia, surgiu a imprensa, que vem do termo “*prensa móvel*” criada por Johannes Gutenberg no século XV. A máquina foi a grande invenção da época, reduzia o tempo de impressão dos escritos que inicialmente foram, panfletos, livros e jornais, sendo o veículo para difusão das idéias de religiosos e intelectuais. Dessa forma, a imprensa colaborou como estratégia de controle social, selecionando as informações que eram difundidas na sociedade e influenciando o comportamento dos indivíduos. A tal “liberdade” de informar e opinar que muito se fala, pouco esteve presente nela.

Com o passar dos anos, as técnicas de reprodução de informações foram melhorando, a velocidade na impressão possibilitou acompanhar as outras invenções, o telégrafo, o cabo submarino, o telefone e o rádio. Mesmo de forma mais tímida, o meio rural sempre teve grande importância na circulação das informações, produzindo a matéria prima que servia de base para os registros, desde o papiro, os pergaminhos, até a celulose para a confecção do papel.

No Brasil, a imprensa chegou a partir de 1808 com a vinda de D. João VI e se desenvolveu na medida que ocorria a pós-independência. As informações passaram a dividir espaço com as propagandas

que ligavam a mercadoria ao consumidor e com a opinião, notícias de interesses individuais. A intencionalidade na publicação das notícias acompanhava, desde os ideários da fundação de uma imprensa escrita, passando pela seleção das notícias, até a opinião embutida nos escritos. Na transição do século XIX para o XX as oficinas tipográficas mudaram as características dos jornais. De poucas páginas, em formato grande, baixo custo e circulação de curtos intervalos, atraía os leitores e incentivava a leitura. Porém, a elevada taxa de analfabetos não possibilita o acesso da maioria da população à informação.

A imprensa era o maior meio de divulgação das informações, antes reduzidas ao grupo de convívio. Logo, dividiu espaço com o rádio, TV e mais tarde com a internet. Com características comerciais e vinculados quase sempre a um partido político, praticavam uma forma de autocensura, deixando de lado alguns discursos em preferência de outros, conforme interesse dos patrocinadores. Censura essa, presente desde o período Império até a segunda metade do século XX com a ditadura militar. Ora de forma mais reservada e ora mais intensa, chegando em alguns momentos a criação de leis (Ato Institucional nº-5) para justificar o controle do Estado sobre a comunicação. Nas décadas de 1960 e 1970 vários jornais de oposição ao sistema político foram extintos e notícias contrárias não eram publicadas, censuravam informações com assuntos alheios como receitas de bolo e versos de Camões para preencher os espaços nas edições.

O jornal catarinense *O Estado*, fundado em 1915 por Henrique Rupp Junior e Ulysses Costa como veículo de informação popular e com circulação diária, passou por diversos proprietários chegando em 1946 nas mãos de Aderbal Ramos da Silva, líder do Partido Social Democrata. Sempre centrada em interesses político-empresariais do Estado salientava os feitos desse partido e criticava a oposição (UDN).

A imprensa como defensora do gestor estadual em 1965, tentava focar nos periódicos notícias de exaltação às suas ações. Porém, quando este recebia críticas em jornais de oposição, utilizava esse periódico para se defender. É o caso citado no dia 16 de junho quando a Secretaria da Agricultura respondia às críticas que recebia na imprensa *A Nação* referente a ausência desta secretaria na região do Vale do Itajaí:

[...] desconhecem que existem prestando assistência técnica lá 3 médicos-veterinários; 4 engenheiros-agrônomo; vinte e cinco vacinadores; 4 postos de suinocultura com reprodutores; uma subestação experimental, para mandioca; trabalho de levantamento dos recursos naturais florísticos; assistência de revenda de materiais através de associações rurais; revenda de equipamentos mecânicos para melhoramento de cultivos; trabalhos específicos de estímulos à rizicultura [...] (O Estado, 1965, p. 06).

Essa resposta mostra o quanto a imprensa estava ligada ao governo e o quanto este utilizava a imprensa para enaltecer suas ações. A história dessa relação não mudou ao longo do tempo. Santa Catarina no ano de 1965, foi só mais um entre tantos discursos políticos que buscam enaltecer os governantes ou promover em campanhas eleitorais, através da exibição das ações realizadas ou pelo menos fomentada, tanto no meio rural quanto urbano e utilizam a imprensa para isso.

Em 1965 o jornal *O Estado* era a imprensa de maior circulação estadual com sucursais em diversas regiões. Não havia um jornal específico voltado ao meio rural. As notícias referentes a esse meio circulavam nos periódicos existentes, concorrendo com informações sobre política, economia, saúde, cultura, infraestrutura, propa-

ganda, eventos nacionais e internacionais. Conhecer o espaço que o rural ocupava nos escritos da imprensa catarinense possibilita compreender a importância dada para tal e a viabilidade do uso dessa fonte para futuras pesquisas referentes à temática.

A HISTÓRIA DO MUNDO RURAL CATARINENSE

Ao longo da história o mundo rural apresenta-se bem diversificado, compreendendo muito mais do que a agricultura e a pecuária. Ora desenvolvido, ora atrasado, ora povoado, ora desabitado, ora mais ou menos conectado com o espaço urbano. O rural que vai além do espaço agrícola, com produção e consumo, exploração e preservação de ambiente e paisagens tornam-se objeto de estudo nessa infinidade de possibilidades.

Como definir o conceito mundo rural em meio a tantas conexões existentes entre os espaços. A definição do conceito também é histórica. No século XIX com o processo de urbanização, acelerado pela Revolução Industrial, formalizou-se a distinção entre o rural e urbano de forma excludente, onde iniciava um terminava o outro. Porém, essa definição foi questionada devido a presença de cidades com características rurais e espaços rurais urbanizados. Surge então a expressão *continuum rural-urbano* na década de 1930 e intensificando na década de 1960, aumentando a zona de transição entre os dois espaços. O decreto lei nº 311 de 02/03/1938¹ associava aos municípios a definição de área urbana e rural. A classificação entre esses espaços passou a ser definida a partir de alguns elementos: densidade demográfica (concentração populacional na área urbana e dispersão

¹ Ver BRASIL. Decreto-lei nº 311 de 02 de Março de 1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

populacional na área rural); natureza das atividades econômicas (atividade primária na zona rural, secundária e terciária na zona urbana); morfologia e uso do solo (ruas e edificações próximas no meio urbano e distantes no meio rural) e modo de vida.² De acordo com o Censo Demográfico de 1960: “*O quadro rural abrange toda a área situada fora dos limites das Cidades e Vilas*” (IBGE, 1960, p. IX-X). No final do século XX torna-se ainda maior o desafio na delimitação desses espaços devido ao avanço tecnológico na comunicação, nos transportes, mudança no modo de vida e no mundo do trabalho.

A população catarinense, segundo os dados do Censo Demográfico de 1960 era de 2.129.252 habitantes, sendo 688.358 residindo na área urbana e 1.440.894 na área rural.³ Do total da população 25,68% não sabiam ler. Porém, a maior parte dos analfabetos residiam no meio rural.

Idade	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos
Nº de pessoas	342	2297	13941	28153	32076	35618	27932
Idade	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
Nº de pessoas	24399	13048	5962	2658	1309	948	264
Idade	19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 anos ou +	Idade ignorada	Total
Nº de pessoas	264	536	210	118	235	28	190419

TABELA 1. População rural catarinense que concluiu ou cursava pelo menos a primeira série em 1960: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 2ª parte, p. 16-18. Elaboração: ZENARO, Marizete G. De acordo com a definição dos conceitos, para o IBGE: “*Foram considerados como alfabetizadas somente as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer. As que assinassem apenas o próprio nome foram consideradas analfabetas.*” (IBGE, 1960, p. VII).

² Ver IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

³ Ver IBGE. Censo Demográfico 1960 - Estado de Santa Catarina. Vol I, Tomo XV, p. 03.

Os dados da Tabela 1 mostram que somente 13,21% da população rural frequentou escola em 1960. E entre aqueles que frequentavam a porcentagem era maior entre as crianças de 08 à 10 anos, ou seja, nos primeiros anos de vida escolar havia maior frequência escolar e conforme avançava a idade o abandono escolar estava mais presente. A necessidade de mão de obra no campo dificultava a continuação nos estudos e muitos alunos abandonaram a escola sem aprender a ler e escrever.

A educação no campo também era precária. O número de escolas rurais era reduzido. O Jornal O Estado mostra em suas edições as construções realizadas no interior. Na publicação de 30 de abril foi mencionada a construção de 3 escolas no interior de Indaial e uma no interior de Rodeio. Em 19 de maio a criação de uma escola isolada junto ao posto de suinocultura em Joaçaba. Em 11 de junho a construção de uma escola no interior de Itaberaba, distrito de Chapecó. E em 07 de julho o secretário da agricultura visita a escola Familiar Rural de São José localizada em Palhoça e elogia as atividades desenvolvidas, dizendo: *“Precisamos ter pelo BRASIL afora, muitas escolas como aquela e com esta devemos cooperar porque visa é formar boas donas de casa. E a dona de casa sobre uma maneira de ver bem, é a principal na organização da família”* (O Estado, 1965, p. 08)

O discurso de formar a mulher para ser dona de casa está visível na fala do Secretário de Agricultura e fazia parte da cultura da época. Porém, bem diferente do que a história do mundo rural consegue apresentar na segunda metade do século XX. A mulher no meio rural não reduzia suas atividades aos afazeres domésticos. Por outro lado, ao mesmo tempo que ajudava no campo, a cultura machista pouco mostrava sua contribuição nesse meio.

Além das escolas rurais, também existia entre 1960 a 1965 em Santa Catarina o CAPRU (Curso de Aperfeiçoamento para Pro-

fessores da zona Rural), que foi realizado em diversas cidades do Estado, como Joaçaba, Blumenau, entre outras, conforme mostra a informação na tentativa de promover politicamente os gestores: “... até junho do corrente ano já haviam sido atendidos 3.100 professores. (O Estado, 1965, p. 01) Quantos professores aproximadamente trabalhavam na zona rural a reportagem não mostrava, mas informava o número de profissionais capacitados através do programa.

Frente a esse contexto educacional é possível concluir que grande parte da população rural não consumia os escritos publicados na imprensa. O poder aquisitivo e o meio de transporte, dificultava o acesso do impresso ao campo e quando conseguiam acesso, não tinham habilidade para leitura e interpretação da informação. Em alguns casos, a descendência de imigração europeia também contribuiu para isso, quando parte da população do meio rural, principalmente adulta, utilizava a comunicação tanto oral quanto escrita, apenas na língua de sua origem.

Embora o jornal catarinense O Estado não tinha por finalidade atender a população do campo, era a imprensa escrita que mais circulava pelo estado, e portanto, responsável por levar também as informações, inclusive do meio rural, aos leitores catarinenses. Nos escritos a seguir, podemos conhecer um pouco das temáticas referente ao mundo rural, abordadas no período de estudo.

HISTÓRIA DO MUNDO RURAL NA IMPRENSA CATARINENSE EM 1965

No Brasil, as primeiras notícias referentes ao meio rural estão presentes na carta de Pero Vaz de Caminha de 1500. Posteriormente a este, a Revista Imperial do Instituto Fluminense de Agricultura -

IIFA traz em 1869 publicações científicas referente às melhorias na agricultura e a imprensa jornalística surge, mesmo de forma tímida, abordando assuntos do meio rural. Desde o século XIX até os dias atuais, outros escritos científicos ou jornalísticos referentes ao meio rural foram publicados. Em 1938 o Ministério da Agricultura criou o Serviço de Publicidade Agrícola chegando ao auge em 1950 com informações sobre plantio, colheita, tempo, além de orientações sobre as atividades no campo. Até a primeira metade do século XX, o analfabetismo da população, principalmente do campo, dificultou a consolidação desse meio enquanto informação, ficando mais presente enquanto forma de registro. Em 1945 a Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), com apoio da UNESCO incentivaram a Campanha Nacional de Educação Rural (BRAGA, 1993, P.34), melhorando o acesso da população rural às publicações. As informações publicadas na imprensa, sejam elas jornalísticas ou científicas, provocam reflexão na sociedade sobre o rural. Os programas educativos somavam ao ideário desenvolvimentista presente no cenário político.

Ao longo da história, a imprensa cada vez mais abre espaço para assuntos específicos e o mundo rural está entre eles. O ano de 1965, polêmico no meio político devido à ditadura militar, registra em seus periódicos assuntos referentes ao mundo rural. Das 116 edições analisadas do jornal O Estado, entre os dias 08 de abril à 03 de Outubro, foram encontradas 295 referências vinculadas aos mais variados temas, como veremos a seguir.

1965:*Agricultura e Pecuária nos registros da Imprensa Catarinense*

As reportagens referentes à agricultura e pecuária nas fontes pesquisadas, apresentavam desde propaganda de produtos para a venda ao trabalhador do campo, quanto orientações ao produtor rural. Estas informações variadas possibilitam conhecer para além dos produtos cultivados na agricultura e dos animais criados na pecuária catarinense.

Eram comuns propagandas de sementes e vacinas para o consumo no campo. Estas traziam as expressões: “Bons lucros têm explicação”, “Plante todos os anos”, “Dê o melhor ao seu rebanho”, “Raiva não tem cura”, tentando convencer o produtor rural da necessidade de consumi-los. As ofertas se concentram em produtos de prevenção, como as vacinas de aftosa para bovinos e vacinas de raiva para bovinos e caninos, vitaminas e remédios para o rebanho, além da venda de sementes de milho híbrido, arroz, batata e trigo.

Nesse período da história os cães faziam parte dos rebanhos de grandes animais, conforme existiam na área rural. Não havia veterinárias específicas para atender pequenos animais e nem os PET hoje conhecidos. A maioria das famílias no campo, tinham cachorros como forma de proteção para aumentar a segurança ou para auxiliar na lida do gado. Estes viviam fora de casa e dificilmente tinham acompanhamento com profissionais de saúde como temos hoje. Antes que um cão viesse a passar a raiva e danificar o rebanho de gado, as campanhas de vacinação e acompanhamentos da defesa sanitária animal se faziam presentes, como forma de prevenção, com imagens e textos impactantes, lembrando ao produtor da necessidade de proteger os animais.

A RAIVA NÃO TEM CURA



Defenda seu rebanho!

VACINA Pfizer LIOFILIZADA
CONTRA A RAIVA BOVINA

A Vacina PFIZER contra a Raiva Bovina é preparada pelo processo mais moderno, a partir de uma amostra do vírus rábico modificado e adaptado em embrião de galinha (Flury HEP). A vacina é séco-liofilizada em alto vácuo, o que confere ao produto perfeita estabilidade e eficiência por tempo maior, garantindo ao animal vacinado imunidade de título elevado durante um ano.

E PARA O "GRANDE AMIGO"...



VACINA Pfizer LIOFILIZADA
CONTRA A RAIVA CANINA

Dê a sólida proteção que "bilo" necessita, e merecer! Defenda-o imediatamente com um produto de máxima garantia, a VACINA PFIZER. E não se esqueça do que o animal não imunizado pode representar enorme perigo para o homem!

Pfizer — CIÊNCIA A SERVIÇO DA HUMANIDADE —

FIGURA 1. Propaganda Raiva Bovina e Canina Fonte: Jornal O Estado, 25/04/1965, p.02.

Além da propaganda, notícias de orientação incentivando à vacinação também eram frequentes, principalmente quando encontraram focos de animais contaminados: *“As características da Febre Aftosa que ataca os animais em Imbituba, Armazém e Tubarão, já são conhecidas e também já estão sendo dadas as medidas para isolamento...”* (O Estado, 1965, p. 08). A campanha de Vacinação da Febre Aftosa que iniciou em abril continuou até setembro, informando os investimentos realizados no setor, bem como, a necessidade de redução de prejuízo no rebanho com a prevenção. Em 18 de julho de 1965 a imprensa publicava:

Informou o Eng^o Agr^o João Demaria Cavallazzi Diretor técnico da autarquia ULB- Projeto gado leiteiro, que a equipe de defesa sanitária animal está cooperando com a Inspetoria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, na vacinação contra a raiva dos cães (...) esta cooperação é continuação do programa de vacinação que a autarquia realiza na execução do projeto específico visando a sanidade dos rebanhos leiteiros (O Estado, 1965, p. 04).

Nenhuma das reportagens sobre as doenças no rebanho se encontravam na Coluna Agropecuária, que existiu em todo o período pesquisado, ora de forma mais intensa, ora ausente das edições. Essa seção aborda assuntos variados referente ao meio rural. Não havia um dia da semana específico para a publicação. Algumas vezes a seção aparecia semanalmente e em outros momentos ficava ausente por um longo período. Por diversas vezes o tema abordado fazia referência ao cultivo de pastagens: forrageiras, comichões, azevém, alfafa, capim e cevada para auxiliar na alimentação do gado principalmente no inverno, como é o caso do Projeto forrageiras citado em 28 de setembro daquele ano: *“...as mudas mais procuradas são*

de feijão miúdo, caupi, capim guatemala e capim napier. Quanto à procura de sementes, as mais procuradas são semente de teosinto, soja, ototain, labe-labe e mucuna” (O Estado, 1965 p. 01).

Em outras edições esta coluna apresenta temas ligados ao progresso econômico como forma de melhorar a produção do meio rural: as exposições, feiras, melhoramento genético através do semen, mercado produtor e ações para melhorar a situação das estradas e do transporte da produção rural.

Em 09 de Abril o jornal O Estado traz em sua edição a Coluna Agropecuária com um texto transcrito de outro jornal, e o título ‘Técnicos visitantes proclamam o progresso das pastagens gaúchas’:

“os técnicos portugueses encantaram-se em Vacaria (RGS) com o nosso cornichão (...) O conhecido criador argentino Enrique Bolthausen considerou o capim chorão um importante ingrediente para pastagem semeada em diferentes regiões da província de Buenos Aires (...) A aplicação de injeções de Papaína em bovinos para amaciar a carne, antes do abate, foi aprovado pelo ministério da agricultura na Inglaterra (...) Sorgo híbrido uruguaio rende 30/40 toneladas hectares” (O Estado, 1965, p. 02).

A tentativa era de informar como o meio rural se encontrava frente ao mundo global, passando por um momento dicotômico nas transformações entre o “tradicional” e o “moderno”. Ao mesmo tempo que servia de modelo para visitantes estrangeiros no que tange às técnicas, tornava-se imaturo em pesquisas e investigações científicas, frente a outros países. Esse discurso focado em interesses capitalistas demonstra a tentativa de estimular o produtor rural catarinense a desenvolver mudanças nas suas técnicas de trabalho. Orientações sobre o plantio de forragens para alimentar o gado no inverno, aparecem em outros 3 momentos entre os meses de abril e maio.

Além das propagandas, a pecuária também aparece em outras 32 notícias da imprensa estudada. O gado de leite e de corte são os mais mencionados, aparecendo nas edições dos dias 23 e 28 de abril, 05 e 19 de maio, 06, 09, 25 e 29 de junho, 08 e 18 de agosto, além de 24 de setembro. Os assuntos eram diversos, desde alimentação animal, eventos e exposições, mercado consumidor, além do incentivo à troca do rebanho e cruzamento genético para melhoria da raça e da produção leiteira, como é o caso da notícia *Secretaria adquire vacas holandesas* de 09/06/1965, “65 vacas de raça holandesa foram adquiridas pela Secretaria do Oeste para distribuição entre os criadores e demais interessados, ao preço de duzentos mil cruzeiros. Já se encontram na cidade de Chapecó. (O ESTADO, 1965, p.08)

Embora o título da publicação faça menção a aquisição do produto pela Secretaria da Agricultura, o texto traz a informação do custo para o produtor adquirir as mesmas. Era uma forma de estimular o produtor a aumentar seus ganhos vinculando-o financeiramente à área rural. O melhoramento genético do rebanho nas comunidades rurais ocorria em parceria com as políticas governamentais de desenvolvimento para atender interesses do mercado.

A piscicultura aparece nas edições dos dias 18 de abril, 11, 23 e 30 de maio e 11 de julho, em seções do Caça e Pesca com informações lunares, tábua das marés, código de pesca e exaltação sobre o crescimento na *Produção de Pescados* com a sardinha, anchova e camarão. (O Estado, 1965, p.06).

A suinocultura além das propagandas, ocuparam as edições dos dias 24 de junho e 08 de agosto informando sobre o atendimento da atividade pela rede de Postos de Suinocultura da Secretaria da Agricultura espalhados pelo estado, com acompanhamento de técnicos e supervisores de produção animal, além do incentivo na campanha *Porco tipo carne*. (O Estado, 1965, p. 06).

A apicultura ganhou 4 publicações, sendo nos dias 12 e 27 de agosto, 03 e 12 de setembro. Todas as orientações aos interessados em produzir abelhas, sobre a diferença entre as italianas (domesticadas) e africanas (agressivas), além das desvantagens da segunda que quando atacam em enxame, principalmente na primavera com calor e floração, podem causar danos em animais de grande porte e humanos. Também orientavam como procurar ajuda quando atacados por essa espécie. (O Estado, 1965, p. 2).

A avicultura somente apareceu na imprensa no dia 19 de maio informando o aumento que vinha ocorrendo na produtividade de aves, principalmente patos, marrecos e gansos e incentivando ainda mais a produção e comercialização das aves. (O Estado, 1965, p.03)

Outras notícias ligadas à pecuária, apareceram na imprensa: eventos e exposições de animais nos dias 02 e 04 de julho; e o mercado consumidor nos dias 23 de maio, 11 e 24 de agosto, 12, 19 e 28 de setembro com informações sobre o preço e o consumo do leite e da carne no mercado nacional e internacional.

Na classe dos animais, os insetos também se tornaram notícia, porém não com a finalidade de criar ou consumir, mas de extinguir do meio rural. Porém aparecem nos dias 06 de maio e 12 de agosto e um deles utiliza a expressão pragas para defini-los:

As pragas na lavoura são muitas. Uma atacam as plantas apenas quando no estado larval, outras, tanto como larva como no estado adulto; outras, no estado de ninfa, ou ainda, de ninfa e adulto. Pertencem a diversas famílias em embargo de ser relativamente fácil reconhecer as principais. Certos insetos, como os percevejos são sugadores, e quando perseguidos, expelem, em defesa, um líquido de cheiro mais ou menos desagradável, que os identifica. Outros, como os besouros caracterizados pelo corpo robusto, resis-

tente, com ou sem chifres, atacam quase todas as partes da planta. É preciso dispensar o maior cuidado à proteção das culturas contra as pragas, combatendo-as assim que aparecem. (O Estado, 1965, p. 02)

Na medida em que o meio rural ampliava sua produção, maiores eram os danos causados pelas pragas. Certos insetos perdiam seu habitat e atacavam o que tinha pela frente para a sobrevivência. Também dificultava o controle biológico de pragas, uma vez que os inseticidas ganham espaço no meio rural, eliminando predadores naturais. O estímulo ao desenvolvimento no setor agrícola nem sempre traz benefícios e estudos científicos são necessários para aprender a lidar com as mudanças provocadas no campo. Não foram encontradas nas reportagens orientações para prevenir o ataque das pragas sem o uso de produtos químicos.

Os produtos cultivados na agricultura, além daqueles já citados, renderam várias reportagens na imprensa. O trigo aparece diversas vezes. A primeira delas cita o envio de técnicos para ir ao México estudar as condições ecológicas e técnicas dessa cultura: “*um trabalho em favor do desenvolvimento global da triticultura no país, mediante o estímulo à correspondente investigação científica e aperfeiçoamento técnico.*” (O Estado, 1965, p.06). Dentro da política desenvolvimentista do período, os cultivares na agricultura ganhavam foco e o trigo sendo um produto pouco produzido em Santa Catarina, tornava expectativa de inserção no mercado produtor. Dessa forma, encontram-se diversas reportagens nas publicações. Em 14 de Abril, 13 e 25 de junho, 15 de julho, 02 e 03 de setembro, reforçam a política de estímulo ao cultivo do trigo, com distribuição de sementes, oferta na adubação do solo e melhoramento na produção com sementes selecionadas. O incentivo à produção deste cereal, se concentra para além da moagem como era realizado até o momen-

to, quando compravam o trigo de países estrangeiros com subsídios e assim faltava produto para abastecer o mercado interno, além de sofrer especulação e margem de lucro exagerada.

Na história da triticultura catarinense é possível visualizar que, a inserção deste cultivo no Estado era interesse do governo fazendo parte das políticas de incentivo à produção, desenvolvimento econômico, bem como, atender o mercado interno que estava em expansão. O governo comprava a semente e repassava através de financiamento para o agricultor iniciar ou ampliar a área de cultivo, gerando maior oferta e menor custo à população consumidora, que até o momento utilizava em sua maioria a farinha de milho.

Já referente ao milho, por diversas vezes apresentavam a propaganda: “*Plante todos os anos. Milho híbrido Agroceres. O milho que vale um milhão*” (O Estado, 1965, p.06). Nos meses de abril e maio a propaganda estava nas primeiras páginas do jornal, mais tarde ocupava as páginas finais.

Além da propaganda, a imprensa divulgou diversos informes referente ao milho. As edições de 07 de maio, 06 de junho, 04 de julho e 07 de setembro, trazem respectivamente, informações da distribuição de sementes de milho híbrido para a futura safra em todo o estado e a preocupação com o excedente devido aos altos preços do produto, impedindo a procura do mercado externo. Como solução apresentada, foi o incentivo ao produtor no desenvolvimento das atividades de avicultura e suinocultura para o consumo do milho e abastecimento dessa carne no mercado consumidor interno, enquanto a carne bovina ampliava seus mercados de exportação.

Por outro lado, tanto o milho quanto o trigo na região oeste catarinense contavam com as políticas da Secretaria da Agricultura para a aquisição de sementes selecionadas por parte dos produtores. Com o título ‘Produtor rural aplaude a revenda financiada de

sementes', a notícia traz informações sobre a visita do Secretário da Agricultura catarinense, na região oeste que era a principal produtora desses cereais: "*Depois de percorrer, aproximadamente dois mil quilômetros, principalmente na zona do Oeste Catarinense, nos municípios onde ocorre a distribuição de sementes de trigo e milho híbrido...*" (O Estado, 1965, p. 06). Se o produtor rural aplaudia mesmo essa ação, não é possível afirmar, mas os registros noticiam as ações governamentais e fomentam a política agrícola, no ano de eleição.

Outro fato apresentado nas reportagens referente aos produtos do campo, era a preocupação com a comercialização de batatas que fazia parte das políticas econômicas do Estado. As edições de 21 de abril e 07 de maio, mostram respectivamente o desinteresse do mercado consumidor e o Estado como interventor, que através das Associações Rurais dos municípios de Urubici, São Joaquim e Bom Retiro resolvem o problema. (O Estado, 1965, p.08).

O meio rural em algumas regiões tinha o cultivo do arroz como atividade rural principal. Esse cultivo apareceu timidamente em uma reportagem, no dia 15 de julho⁴, apresentando o caso de Sombrio e Agronômica, onde foram construídos canais de irrigação para o cultivo de arroz dentro da política de obras e saneamento do estado, e no dia 21 de abril devido aos danos causados pelas intempéries do tempo.

Também em poucas edições, a uva aparece como cultivo na área rural. Os escritos de 29 de abril mostram a tentativa de expansão do mercado consumidor do vinho catarinense, com a participação dos vitivinicultores na exposição em Minas Gerais. E em 29 de agosto o jornal traz a Festa da uva que foi realizada em Videira.

Referente às atividades agrícolas aparecem também: a cana de açúcar, que na reportagem de 21 de maio mostrava a preocupação

⁴ Ver O ESTADO. Diretor do D.E.O.S. fiscaliza obra em Laguna. O Estado. Florianópolis-SC, ano 51, nº 15.204, p. 08, 15 jul. 1965.

dos donos das Usinas (Adelaide, Tijucas, Gaspar e Pirabeiraba) em introduzir mudança nas técnicas de cultivo, nas relações de mercado e nas pesquisas para ampliar a produção; o cultivo de frutas, com a propaganda em 09 de julho referente a instalação de um campo de multiplicação de mudas frutíferas na cidade de Videira; e a produção de carvão, com as reportagens dos dias 12 e 29 de agosto que trazem respectivamente, o discurso das vantagens da produção de energia termoeleétrica frente à hidrelétrica, na tentativa de desenvolver melhor certas regiões do estado e a necessidade de mais investimentos no setor.

O Estado de Santa Catarina apresentava uma diversidade ampla de atividades desenvolvidas na área rural. Cada região adaptava seus cultivos de acordo com as características do solo e do clima. Algumas atividades eram iniciantes e outras já desenvolvidas a longa data, mas todos os registros demonstraram a inserção das políticas desenvolvimentistas no mundo rural.

O CLIMA E O TEMPO:

influências no Mundo Rural em 1965

As condições meteorológicas não ficaram fora da imprensa, ao contrário, ocuparam várias edições. Ao total foram encontrados 94 registros sobre o clima e sua interferência no meio rural, sendo 84 vezes na coluna *O Tempo* que informava tanto a área rural quanto urbana sobre as condições meteorológicas e 10 vezes referente aos desastres socioambientais.

A seção *O Tempo* tem seu primeiro registro no ano de 1965, datado em 06 de Maio, emitido pelo Serviço dos Transportes Aéreo Catarinense (TAC) Cruzeiro do Sul. Essa coluna, localizada sempre no final da primeira página, trazia a possibilidade ou não de frente

fria, pressão atmosférica média em milibares, temperatura média em graus centígrados, umidade relativa média do ar em porcentagem, pluviosidade em milímetros por segundo, tipos de nuvens, possibilidade de chuva e condição do tempo. Quando a previsão era de frente fria o texto informava “em curso” e quando não havia previsão aparecia a expressão “negativo”. A previsão era de Florianópolis, podendo nem sempre ocorrer em todas as regiões do estado.

Já informações referentes às fases da lua aparecem somente no dia 30 de abril de 1965. Não contribuindo para o produtor rural que fazia o uso do calendário lunar para o plantio das sementes.

As outras notícias referentes clima que aparecem no período estudado apresentam os desastres socioambientais. No dia 21 de abril de 1965 a reportagem *Ajuda de emergência ao município de Taió* apresenta grande destruição da lavoura de arroz após ser atingido por violenta chuva de granizo (O Estado, 1965, p. 08). Em 19 e 22 de agosto a imprensa traz os danos provocados pela chuva em Lages, com a destruição de estradas, pontes e morte de uma pessoa que transitava no local com caminhão, e de Tubarão com inúmeros prejuízos na lavoura. Já na reportagem dos dias 24 de agosto e 10 de setembro apresentam os danos causados pelas nevascas em Santa Catarina, principalmente em Campos Novos:

[...] prejuízos causados pela destruição das plantações atingidas e grande número de animais como bois, vacas, porcos e aves domésticas [...] nas florestas a devastação foi quase completa [...] o gado vítima dos galhos de árvores que caíam. Os campos de aveia foram destruídos. [...] Componentes da fauna, o anu branco e o pássaro caminheiro não resistiram às intempéries (O Estado, 1965, p. 02).

Ambos os eventos climáticos provocaram desastres socioambientais na área rural e renderam narrativas de campanha nas repor-

tagens dos dias 27, 29 e 31 de agosto, além de 01 e 02 de setembro. Os poucos registros na imprensa referente às influências do clima no meio rural demonstram que os danos socioambientais possibilitam discursos políticos, enquanto as condições estáveis não contribuem para essas narrativas.

O MUNDO RURAL E AS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS NA IMPRENSA CATARINENSE DE 1965

Além dos casos já citados, o mundo rural ganhou outras edições com enfoque na política desenvolvimentista do período. No dia 11 de Abril o título *Despertada a consciência agrícola da América Latina* relata sobre os quatro temas principais tratados na VIII Conferência Regional Latino-Americana da Organização para Agricultura e Alimentação (FAO) como sendo: Planificação Agropecuária; Reforma Agrária; Integração Econômica e Política Alimentar. (O Estado, 11/04/1965, p.5). Informações sobre as políticas nacionais e internacionais referente à produção rural apareciam constantemente na imprensa. A preocupação em acabar com a fome tornava-se um discurso ilusório para estimular o trabalhador do campo a modificar sua forma de trabalho, inserindo tecnologias existentes a fim de atender os anseios do capital.

Tema como a Reforma Agrária também apareceu por 5 vezes nas publicações: em 04 de maio citando exemplo de produtores rurais que fazem prosperar a terra em Santa Catarina; em 23 de Maio, mencionando o caso das famílias de Canoinhas e Três Barras que foram desapropriadas de suas terras pelo exército; em 26 de maio tratava das ações do IRASC (Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina) na construção de casas aos colonos japoneses; em 06 de junho e 14 de

Setembro enfatizava a entrega de títulos definitivos de propriedade de terra devolutas à famílias de diversas regiões do Estado.

Outro tema que ganhou algumas publicações foram as políticas agrícolas inclusive referente à comercialização das safras. Em 21 de abril e 05 de setembro aparece a preocupação com o excedente agrícola produzido na batata, milho, arroz, feijão, farinha e fécula de mandioca. Em 27 de Abril do mesmo ano, a discussão foi contraditória e a reportagem *Agricultura como setor retardatário da economia* enfatiza que a agricultura estava a mercê da industrialização, precisando desenvolver para atender a demanda crescente do mercado capitalista:

A expansão no setor ainda repousa basicamente numa agricultura itinerante, pouco sensível para responder aos estímulos da demanda criados pela industrialização e conseqüente urbanização. Sob esse aspecto, as excessivas disparidades entre as taxas setoriais de crescimento configura um caso em que a agricultura emerge como um setor retardatário, ameaçando comprometer a expansão de todo o conjunto.

Na mesma edição com o título *Ação governamental no setor agrícola* o foco era a necessidade de incentivo à exportação de açúcar, arroz, laranja, algodão, cacau, juta, mamona, mate e sisal, além do fomento à produção de batata, feijão, milho, trigo, frutas, hortaliças e florestas, e implantação de tecnologia avançada na produção animal. (O Estado, 1965, p. 05). É visível os interesses políticos de expansão da economia rural através dos discursos contraditórios: algumas produções não atendem à demanda do mercado enquanto outras geram excedentes.

Nas reportagens dos dias 15 e 25 de abril, 21 de maio, 20 e 24 de junho, e 21 de julho, era visível a falta de profissional habilitado

para prestar assessoria ao trabalhador do campo. Muitos técnicos faziam treinamentos específicos para atender a demanda das políticas agrícolas criadas no ano.

Entre as várias políticas de desenvolvimento do Estado, a Eletrificação Rural ocupou muitas páginas do periódico. Enquanto o governo enfatizava suas ações, a população lentamente usufruía de mais qualidade de vida. Produtos armazenados por um curto período, agora disponibilizavam de novas condições de conservação. Sem coluna fixa, ora a notícia aparecia nas páginas iniciais e ora nas páginas finais do jornal. A edição de 09 de abril trazia na primeira página o título CELESC: energia para Faxinal dos Guedes, com a citação: *O meio rural não podia ficar de fora e no caminho por onde passavam as redes de transmissão atendiam a população rural também.* (O Estado, 1965, p. 01) E assim por diversas edições outras regiões eram mencionadas: em 13 de abril Ilhota, Rio do sul, Ituporanga, Taió, Salete, Trombudo Central, Pouso redondo, Serril e Laurentino; em 27 de Abril Videira; em 09 de maio Água doce; no dia 26 de maio São Joaquim, Joaçaba e Herval do Oeste; em 03 de junho Lages e Vargeão; no dia 04 de julho a notícia *Eletrificação rural em 13 de Maio* mostra o município sendo atendido com rede elétrica na linha de Lajeado Sertão Correia (O Estado, 1965, p. 08); em 11 de julho Rancho Bom; e em 21 de julho Barra do Sul.

Referente ao trabalho de eletrificação rural a imprensa em 19 de agosto publicou:

Não foram poucas as dificuldades que os responsáveis pela execução do plano de eletrificação rural encontraram, mas graças ao dinamismo desses técnicos e a confiança que o cooperativismo conquistou entre o nosso homem do interior, temos como resultado o sucesso pleno. Hoje Santa Catarina se coloca como pioneira, entre todos os Estados da União no setor de eletrificação rural (O Estado, 1965, p. 05).

Além do projeto de eletrificação rural, informações referente às rodovias circulavam na imprensa, embora com menos intensidade: em 09 de abril foi mencionado o revestimento do trecho Tangará - Palmares e calçamento da estrada Joaçaba- Luzerna; em 06 de maio estrada entre Capinzal- Campos Novos; em 19 de maio a ligação da SC 23 ao município de Indaial; em 03 de junho a SC 21 ligando Canoinhas a São Francisco permite o escoamento da produção agrícola e manufatureira; em 06 de junho a Br 36 trecho entre Lages e Florianópolis; em 09 de junho trecho ligando cidade de Chapecó ao Porto Goio-En; em 11 de junho a SC 23 ligando a Br 2 em Curitiba ao Porto de Itajaí; em 25 de junho ligando Joaçaba, Luzerna, Água Doce; e por fim em 02 de julho cita: “...tiveram início as obras da estrada de Nova Itaberaba à Nova Erechim, servindo vasta zona produtora e possibilitando o encurtamento da distância que separa aqueles centros urbanos e respectivos interiores da Capital do Oeste (O ESTADO, 1965, p.01).

As várias notícias referente às ações do governo servem para justificar a política de desenvolvimento presente no período. Como é o caso da reportagem *“Pé de Boi” é veículo VW para o campo: custa menos* mencionando um automóvel, ainda não fabricado, destinado à população rural:

{...} o carro versão simplificada do tradicional Sedan VW foi idealizado para atender principalmente a população interiorana que labuta no campo e na cidade. (...) O “Pé de boi” mantém todas as características técnicas de seus veículos tradicionais. Apenas ocorreu a eliminação ou substituição de componentes estéticos de custo mais elevado por materiais menos onerosos. (...) em sua produção os acessórios cromados foram substituídos por peças pintadas, o revestimento dos bancos e teto é totalmente em plástico. Externamente foram abolidos os frisos, emblemas, pisca-pisca e gar-

ras do parachoque. O painel foi modificado constando apenas o velocímetro tradicional sem a tampa do portaluvas e sem o marcador de gasolina que foi substituído pela torneira de reserva de 5 litros localizada ao lado direito da barra de direção sendo de fácil acesso...} (O Estado, 1965, p. 06).

Além do trator como meio de transporte para a área rural, a imprensa divulgou esse projeto de veículo. Observa-se que a política de desenvolvimento presente na época visualizava o trabalhador do campo como provedor de lucros alheios, atendendo uma economia capitalista de consumo. A falta de beleza e conforto presente nas características do veículo, associados ao nome 'Pé de boi' demonstravam o atraso oferecido à qualidade do transporte do trabalhador.

Assim, a imprensa catarinense O Estado circulou no mundo rural em 1965. Mais exaltando as políticas agrícolas do período do que orientando o produtor. As atividades apresentadas foram variadas, desde a agricultura, pecuária, clima, transporte, energia, e economia de mercado, entre outros. Algumas de forma mais intensiva outras superficial tentavam informar a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal catarinense O Estado em suas 116 edições publicadas entre os meses de abril e outubro de 1965, apresenta fragmentos da história do Mundo Rural, referente à educação, economia, meio ambiente, tecnologia, transporte, bem como, as políticas desenvolvidas para atender o mercado em expansão. Sem uma coluna específica para abordar o rural, o periódico publicava temáticas de acordo com os interesses dos editores. Diferente dos assuntos esportivos que conquistaram a página 07 em todas as edições. Ora nas páginas

iniciais, ora nas finais, traziam em suas reportagens notícias locais, regionais, nacionais e internacionais.

Os escritos sinalizam que as temáticas não tinham uma sequência de informação com finalidade definida. Conforme atendiam ou não os interesses dos editores, eram reiterados ou deixavam de existir por um longo período, como é o caso da apicultura que só recebeu edições em agosto e setembro.

Ao se aproximar do período das eleições, as notícias sinalizavam mais exaltação dos feitos políticos. Aquilo que funcionava era obra do Plano de Governo e o que não tinha sido realizado servia de promessa de campanha. Carregando resquícios da *Acta diurna* de Julio Cesar, mencionado no início deste trabalho, as edições analisadas demonstram que o meio rural atendia interesses em promover politicamente os gestores públicos.

Embora o principal leitor desse jornal não fosse o trabalhador rural e, portanto, as reportagens não tinham finalidade de atender esse consumidor, aquele que buscava conhecer o meio rural a partir dos registros da imprensa, cometia equívocos nas impressões construídas. As abordagens sobre a temática eram variadas na imprensa, mas o viés de propaganda política embutido nas entrelinhas sobressaía frente a própria história do mundo rural.

As discussões sobre o desenvolvimento brasileiro cresciam nessa época, inclusive nas projeções de políticas agrícolas, porém, nem sempre o conhecimento e a prática do produtor rural atendiam aos interesses capitalistas que se propagavam na indústria. Era necessário produzir informação na tentativa de mudar hábitos de trabalho no campo. O discurso do progresso e modernização presente na imprensa era um deles.

Assim, a pesquisa apresenta o levantamento de fontes na imprensa Catarinense O Estado no ano de 1965, contribuindo para

estudos relacionados à história do mundo rural, uma vez que algumas temáticas abordadas ainda não foram esgotadas na historiografia catarinense.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Comunicação Rural: discurso e prática*. Viçosa: UFV, 1993.

Decreto-lei nº 311 de 02 de Março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> Acesso em: 07 mai 2022.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1965.pdf Acesso em: 24 abr 2022.

IBGE. Censo Demográfico 1960 - Estado de Santa Catarina. Vol I, Tomo XV, 1ª e 2ª Parte. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de mai 2022.

IBGE. Atlas do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_pre_textual.pdf Acesso em: 03 mai 2022.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MELO, Patrícia Bandeira. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. In: *Revista Comunicação e Informação*. Vol 8, nº 1, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/24592/14116> Acesso em: 23 mai 2022.

FONTES:

O ESTADO. CELESC: energia para Faxinal dos Guedes. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.143, p. 01, 09 abr. 1965.

O ESTADO. Coluna Agropecuária. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.143, p. 02, 09 abr. 1965.

O ESTADO. Despertada a consciência agrícola da América Latina. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.144, p. 05, 11 abr. 1965.

O ESTADO. Senador Atílio Fontana fala sobre a ação moageira de fomento ao trigo nacional. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.145, p. 06, 13 abr. 1965.

O ESTADO. Ajuda de emergência o município de Taió. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.150, p. 08, 21 abr. 1965.

O ESTADO. Febre Aftosa: os focos estão sendo isolados. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.152, p. 08, 25 abr. 1965.

O ESTADO. Agricultura como setor retardatário da economia. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.153, p. 02, 27 abr. 1965 a.

O ESTADO. Ação governamental no setor agrícola. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.153, p. 05, 27 abr. 1965 b.

O ESTADO. Pragas exigem combate. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.159, p. 02, 06 mai. 1965.

O ESTADO. Cobal tranquiliza produtores rurais: problema da comercialização da batata tem solução à vista. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.160, p. 08, 07 mai. 1965.

O ESTADO. O Tempo. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.162, p. 01, 11 mai. 1965.

O ESTADO. Produção de Pescados. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.162, p. 06, 11 mai. 1965.

O ESTADO. Milho Híbrido Agroceres. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 50, nº 15.164, p. 05, 16 mai. 1965.

O ESTADO. Liderança na Avicultura. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.166, p. 03, 19 mai. 1965.

O ESTADO. Secretaria adquire vacas holandesas. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.180, p. 08, 09 jun. 1965.

O ESTADO. O que o governo faz no Vale do Itajaí? *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.185, p. 06, 16 jun. 1965.

O ESTADO. Milho Híbrido Agroceres. *O Estado*. Florianópolis- SC,

ano 51, nº 15.187, p. 06, 20 jun. 1965.

O ESTADO. “Pé de Boi” é veículo vw para o campo: custa menos. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.191, p. 06, 25 jun. 1965.

O ESTADO. Tratores chegam à Chapecó: mais estradas para o oeste. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.195, p. 01, 02 jul. 1965.

O ESTADO. Solução para excedentes de milho: exportar carne bovina incentivando a avicultura e suinocultura. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.196, p. 02, 04 jul. 1965.

O ESTADO. Produtor rural aplaude a revenda financiada de sementes. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.196, p. 06, 04 jul. 1965.

O ESTADO. Eletrificação rural em 13 de Maio. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.196, p. 08, 04 jul. 1965.

O ESTADO. Secretário visita Escola Rural. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.198, p. 08, 07 jul. 1965.

O ESTADO. Diretor do D.E.O.S. fiscaliza obra em Laguna. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.204, p. 08, 15 jul. 1965.

O ESTADO. Cooperação na vacinação contra a raiva dos cães. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.206, p. 04, 18 jul. 1965.

O ESTADO. Escolarização: Santa Catarina possui o maior índice nacional no Ensino Primário. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.220, p. 01, 06 ago. 1965.

O ESTADO. Campanha PORCO TIPO CARNE ganha incremento. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.221, p. 06, 08 ago. 1965.

O ESTADO. Eletrificação Rural nos moldes Catarinense. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.229, p. 05, 19 ago. 1965.

O ESTADO. Proporções catastróficas assumiu a nevada que assolou o município de Campos Novos. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.244, p. 02, 10 set. 1965.

O ESTADO. As Africanas na Primavera são Valentes *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.245, p. 02, 12 set. 1965.

O ESTADO. Criadores procuram forrageiras de inverno. *O Estado*. Florianópolis- SC, ano 51, nº 15.256, p. 04, 28 set. 1965.

VI

FAMÍLIA, PATRIMÔNIO E TRANSMISSÕES DE PROPRIEDADE ENTRE O SÉCULO XIX E XX NA FAZENDA DO SOCORRO/RS

ANDRÉA PAGNO PEGORARO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que modo se procediam as transmissões de propriedade no sul do Brasil entre o século XIX e XX através de uma das mais antigas fazendas do atual município de Vacaria, denominada Socorro. Atualmente tombada como patrimônio histórico, foi doada em sesmaria a José de Campos Bandemburgo por volta de 1770, que juntamente com sua única filha Clara Jorge, seu esposo Manuel Rodrigues de Jesus e seus descendentes constituem um dos primeiros troncos povoadores da localidade.

Trazemos neste estudo os inventários *post-mortem* de alguns dos proprietários da fazenda, sendo estes José Joaquim Ferreira, a quem a fazenda pertenceu até 1872, Luiz Jacintho Ferreira que se tornou o herdeiro e administrador da mesma até 1896, transferindo o legado para sua filha Otília Ferreira Brito. Esta veio a falecer em 1904, mas anteriormente, em 1903 realizou a venda da fazenda

juntamente com seu esposo Honório Brito ao comprador Marcos Flores de Noronha que até então possuía uma propriedade no Uruguai. Marcos Flores de Noronha administrou a fazenda até 1929, transmitindo sua herança para seus filhos Maria de Lourdes, na época com 19 anos de idade e Abelard, então com 17 anos de idade.

Buscamos compreender as estratégias familiares para manutenção e cuidados com seu patrimônio no momento de partilhas de heranças resultantes da morte de seu administrador, evidenciando as disputas entre herdeiros e os desdobramentos resultantes de possíveis desentendimentos. Partimos da premissa de que o momento da transmissão de propriedade representava a base para a conservação dos bens familiares, sendo a escrita do testamento uma estratégia importante e ao mesmo tempo perigosa para os fazendeiros que preferiam deixar definido o futuro de seu patrimônio.

DISPUTAS DE HERANÇAS E SUAS IMPLICAÇÕES

A fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em Vacaria, atualmente tombada como patrimônio histórico, até 1872 foi propriedade de José Joaquim Ferreira, casado com Gertrudes de Assumpção. A história da fazenda se inicia por volta de 1770 quando as terras em que posteriormente se assentou a propriedade foram doadas em sesmaria ao tropeiro paulista José de Campos Bandemburgo. José Joaquim Ferreira vivia na fazenda do Socorro com sua esposa e alguns agregados. O casal não tinha filhos, o que resultou na escolha de um dos sobrinhos, Domingos Gomes da Cunha como futuro herdeiro e administrador dos bens, nomeado em testamento escrito em 1869. A Figura 1 mostra a Sede da Fazenda do Socorro em 2018.



FIGURA 1. Sede da fazenda do Socorro em 2018. Fonte: Foto da autora.

A cláusula para manutenção da herança legada consistia na permanência de Domingos na fazenda, auxiliando em sua administração e cuidados familiares. Uma das preocupações que inquietavam Ferreira se referia à saúde de sua esposa, que segundo informações apresentadas sofria de alienação mental. Motivado pela proximidade que possuía com Domingos a quem considerava como filho, o fazendeiro decide então herdá-lo em seu testamento. Todavia os constantes desentendimentos resultaram na decisão de Ferreira em deserdar o sobrinho.¹

Mas para fazer a troca de testamento o fazendeiro teria de comparecer a Vila de Vacaria e, prevendo as tentativas de Domingos de impedi-lo resolveu sair mais cedo do que de costume, o que permitiu que concretizasse seu objetivo. No entanto, na volta foi surpreendido por uma tocaia preparada por seu escravo Anacleto que havia combinado com Domingos em assassinar Ferreira em troca de sua liberdade. O escravo então, usando uma arma cedida por Domingos disparou contra o seu senhor, levando consigo o novo testamento.

¹ APERS. Processo crime do escravo Anacleto. Cartório Civil e Crime, 1873. Autos nº 2007.

Estando em posse do testamento anterior, Domingos Gomes da Cunha realizou a abertura do processo de inventário *post-mortem* de seu tio buscando legitimar sua herança. Todavia, após o assassinato os boatos se espalharam e o próprio escravo confessou o crime em seu primeiro depoimento, mas foi coagido por Domingos para que negasse a declaração anterior alegando ter sido forçado à afirmação de culpa.

No interrogatório os autores do crime relataram terem sido vítimas de agressões e ameaças para confessarem algo que supostamente não teriam feito. Apenas após um longo julgamento Domingos foi condenado e encaminhado ao presídio de Porto Alegre, onde segundo relatos de memorialistas cometeu suicídio. Com a abertura de um novo inventário em 1880, Luiz Jacintho Ferreira comprou os direitos pertencentes a Boaventura Augusto dos Reis, a quem cabia parte da herança e, tornou-se o principal interessado no patrimônio deixado por Ferreira.

O inventário, conforme, Venosa (2001) possui a função de registrar uma descrição, a mais cuidadosa possível do estado do monte, ou seja, de todos os bens deixados pelo falecido. Corresponde, portanto, a uma descrição patrimonial, sendo está mais ou menos complexa, que terá, por vezes, implicações no balanço contábil, descrevendo-se o ativo e o passivo. Segundo o autor:

A palavra inventário decorre do verbo invenire, do latim: encontrar, achar, descobrir, inventar e do verbo inventum: invento, invenção, descoberta. A finalidade do inventário é, pois achar, descobrir, descrever os bens da herança, seu ativo e passivo, herdeiros, cônjuge, credores, etc. Trata-se, enfim, de fazer um levantamento, que juridicamente se denomina inventário, da herança. Tanto mais complexo será o inventário quanto complexas eram as relações nego-

ciais do de cujus. O termo inventário, vernaculamente, é utilizado comumente, ao mesmo sentido em linguagem coloquial. Sempre que se deseja fazer uma averiguação sobre o estado de qualquer patrimônio, faz-se uma descrição dos bens, isto é, um “inventário” (VENOSA, 2001, p. 39).

O inventário aberto em 1872 mostra que havia na fazenda uma quantidade expressiva de animais, sendo estes 1.675 bovinos, 856 equinos, 68 muares, 263 ovinos, perfazendo um total de 2.862 animais. No entanto, em 1880, ano em que o processo de partilha foi concluído, dos animais descritos restavam apenas 700 bovinos, 630 equinos, 38 muares e 50 ovinos, num total de 1.418 animais. Além da defasagem no número de rebanhos os escravos também foram sendo vendidos caindo de 22 para 15. As inúmeras despesas judiciais envolvendo o processo de inventário e a falta de cuidados com a fazenda resultou assim, na dilapidação do patrimônio familiar.

Garcia (2010) evidencia que o inventário configurava o momento de todos os acertos de contas, de modo que somente após o pagamento das dívidas o restante poderia ser dividido entre os herdeiros, sendo também a ocasião de ajustes de pendências entre irmãos. Segundo Garcia (2010) o inventário não pode ser percebido, portanto, como uma consequência imediata do falecimento de uma pessoa. Outro fator relevante se refere aos valores pagos em razão da abertura do inventário, que por vezes, absorvia grande parte do legado, assim, quanto menor a herança, maior o prejuízo no momento de partilhar os bens.

A herança deixada por José Joaquim Ferreira somou 80.209.220 réis, todavia, essa quantia foi reduzida para menos da metade após o pagamento dos débitos, despesas e gastos. Apenas as dívidas passivas liquidadas somava a quantia de 45.757.966 réis e, sendo abatidas estas

parcelas restaram 34.451.551 réis. Esta quantia foi dividida em duas partes iguais, perfazendo a meação da viúva o valor de 17.225.765 réis. Abatida da segunda meação a vintena de testamenteiro arbitrada em 2% na importância de 344.515 réis, restaram 16.881.260 réis. O valor das dívidas importou na quantia de 8.183.000 réis. Sendo retirada esta quantia da segunda meação o valor restante ficou em 8.698.260 réis.

Esta última quantia foi dívida em 4 partes iguais, por serem 4 os irmãos de José Joaquim Ferreira, cabendo a cada um deles 2.174.565 réis. Este mesmo valor foi dividido entre os sobrinhos, filhos da irmã Maria Delfina em sete partes iguais, por serem 7 os seus filhos. Cada um deles recebeu 310 mil, valor dividido em duas partes entre Maria Ferreira da Rocha, viúva de Domingos Gomes da Cunha e seus filhos. A viúva recebeu 155.326 réis e cada um de seus filhos receberam 25.887 réis. Novamente dividida a quantia de 2.174.562 réis entre os sobrinhos filhos do irmão Manoel José Ferreira, coube a cada um dos 6 filhos o valor de 362.427 réis. Sobre as regras de partilha e o direito de meação Venosa, (2001, p. 85), explica que:

A meação do cônjuge, não é herança. Quando da morte de um dos consortes, desfaz-se a sociedade conjugal. Como em qualquer outra sociedade, os bens comuns, isto é, pertencentes às duas pessoas que foram casadas, deve ser dividido. A meação é avaliada de acordo com o regime de bens que regulava o casamento. [...] Como meação não se confunde com herança, se o sobrevivente do casal desejar atribuí-la a herdeiros, tal atribuição se constitui num negócio jurídico entre vivos. Não existe, na verdade, uma renúncia à meação. O que se faz é uma transmissão aos herdeiros do de cujus, ou a terceiros (VENOSA, 2001, p. 85).

Notavelmente a fortuna deixada por José Joaquim Ferreira foi comprometida com os gastos gerados pela abertura do processo crime contra os assassinos do fazendeiro, custas de inventário, pagamento de empregados, entre outros, enquanto a fazenda estava sem administrador definido. Somando-se aos agravantes a venda ilegal de animais por parte de Domingos Gomes da Cunha, além dos custos com advogados, principalmente em Porto Alegre.

Consta no inventário terem sido gastos o valor de 20.520.000 réis apenas em pagamentos feitos a advogados e procuradores. Acrescem a estas as despesas com documentos, traslados, pagamento de custas, hospedagem de funcionários de justiça e testemunhas, que perfizeram a soma de 23.530.560 réis, empregados em despesas durante o processo crime movido contra Anacleto e Domingos.

Esse fato nos mostra que a concentração de poderes sobre a figura do fazendeiro aliada a sua condição de prestígio social, domínios territoriais e simbólicos, poderia ocasionar rivalidades entre herdeiros, resultando em desavenças, desagregação familiar e, levando por vezes a perda do patrimônio. Márcia Menendes Motta (1998, p. 66), ressalta que:

A morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Neste sentido, a partilha inaugurava ou consolidava desavenças entre herdeiros, trazendo para a luz do dia ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte de água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos impunham o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas.

Conforme apontado por Motta (1998), o falecimento de um fazendeiro poderia resultar em conflitos e rivalidades entre herdeiros, ocasionando além da dilapidação do patrimônio, a desagregação familiar. Fator que motivava muitos proprietários a realizarem a escrita de testamentos, deixando expressos seus desejos póstumos e, principalmente, fazendo os encaminhamentos necessários aos cuidados familiares e seus patrimônios. Todavia, o exemplo apresentado quanto as desavenças que resultaram no assassinato de José Joaquim Ferreira nos mostram que os conflitos poderiam ser iniciados antes mesmo da partilha de heranças e transmissões de propriedades.

Precisamos considerar que, quando nos referimos ao conceito de família nesse período estamos tratando de um contexto com características próprias, em que as famílias geralmente extensas abarcavam inúmeros integrantes. Faria (1998, p. 41) salienta que “segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, família era um termo que se referia a pessoas aparentadas que viviam geralmente na mesma casa, mas as relações de parentesco incluíam relações não consanguíneas”. Para Bordieu (1996, p. 127):

Se é verdade que a família é apenas uma palavra, também é verdade que se trata de uma palavra de ordem, ou melhor, de uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Pode-se dizer, sem contradição, que as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social e que, ao mesmo tempo, existem realmente, coletivamente reconhecidas. Em todos os usos de conceitos classificatórios, como o de família, fazemos ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição que não aparece como tal porque é (quase) universalmente aceita, e admitida como dada: admitimos tacitamente que a realidade a qual atribuímos o nome de família, e que colocamos na categoria de famílias de verdade, é uma família real.

Bourdieu (1996) analisa o modo como se constitui o conceito de família e de que modo este adquire diferentes significados a partir do contexto que se desenvolve. Podemos evidenciar, que para cada sociedade a representação familiar emerge segundo visões de mundo diferentes e que servem de alicerce para que determinados padrões parentais sejam aceitos. Durante o século XIX e meados do século XX, as relações familiares e os vínculos matrimônias, de compadrio e reciprocidade eram importantes mecanismos de manutenção de status social e alicerce para alcançar cargos políticos ou ampliar o patrimônio. A casa não representava apenas um lugar de moradia, trazia consigo toda a história de seus proprietários. Elas eram passadas de geração para geração e possuíam ligação com a identidade da família e com as pessoas que nelas habitavam, de modo que:

A realidade familiar surge também enredada numa história de longa duração, a das representações inconscientes e dos princípios de organização. Estas estruturas familiares não só mudam mais lentamente, como existem para resistir à mudança, para transmitir e para reproduzir. Como se inserem no que é evidente, no que tece os hábitos, não as encontramos nos testemunhos da época, tendo muitas vezes o historiador de se contentar com hipóteses. (BURGUIÈRE e LEBRUN, 1997, p. 28).

Conforme observado pelos autores, as estruturas familiares se alicerçam principalmente em hábitos e costumes que vão sendo preservados e mantidos através de gerações. Assim, a sociedade se modifica conforme transforma seus modos de pensar, porém as famílias não costumam sofrer alterações imediatas. Sobre a composição matrimonial do século XIX, observamos que os filhos de fazendeiros costumavam casar-se entre si, sendo está uma estratégia de preser-

vação patrimonial. No entanto, as recorrentes uniões entre parentes consanguíneos acabaram por dificultar a geração de descendentes, problema encontrado por José Joaquim Ferreira e sua esposa e, que acabou resultando na dilapidação de seu patrimônio.

Ao final do processo de inventário *post-mortem* e a realização da partilha, Luiz Jacintho Ferreira tornou-se o grande herdeiro dos bens deixados pelo fazendeiro. Das heranças que não foram entregues à Luiz Jacintho Ferreira, figuram além da quantia paga a Gertrudes, 27.959.506 réis, o legado da escrava Maria, referente à 4.485.000 réis, assim como 344.515 réis pagos ao testamenteiro Daniel Ribeiro Martins. Ainda no ano de 1880 com o falecimento de sua esposa, Luiz Jacintho Ferreira estabeleceu um acordo com sua sogra Maria Ignácia de Souza Velho quanto aos bens deixados e a herança que lhe cabia.

Consta em um documento de petição, que Maria Ignácia de Souza propôs desistir em favor de Luiz Jacintho Ferreira da meação dos bens deixados por sua finada filha, transferindo-lhe todos os seus direitos a respeito. No entanto, o genro deveria desistir em favor dela de todo direito que pudesse ter na casa dos Ausentes. Luiz Jacintho Ferreira concorda, com a condição de que não ficasse responsável pelas dívidas contraídas pela sua sogra antes e depois do falecimento de seu marido, deixando seu irmão como procurador “especialmente para aceitar a desistência que em meu favor há de fazer minha sogra D. Maria Ignácia de Souza da meação do seu espólio de minha mulher”².

A segunda esposa de Luiz Jacintho Ferreira foi Ottilia Jacinta Ferreira³, com quem teve uma filha de nome Otília Ferreira (Brito). No entanto, sua esposa Otília faleceu em 20 de dezembro de 1884, após ter dado à luz a filha do casal, o que levou o fazendeiro a casar-

² APERS. Desistência de herança. Civil e Crime, 1880. Autos n° 750

³ APERS. Inventário de Otília Ferreira de Brito, 1904. Autos n° 366.

-se novamente. A terceira esposa de Luiz Jacintho foi sua sobrinha de nome Bernardina Jacintho Ferreira, vindo o fazendeiro a falecer posteriormente em 14 de janeiro de 1896, deixando testamento. No documento, datado de 18 de abril de 1894 e registrado em Porto Alegre, o fazendeiro legou a terça de seus bens em usufruto a sua esposa, deixando claro que a herdeira de toda sua fortuna seria sua filha Otília.⁴

Diante da incumbência de escolher devidamente os administradores de suas fortunas, os fazendeiros precisavam considerar a necessidade de atender devidamente as expectativas familiares, mantendo a estabilidade nos relacionamentos entre os membros e a conservação de seus patrimônios, de modo que:

Para os fazendeiros ser senhores e possuidores de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também à possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem (MOTTA, 1998, p. 38).

Conforme Motta (1998), as disputas pela terra representavam, não apenas a possibilidade de obter o domínio territorial, mas também sobre os homens que habitavam esse espaço físico ou desejavam habitar. Diante deste cenário, era comum durante o século XIX principalmente, que houvessem resistências quanto a ação de medição e demarcação das divisas das propriedades, porque tais definições limitavam o exercício de poder sobre os vizinhos e posseiros.

⁴ APERS. Inventário de Luiz Jacintho Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1896. Autos n° 416.

A pesquisadora salienta ainda, que “para os fazendeiros, a questão não se colocava em termos do acesso à terra, mas sim na dimensão do poder que viriam a exercer sobre quem não a detinha” (MOTTA, 1998, p. 39). Consta no Registro de Imóveis do município de Vacaria a transcrição das terras pertencentes a Luiz Jacinto Ferreira⁵, sendo este referido no livro 3, transcrição número 12, folhas 4, com data de 16 de setembro de 1882, no qual se lê:

Luiz Jacinto Ferreira, morador no Socorro, município de Nossa Senhora da Oliveira, adquirido de Alves Carneiro e sua mulher moradores no 3º distrito da mesma terra, por escritura pública de compra e venda pelo tabelião José Fernandes da Cunha, relativo a: fazenda de criar denominada Socorro, Nossa Senhora da Oliveira do município do mesmo nome, faz parte da fazenda Socorro, que confronta com terras do tenente e coronel Miguel Joaquim de Camargo e sua mulher, com outras de Lucas de Camargo Mello e sua mulher, de Candido de Camargo Mello e sua mulher, do coronel Felisberto Teles de Souza e sua mulher, de Jeremias Francisco de Souza, de herdeiros de Justino Francisco de Souza, de Polycarpo da Silva e sua mulher, dos herdeiros de Francisco Borges, de Cecilio Baptista de Almeida e sua mulher, de Miguel Primo da Rocha e sua mulher (...)⁶

O documento comprova que pertencia a Luiz Jacinto Ferreira a fazenda, com uma invernada compreendendo duas léguas de frente com seis de fundo, mais ou menos, duas casas, terras, mangueiras, potreiro, invernadas, 500 cabeças de gado *vacum*, além de cavalares e muares. Em outra certidão, sendo a mesma referente a transcrição

⁵ Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 12, folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

⁶ Idem

número 13, folhas 05 do livro 3, também com data de 16 de setembro de 1882, em nome do coronel Luiz Jacinto Ferreira foi descrito que, o mesmo era morador no Socorro, Nossa Senhora da Oliveira, do município do mesmo nome, adquirido de Gertrudes D' Assumpção do Senhor, viúva de José Joaquim Ferreira⁷.

DESAGREGAÇÃO FAMILIAR E VENDA DA PROPRIEDADE

Ottília, filha de Luiz Jacintho Ferreira, casou-se com Honório Brito, tendo falecido no ano de 1904. Os bens descritos em seu inventário se resumem a um terreno na quadra da rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, onde residia, com 11 metros de frente, “ao norte no alinhamento da Avenida Brasil e 37 metros aos fundos com terreno da quadra número 3, de propriedade da *Cia Social e Agrícola*, dividindo-se a Leste com Manoel Álvaro Soares e a oeste também com a referida Cia”⁸. O casal era possuidor de uma casa comercial, situada na rua dos Andradas, em Porto Alegre, número 27.

A certidão de venda da fazenda do Socorro, aparece descrita no inventário de Ottília, apresentando está a data de 25 de abril de 1903. No documento consta que, Honório Brito e sua mulher Ottília Ferreira de Brito, moradores na capital Porto Alegre, venderam a fazenda do Socorro ao comprador Marcos Flores de Noronha, residente na República Oriental do Uruguai, tendo sido a referida fazenda adquirida por herança do tenente coronel Luiz Jacintho Ferreira e sua esposa Ottília Ghertener Ferreira. No documento consta que a fazenda se achava em parte sob domínio de usufruto, referente ao legado concedido a terceira mulher de Ferreira, sendo a venda ajustada no valor de 60.000.000 réis. Conforme nos explica Venosa (2001, p. 22):

⁷ Idem.

⁸ APERS. Inventário de Ottília Ferreira Brito, 1904. Autos n° 366.

Legado é um bem determinado, ou vários bens determinados, especificados no monte hereditário. O legatário sucede a título singular, em semelhança ao que ocorre na sucessão singular entre vivos. Só existe legado, e conseqüentemente a figura do legatário, no testamento. Não tendo o morto deixado um testamento válido e eficaz, não há legado [...] O legatário, salvo disposições expressas do testador, não responde pelo pagamento das dívidas do espólio, atribuição dos herdeiros. O herdeiro responde pelas dívidas do que cujos, na proporção de seu quinhão.

O legado deixado por Luiz Jacintho Ferreira a sua terceira esposa, possui implicações diretas sobre o possível planejamento administrativo de sua fortuna, considerando que o documento de testamento menciona que sendo esta sua sobrinha não teria direito a meação, o que justifica o legado. No entanto, o fazendeiro pretendia deixar toda sua fortuna para sua única filha, o que explica o direito de usufruto e as cláusulas impostas. A ex-esposa teria garantia de habitação desde que não se unisse em matrimônio, o que implicaria trazer para dentro da propriedade outro administrador ou pessoa que pudesse requerer direitos sob o patrimônio. Do mesmo modo, se a mesma não se encontra outra pessoa a qual lhe proviesse meios para seu sustento teria sua moradia e recursos necessários, não a deixando assim, desprovida de amparo.

Em 1916 foi realizado o auto de sobrepartilha quanto ao valor de 20 contos de réis resultante do pagamento do legado de usufruto de Bernardina. Sendo reduzido desse valor os custos de inventário o monte mor importou em 19.639.400 réis. A meação do viúvo Honório de Brito foi avaliada como correspondente a 9.819.700 réis, do qual foi reduzida novamente a quantia de 107.500 réis, referente a taxa de 1%, ficando o valor em 9.712.200 réis. Coube a legítima de cada um dos filhos o valor de 4.856.100 réis.

A divisão da herança resultante do falecimento de Otília Gaertner Ferreira (1885) foi realizada em duas partes, sendo estas a meação pertencente ao viúvo inventariante Luiz Jacinto Ferreira e a outra pertencente a única filha do casal também chamada Otília. Coube ao coronel Luiz Jacinto Ferreira e a sua filha para cada um o valor de 60 contos e 400 mil réis, os campos em frente à casa de moradia da fazenda do Socorro, avaliados por 36.700.000 réis, além do rincão de campos denominado Damasceno e os móveis encontrados na casa. Já os campos da fazenda do Socorro passaram a pertencer à sua filha Otília⁹.

O inventário mostra pertencer também a herdeira uma extensão de duas léguas quadradas, “confrontando ao sul com terras de Jeremias Francisco de Souza por uma cerca e com a Invernada de Bois por uma gruta que deságua no rio Santa Ana, ao norte com o rio Pelotas, ao leste com o rio Socorro, avaliada por 26 contos de réis”¹⁰. Além da invernada de campos e matos, denominada *Dos Bois* contígua à fazenda do Socorro, fechada com taipas de pedra, “com a extensão de uma légua e meia quadrada mais ou menos, avaliada por 24 contos de réis e um campo denominado *De Fora*, fazendo fundos na Invernada dos Bois com a extensão de uma légua quadrada, avaliado por 9.000.000 de réis”¹¹.

Os campos de invernada existentes em Vacaria e que eram cedidos aos tropeiros favoreceram a passagem das tropas pela região e ajudaram a consolidar a identidade vacariana ao tropeirismo. Não seria possível aos tropeiros seguirem viagem cansados e com suas tropas mal alimentadas, tal fato ocasionaria uma perda muito grande. Os Campos de Vacaria desenvolveram-se economicamente par-

⁹ APERS. Inventário de Otília Ferreira Brito, 1904. Autos n° 366.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

ticipando de um circuito comercial que se estendia de norte e sul, superando muito seu espaço imediato e articulando outras regiões e espacialidades, segundo o pesquisador Tiago Gil (2009):

O acesso aos campos de invernada era um elemento fundamental para o sucesso de uma tropa. E não apenas para a engorda dos animais, mas como ponto de parada estratégico depois da primeira subida de serra. A engorda poderia ser em Curitiba, de acordo com a conveniência do tropeiro. Mas as paradas do caminho exigiam o acesso a campos, ao menos por poucos dias ou por uma noite, o que poderia ser facultado ou negociado. A principal vocação dos campos da Vacaria, aos olhares de Curitiba, particularmente para o inspetor do Registro de Curitiba, Manuel José, era de campo de invernada. (p. 85)

No pouso, os tropeiros conseguiam se recompor dos desgastes da viagem para novamente seguir em frente em sua jornada levando seu gado por caminhos difíceis, íngremes e complicados de percorrer, atravessando rios, matas fechadas, correndo vários perigos, assim como os animais que poderiam se perder no trajeto ou sofrer acidentes de percurso. Cada tropeada por mais bem sucedida que fosse tinha seus riscos e suas perdas.

Outra parte de terras de matos situado no lugar denominado Itapavas na província de Santa Catarina, avaliado em 1.200.000 réis foi acrescentado à sobrepartilha e dividido pela quantia de 600 mil réis entregues igualmente para Luiz Jacinto Ferreira e sua filha Otília. O falecimento da esposa de Ferreira data de 20 de dezembro de 1884, tendo sido aberto o inventário em 09 de maio de 1885, o que aponta que parte das terras da fazenda do Socorro passaram a ser vendidas após sua morte¹².

¹² APERS. Inventário de Otília Ferreira Brito, 1904. Autos n° 366.

Ao inventariante e testamenteiro João Antônio Jacques foi conferido o prêmio de vintena na importância de 8.098.530 réis, sendo paga a quantia de 5.298.530 réis referente a dívida de Jacob Kraeff. Recebendo também animais, 25 arrobas de arame, além de uma máquina de estender arame, itens que já haviam sido solicitados anteriormente. Consta no inventário a informação de que após a morte de Luiz Jacintho Ferreira, Bernardina Jacintha Ferreira, estava residindo na localidade de Caxias do Sul, onde já vivia com seu marido, mudando-se posteriormente para Gravataí. Fato que demonstra o distanciamento da família com relação a propriedade.

O documento aponta também a desistência de Bernardina do cargo de inventariante a através da alegação de problemas de saúde, transferindo ao testamenteiro João Antônio Jacques a tutela e administração dos bens de Ottília. Em 1899 o tutor de Ottília faleceu, cabendo a esposa do mesmo, Maria Amada da Fonseca a obrigação de prestar contas dos gastos e contas relativas aos cuidados da fortuna de Ottília. Ao realizar a conferência dos termos o juiz entendeu que houve gastos excessivos e, que haviam falhas na apresentação dos documentos, como a falta de datas que indicassem quando as despesas foram efetuadas, conforme mostra a transcrição do documento¹³:

Não são aceitáveis as contas, por incidirem em faltas irreparáveis: não consta a data em que o tutor entrou na administração dos bens; não se sabe a razão pela qual esses bens, calculando-se a data provável em que começou a gerenciar, não chegaram a produzir 3% anuais; não há explicação para o fato de uma órfã com fortuna (169.251.502) capaz de produzir renda para ostentação de numerosa família, ter anualmente um déficit considerável como as contas demonstraram. São escandalosos os reconhecimentos de firma, em todos os documentos oferecidos, feitos pelo aju-

¹³ Idem.

dante do notório, que não é pessoa pública e que praticou estes atos sem competência. Sobre este assunto verifica-se até que o ajudante do notório procedeu animosamente, (ilegível) sob sua palavra que reconhecia firma na Vacaria, nos dados em que estes se passavam na Taquara, em Porto Alegre, em Caxias. Lagoa Vermelha, 27 de março de 1899.

Considerando que as declarações apresentadas não estavam claras, o juiz solicitou que fosse realizada nova prestação de contas, no entanto, o procurador de Maria Amada da Fonseca alegou que não existiam outros documentos a serem apresentados. A esposa do ex-tutor mencionou dificuldades em conseguir rever os documentos de contas, já que estes teriam procedência de vários lugares diferentes. Também alegou que os campos da fazenda do Socorro não produziram rendimento algum até 1º de janeiro de 1898, por achar-se em poder do arrendatário Jacob Kraeff.

Maria Amada da Fonseca, afirmou ainda que em 1º de janeiro de 1898, foi entregue por Jacob Kraeff o valor de 5.530.007 réis, que teria sido depositado no cofre de órfãos. Segundo a esposa do tutor, este valor teria sido usado nas despesas feitas com a menina “visto o diminuto rendimento não dar para as mesmas, tanto mais que o tutor não tendo verba estipulada para o sustento de sua tutelada compreendia que não devia poupar esforços para dar-lhe um tratamento e proporcionar-lhe educação de acordo com sua fortuna”.

O juiz acabou assim, aceitando as justificativas expressas pela tutora de Otília, ponderando que a maior parcela de sua fortuna se constituía da fazenda Socorro, avaliada em 115 contos de réis, que esteve em poder do arrendatário Jacob Kraeff durante a maior parte da gestão do ex-tutor. Considerou também que o valor de 52.024.392 réis, em dinheiro produziu em juros, rendimento módico de 4.262.912 réis. De maneira que, o total de 5.427.877 referente

aos rendimentos e alguns objetos vendidos eram insuficientes para cobrir as despesas da órfã.

Todavia, evidenciou que a quantia retirada e mais os rendimentos apontados, somavam a importância de 10.957.884 réis, valor visto como mais que suficiente para o ex-tutor atender “até mesmo as extraordinárias despesas, durante os dois anos e meses de sua gestão”. O juiz apontou ainda que as despesas feitas constituíram um déficit de 4.863.556 réis, o que não poderia deixar de ser considerado um excesso. Mas que, todavia, nesse caso o único responsável seria João Antônio Jacques, seu falecido tutor, o que isentava Maria Amada das falhas cometidas durante o período anterior à sua tutoria. Julgou o juiz aprovadas as despesas feitas no valor de 10.957.884 réis e mandou que todos os bens fossem entregues a nova tutora da órfã (Vacaria, 10 de outubro de 1899)¹⁴.

A FAMÍLIA NORONHA E A NOVA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA DO SOCORRO

Após ser vendida pela família Ferreira a fazenda do Socorro passa a ser propriedade de Marcos Flores Noronha. No Registro de imóveis do município de Vacaria encontra-se o documento de escritura da fazenda em nome do referido comprador. No relatório consta pertencer a Marcos Flores de Noronha “uma fazenda de meação denominada Socorro, com terras de campos e matos cercadas de pedra, poteiros, invernadas, casas de moradia e outras dependências, contendo uma área de 134.380.000 m²”.

Marcos Flores Noronha, segundo informações contidas em seu inventário¹⁵, faleceu em 10 de setembro de 1929 às 18 horas, com

¹⁴ APERS. Inventário de Luiz Jacintho Ferreira, 1896. Autos n° 416.

¹⁵ Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

82 anos de idade na Santa Casa de Saúde, em Porto Alegre, onde se achava em tratamento. O documento mostra que o mesmo residia em São Sebastião do Cahy, sendo casado com Josephina Jacques Noronha, tendo deste casamento dois filhos menores à época de seu falecimento, de nomes: Maria de Lourdes, com 19 anos de idade e Abelard, com 17 anos de idade. Marcos Flores Noronha era filho legítimo de Feliciano José Flores e Deolinda Candida de Freitas Noronha Flores. Seu irmão João de Deus Flores foi declarante em seu registo de óbito, que consta ter sido escrito a folhas 146 do livro número 6 no ano de 1922.

Seu último testamento foi firmado em 23 de novembro de 1914, na vila de São Sebastião do Cahy, sendo declarado proprietário e criador. Do documento, Marcos Flores Noronha com 68 anos de idade, afirmou ser casado em primeiras núpcias e no regime de separação de bens com Josephina Jacques, de cujo matrimônio tinha dois filhos, Maria de Lourdes Noronha, na época com 4 anos de idade e Abelard Jacques Noronha, com 3 anos de idade. O testador declarou que possuía uma fazenda de criar no estado Oriental do Uruguai no departamento de Paysandú no Palmar Grande, com 2 mil e 25 quadras de campo, que deixava em propriedade de seus dois filhos e aos que porventura viesse a ter no futuro, ficando a sua mulher com o usufruto da fazenda enquanto se conservasse viúva. Estratégia já analisada anteriormente, que permitia ao fazendeiro, garantir a manutenção de seu patrimônio aos seus herdeiros direitos. Assim, ao falecer, o cônjuge afastava a possibilidade da perda de seus bens e propriedades para um sucessor que viesse a ocupar o seu lugar.

Declarou também ser possuidor da fazenda de criar, denominada Socorro, de cujos rendimentos deveria ser retirado o necessário para o sustento e educação de seus filhos até que atingissem a maioria. Nomeou como testamentário, em primeiro lugar, o seu irmão

João de Deus Flores, residente no 4º distrito do município de São Sebastião do Cahy e em segundo lugar Oscar Pires de Noronha, residente em Porto Alegre. Foram testemunhas: Frederico Guilherme Damião, Felipe Waser, Afonso Borges Pinheiro, José e, Bernardino Almeida da Cruz.

No inventário *post-mortem*¹⁶, também aparece o registro de casamento de Marcos Flores Noronha, que consta ter sido anotado no livro número 2 de registros de casamentos folhas 116 e 117, sob número 19, aos 12 dias do mês de setembro de 1916 na vila de São Sebastião do Cahy. Marcos Flores Noronha tinha a idade de 60 anos quando se casou com Josephina Jacques de 34 anos de idade, professora, filha de Joaquim Rodrigues Jacques e Josephina dos Santos Jacques. Quando o inventário de Noronha foi aberto sua filha Maria de Lourdes Jacques Noronha tinha 19 anos de idade, sendo ainda solteira, assim como seu irmão Abelard Jacques Noronha, com 18 anos de idade. Entre os bens deixados pelo fazendeiro figura a quantia de 283.492.620 réis em dinheiro, algo incomum para a época, já que em geral os fazendeiros não costumavam possuir fortunas em moeda.

A fazenda do Socorro, conforme descrições apresentadas no inventário, teria sido medida e demarcada em conformidade com a Lei Torrens, no mês de outubro de 1892, pelo engenheiro Jorge Bach. Possuindo uma área de campo referente a 97 milhões 880 mil metros quadrados e 36 milhões 500 mil metros quadrados em área de serra, fechada com taipas, trechos de arame e tapumes naturais, arroios, banhados e, fazendo fundos com o rio Pelotas.

A fazenda estava dividida em 3 invernadas, sendo duas pequenas e 3 potreiros, havendo nela uma casa de moradia pequena de tá-

¹⁶ Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

buas coberta de telhas de barro; uma casa de moradia, com varanda e cozinha, que os avaliadores consideraram em mau estado, descrevendo estar a casa bem estragada; uma casa pequena para peões, coberta da tabuinhas, já bem velhas; duas ramadas cobertas de tabuinhas de tamanho regular, em bom estado; uma mangueira grande que havia sido recentemente reconstruída; uma mangueira de pedra, bastante estragada; uma mangueira pequena de taipa de pedra e parte de madeira; um piquete; duas lavouras pequenas; um jardim pequeno tapado em parte com tela; dois ranchos na II e III invernada¹⁷.

A propriedade foi avaliada em 60 contos de réis, existindo na mesma um rebanho composto de 637 bois de 2 anos para cima, 719 cabeças de gado de cria e terneiros, 39 cavalares mansos, 24 animais muares mansos, 39 cavalares xucros de ano para cima, 7 muares xucros, 10 éguas, entre outros animais¹⁸. A quantidade de gado inventariado comprova que a fazenda se voltava diretamente para a produção de gado, no entanto, os dados indicam que a prática da agricultura era também recorrente, embora houvessem na fazenda apenas duas pequenas lavouras, sobre este aspecto o memorialista Fidélis Barbosa (1978, p.67) enfatiza que:

Embora a pecuária tenha sido, durante dois séculos, o esteio exclusivo da economia do povo vacariano, a agricultura nunca deixou de representar papel importante em todas as fazendas, não como fator de exportação, mas para consumo interno [...] Plantava-se milho, feijão, batata, moranga. O quintal era separado da lavoura. Plantava-se nele ervilha, feijão, feijão de vagem, repolho, alface, couve, couve-flor, fava, mostarda e batata. O pomar em volta da casa,

¹⁷ Idem 17.

¹⁸ Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

constituía-se de laranjeiras, macieiras, maça-craveira, que era uma fruta pequena, mas gostosa e perfumada, colorida, planta baixinha, bergamota, lima, limão, ameixa preta, ameixa da Europa (como então se chamava), peras de várias qualidades, pêssegos, figo, marmelo.

Entre os bens descritos nas fazendas encontramos uma máquina pequena para debulhar milho, uma balança decimal grande, uma carretinha de duas rodas, uma carretinha de quatro rodas, além de dois arados, que nos permitem comprovar a presença de agricultura na propriedade. Conforme destacado por Barbosa (1978) as atividades agrícolas eram destinadas ao consumo interno, sendo estas lavouras de cultivados como legumes, verduras, grãos e, demais vegetais utilizados na alimentação, além de árvores frutíferas. Barbosa (1978) explica também que na primavera fazia-se a roça na serra, onde era construído um paiol e, por vezes uma estrebaria ao lado. Para o cultivo da terra derrubava-se a mata e plantava-se o milho e o feijão. “O produto da lavoura da serra destinava-se ao consumo doméstico. Representava fator importante para a economia do numeroso pessoal da fazenda, pois naquele tempo, tanto o campo como o gado tinham pouco valor” (BARBOSA, 1978, p. 69).

Quanto ao modo de vida nas fazendas, os bens e benfeitorias inventariados indicam que ainda não existiam sinais de requintes e a maioria dos móveis continuavam sendo rústicos. Havia nas casas das fazendas apenas o básico para uma vida sem luxo, apesar da existência de condições econômicas favoráveis. A Tabela 1 mostra o que havia na fazenda do Socorro até a morte de Marcos Flores Noronha.

Bens móveis e benfeitorias	Valor Conferido	Bens móveis e benfeitorias	Valor Conferido
1sofá usado	20.000;	1balança decimal grande	40.000;
6 cadeiras de vime	30.000;	1tacho grande em bom estado	40.000;
1mesinha redonda	8.000;	1pipa grande para transportar água	25.000;
1cadeira de balanço	5.000;	2 carrinhos de mão (muito estragados)	13.000;
2 camas de ferro	200.000;	1carretinha de duas rodas (estragada)	30.000;
2 catres de madeira rústica	20.000;	Uma carreta (muito estragada)	5.000;
4 catres para hóspedes	60.000;	2 arados sistema brasileiro	12.000;
Duas mesinhas de pinho para lavatório	16.000;	2 preparos para cargueiros	100.000;
1guarda-roupa de pinho	20.000;	1cofre número 0	300.000;
6 cadeiras da colônia (velhas)	9.000;	1casa pequena de moradia (nova)	3.500.000;
2 armarinhos de pinho	30.000;	1casa de moradia, varanda e cozinha (muito estragada)	500.000;
1lampião em bom estado	30.000;	1pequena casa para peões (muito velha e podre)	60.000;
1relógio de parede usado	20.000;	2 ramadas cobertas de tabuinhas	1.200.000;
1caixa grande de pinho	12.000;	1 mangueira grande (reconstruída)	500.000;
1banco para carpinteiro	15.000;	1 mangueira de pedra	200.000;
1armarinho de pinho	8.000;	1 mangueira pequena (parte de madeiras)	120.000;
Diversas peças de ferramentas	25.000;	1 piquete (em mau estado)	80.000;
1traçador grande (estragado)	8.000;	2 pequenas lavouras	150.000;
1máquina pequena para debulhar milho	12.000;	1 pequeno jardim tapado de arame	70.000;
1máquina para tosar ovelhas	30.000;		

TABELA 1. Bens Móveis e Benfeitorias. Fonte: Elaboração da autora. Dados extraídos do inventário post-mortem de Marcos Flores de Noronha

Entre os bens inventariados destaca-se a casa de moradia, que apesar de ser descrita como pequena foi bem avaliada quando comparada a outras casas de fazendas do mesmo período. Mas em geral as avaliações demonstram que a vida na fazenda era de fato muito simples e a presença de utensílios e benfeitorias já velhos e sem reparos evidenciam que até então não se prestava muita atenção nesses detalhes.

Josephina Jacques Noronha recebeu através do testamento de seu falecido esposo, apenas o usufruto da casa em que residida na fazenda do Palmar Grande na República Oriental do Uruguai, local onde Marcos Flores Noronha viveu desde seus 11 anos de idade até adquirir terras no Rio Grande do Sul. No entanto este direito era limitado a permanência em estado de viúva, o que implicava a perda de todos os direitos se caso Josephina viesse a contrair novo matrimônio. Para complicar ainda mais a situação da viúva, as leis Uruguaias permitiam que Josephina fizesse uso apenas de uma quarta parte da herança deixada pelo marido, havendo dúvidas em reconhecer a validade do usufruto vitalício instituído em seu favor, já que este poderia ultrapassar o valor permitido no país¹⁹.

Para solucionar o problema, restava a viúva facilitar a partilha desistindo do legado em favor de seus filhos, sob a condição, porém com eles combinada de lhe ser atribuído como compensação daquela desistência igual usufruto sobre um dos imóveis da herança do falecido marido. De modo que, em conformidade com a renda líquida anual produzida na fazenda, equivalente a 22.000.000 réis, poderia ser oferecido a ela 100 quadras da fazenda do Socorro que seria equivalente a fazenda do Palmar ficando estas registrados em usufruto vitalício, apoiado legalmente em lei, como citado no inventário²⁰:

¹⁹ Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

²⁰ Idem.

A Ordenação Filipina, ao prescrever no livro 4º, título 96, inciso 17, que havendo bens situados fora do reino, fossem eles partilhados primeiro do que os do reino, nada mais fazia senão ‘garantir com os bens situados no reino a igualdade da partilha entre os herdeiros nele residentes’ (Revista de direito volume 22, página 258)²¹.

Sobre a fazenda Uruguaia e as implicações impostas pela lei daquele país, o documento refere que: “Com relação as leis vigentes os bens situados nesta República, são exclusivamente regidos por suas leis, ainda que seus donos sejam estrangeiros e residam fora do país. Os dois filhos de dom Marcos Flores de Noronha são seus herdeiros forçosos”.²² De acordo com a lei Uruguaia, o testador não poderia deixar aos seus dois filhos em conjunto menos de 3 quartas partes de seus bens, que corresponderia a legítima obrigatória, independentemente de sua vontade. Em todo o documento mostra-se a inclinação para convencer Josephina a desistir do usufruto em favor de seus filhos, como referido na citação seguinte:

Se a senhora viúva tivesse bens para folgadoamente sem necessidade de fazer uso do usufruto vitalício do qual foi instituída herdeira quisesse favorecer a seus filhos e evitar os inconvenientes apontados seria mais acertado com relação aos bens situados nesta República renunciar aos direitos que lhe corresponde, em cujo caso os filhos receberiam integralmente esses bens. Se não o fizer se terá que proceder como o anteriormente exposto²³.

Outra solução apresentada a Josephina era de que como viúva tinha direito a reclamar sua porção conjugal contra tudo o que o

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ Idem.

testamento dispunha. Essa porção conjugal, representava a quarta parte de toda herança deixada, mas para obtê-la teria de abandonar seus outros bens e direitos na mesma herança, o que implicaria na desobediência ao testamento. No entanto, ressaltava-se que a solução mais assertiva seria a renúncia, conforme lemos: “Dada a harmonia existente entre a mãe e os filhos, essa solução depreciaria, talvez como violante porque não seria respeitado o testamento. Em caso em que fosse conveniente haver a renúncia que seria a melhor solução que vai sublinhada com tinta vermelha²⁴”. Diante da situação a viúva desiste do usufruto.

A fazenda uruguaia ao tempo da realização do inventário estava arrendada e gerava um saldo anual superior a 22 contos de réis. No inventário consta uma carta do arrendatário, onde o mesmo enviara um cheque no valor de 22.966.800 réis como pagamento, endereçada a Marcos Flores de Noronha, na carta se lê ao final: “Por ordem de sua comadre dona Josefa S. de Duarte, envio um cheque n°66 a vossa senhoria (...) Porto Alegre, no valor de 22.966.800 réis, (...) cujo saldo importa o arrendamento de seu campo, que vence no dia 31 de dezembro do corrente ano, havendo descontado o imposto de sobre taxa²⁵”.

No inventário são descritos também os gastos referentes ao funeral de Marcos Flores Noronha, o qual alcançou a soma de 4.130.000 réis, sendo anexo a nota fiscal de compra realizada por ocasião do seu velório e sepultamento, na loja *A viúva Postiga & Cia.* Na nota consta ter sido adquirido um caixão no valor de 1.500.000 réis; um par de sapatos de verniz por 50.000 réis; cera para velar o corpo por 30.000 réis; uma fatiota de caxemira preta por 200.000 réis; camisa; cuecas;

²⁴ Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. Inventário de Marcos Flores Noronha. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Recall-GT-1: F9001999010828.

²⁵ Idem.

gravatas; colarinho, e abotoaduras de armar a pôr 55.000 réis; transporte do caixão e armação por 50.000 réis; uma coroa de biscuit, fita e letras por 20.000 réis; Também são referidos outros valores gastos com encaminhamentos fúnebres entre os quais 4 autos para acompanhamento a 250 réis, por 160.000 réis; convite do Correio do Povo, primeira página, diário de notícias por 70.000 réis; serviço de auto a hora por 30.000 réis; registro de óbito e diligência por 20.000 réis; carro fúnebre por 18.000 réis, excesso de limites por 70.000 réis, auto para coroas por 550,000 réis, excesso de limites, por 25 mil réis; encomendação em casa por 250.000 réis; auto para o padre por 10.000 réis, selos para despacho por 7.000 réis²⁶.

Os gastos com arranjos póstumos e a necessidade de oferecer um funeral adequado a condição social da família resultava em despesas que somadas representavam valores expressivos. Acrescem a estes todos os valores empregados na abertura do inventário, conforme já exposto, além do pagamento das dívidas, quando existentes. Ao final, a fortuna previamente inventariada acabava sendo inevitavelmente afetada, sendo mais expressivo esse prejuízo quanto menor fosse o patrimônio deixado.

As transmissões de propriedade, em geral também resultaram em fragmentações das terras das fazendas, ao realizar-se a divisão do território entre seus herdeiros. Observamos, porém, que as partilhas eram realizadas diante do respaldo da lei e precisavam seguir expressamente as normas vigentes, o que de certo modo, possibilitava que os direitos fossem estendidos igualmente a membros do grupo masculino e feminino. Todavia, as mulheres viúvas mostraram-se mais prejudicadas, sendo a elas ofertado, por vezes, apenas a condição de usufruto de seu patrimônio.

²⁶ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos através deste estudo compreender de que modo se procediam os processos de transmissões de propriedades no sul do Brasil entre o século XIX e XX. O foco de nossa pesquisa se alicerçou nos desdobramentos resultantes das disputas de heranças entre herdeiros e legatários na fazenda do Socorro, localizada no município de Vacaria, estado do Rio Grande do Sul. Partimos do contexto de escrita do testamento que resultou no assassinato de José Joaquim Ferreira em 1872, crime motivado pela dificuldade de Domingos Gomes da Cunha em aceitar que seria destituído da fortuna antes prometida pelo tio. Observamos as perdas resultantes das disputas de heranças após a morte de Ferreira, verificando que estas tiveram sua origem em um contexto anterior ao seu falecimento, levando ao esfacelamento do patrimônio deixado.

Na sequência analisamos as estratégias empreendidas pelos possíveis herdeiros do fazendeiro e as motivações que levaram Luiz Jacintho Ferreira a lutar para conseguir reaver a fazenda de sua família. A venda da propriedade, nesse sentido, representou a entrega do patrimônio restante a outro grupo familiar e a consequentes alterações na administração da fazenda. Nesse sentido, evidenciamos que a ocasião da partilha de heranças e transmissão de patrimônios configurava o momento crucial para a manutenção ou perda da fortuna adquirida e que as consequentes rivalidades entres herdeiros e legatários poderia resultar em sérias ameaças ao sossego familiar.

Esperamos que muitas discussões possam vir a se acrescentar a estas e, que nosso modesto ensaio tenha servido para gerar inquietações e buscas por novas pesquisas e análises sobre o tema. Há muito ainda a ser desenvolvido com relação aos estudos de transmissões de propriedades e, sem dúvida trarão novos olhares sobre os modos de vida e organizações familiares e patrimoniais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. *As mil e uma famílias da Europa*. In: BURGUIÈRE, André et. all. *História da Família*, vol.3, Lisboa:Terramar, 1987, p. 15-82.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Niterói, 2010.

GIL, Tiago Luis. *Coisas do caminho*. Tropeiro e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Rio de Janeiro. Tese de doutorado PPGHIS UFRJ, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

VENOSA, Sívlio de Salvo. *Direito civil: direito das sucessões*. São Paulo: Atlas, 2001.

FONTES

APERS. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos nº 170.

APERS. Inventário de Luiz Jacintho Ferreira, 1896. Autos nº 416.

APERS. Inventário de Otília Ferreira Brito, 1904. Autos nº 366.

Serviço Registral Imobiliário e Especial/ Comarca de Vacaria-RS. Transcrição número 12, folhas 4, livro 3, de 16 de setembro de 1882.

Arquivo do Judiciário Rio Grande do Sul/4º Foro Regional. *Inventário de Marcos Flores Noronha*. Cartório de órfãos e ausentes, 1929. Re-call-GT-1: F9001999010828.

APERS. *Processo crime do escravo Anacleto*. Cartório Civil e Crime, 1873. Autos nº 2007

APERS. *Desistência de herança*. Civil e Crime, 1880. Autos nº 750

VII

TERRITORIALIZAÇÃO DE CRUZ ALTA DA GÊNESE À REPÚBLICA:

uma revisão historiográfica

MAURÍCIO LOPES LIMA

A constituição do território cruzaltense ao longo de seus dois séculos de história passou por grandes transformações, seja em relação ao seu tamanho, ou suas características socioeconômicas e ambientais e, ainda, sua composição humana. Por esse vasto território passaram castelhanos, portugueses, indígenas, africanos e caboclos mestiços desse caldo racial.

Administrativamente, a independência de Cruz Alta do município de Rio Pardo deu-se no ano de 1934, com a instalação da Câmara Municipal. Já a elevação da condição de vila ao status de cidade deu-se no ano de 1879, através da lei provincial nº 1175, movida pelo grande dinamismo que a até então a vila apresentava naquele momento, com um comércio forte e diversificado (CAVALARI, 2004, p 140).

Conforme síntese feita por Maria do Carmo Aguilar, em relação à evolução territorial de Cruz Alta,

No ano de 1835, Cruz Alta estava subdividida em 6 distritos: Vila de Cruz Alta; Palmeira; Passo Fundo; Santo Ângelo; São Martinho e Soledade. Passo Fundo se desmembrou da vila de Cruz Alta por volta de 1857 formando junto com Soledade um novo termo, mas inseridos na comarca de Cruz Alta. Soledade, por sua vez, emancipou-se de Passo Fundo em 1875. Já em 1860, Cruz Alta contava com: a Vila de Cruz Alta; Campo Novo; Santo Ângelo; São Martinho e Vilinha (Palmeira das Missões). Santo Ângelo se emancipou de Cruz Alta em 1874, São Martinho, por sua vez, desmembrou-se em 1876 levando consigo o distrito de Povo Novo que passou a se chamar Vila Rica, em 1891 este emancipou-se de São Martinho, passando a denominar-se Júlio de Castilhos, em 1905. Já a Vilinha ou Palmeira das Missões emancipou-se em 1874 levando consigo o Campo Novo (AGUILAR, 2018, p 58).

O território cruzaltense continuou desmembrando-se e gerando novos municípios. A mesma autora prossegue mostrando que já no final do período imperial e transição à República,

Cruz Alta parecia subdividida em: Cidade de Cruz Alta e Tupanciretã, este se desmembrou de Cruz Alta em 1928. A partir de 1890 iniciou-se a constituição de várias colônias no município de Cruz Alta que, no decorrer do século XX, transformaram-se em municípios e, conseqüentemente, desmembraram-se de Cruz Alta. Em 1890, tem-se a fundação da colônia de Ijuí (que se emancipou em 1912). Já 1896, tem-se a fundação da colônia Santa Clara. Em 1898, tem-se a fundação da colônia Visconde de Rio Branco (que com o nome de Pejuçara, emancipou-se em 1966), neste mesmo ano tem-se a fundação da colônia General Osório, que, em 1954, com a denominação de

Ibirubá, desmembrou-se do município de Cruz Alta (o distrito de Quinze de Novembro pertencia a Ibirubá e à colônia de Santa Clara, hoje com o nome de Santa Clara do Ingaí, pertence ao município de Quinze de Novembro). E por fim, em 1899 foi criada a colônia de NeuWürttemberg e, em 1954, com a denominação de Panambi, se emancipou de Cruz Alta. (AGUILAR, 2018, p 59)

Portanto, falar da formação de Cruz Alta é levar em consideração um espaço extremamente vasto, dinâmico e complexo, que nos ajuda a compreender também a própria formação da região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, mas que, aos poucos, foi se subdividindo e adquirindo dinâmicas próprias.

A ideia de discutir o processo de territorialização de Cruz Alta que, como dissemos, é espaço importante para pensar a formação do norte do Rio Grande do Sul, é porque a territorialidade tem um papel importante na constituição de grupos sociais. Também diferentes disciplinas lançam mão deste conceito para explicar as formações sociais humanas: geografia, história, antropologia etc. A abordagem desse texto pretende valorizar o aspecto histórico, processual, da territorialidade, vendo-a como a relação entre o espaço e os grupos humanos, moldado pelas contingências históricas. Como afirma Paul Little,

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2002, p. 3-4).

Também Machado e Baccin (2019) nos apresentam uma referência importante, pois chamam atenção para o conceito de propriedade privada da terra no processo de territorialização. Baseados em Marcos Sequet e Milton Santos, esclarecem que a propriedade se dá sobre um espaço geográfico e se constitui através de “existência sociocultural, política ou administrativas reconhecidas”. Assim, a territorialidade é espaço geográfico ocupado em que se dão as condições para a reprodução da vida social de maneira historicamente determinada, ou seja, com relações sociais de identidade, de interesses sociais, políticos e econômicos que significam a relação das pessoas com um determinado lugar. Esse lugar, pode ser um espaço físico contíguo ou em rede, neste último caso, possuindo em comum o processo social de formação. Associando os conceitos de propriedade e território, os autores resumem:

concebemos a questão de terra (posse, domínio e propriedade da terra) como categorias que agregam elementos históricos em processo (o homem e suas relações sociais e o trabalho tendo a terra como elemento principal para produção, resultando numa territorialização identitária do território e dos grupos socioculturais), desde o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX. (MACHADO e BACCIN, 2019, p 45)

Ainda é preciso contextualizar sucintamente outra categoria que valorizamos neste artigo, o trabalho, neste caso, caracterizado pela extensa mão-de-obra escravizada. Paulo Zarth 2002, faz uma discussão sucinta sobre a historiografia regional sobre o tema mostrando como se estabeleceu a tendência de minimizar a importância da escravidão na província gaúcha, por não ter economia agroexportadora, a chamada historiografia ideológica desde o século XIX até

a década de 1970.¹ Uma historiografia mais recente², pós anos 1980, pelo contrário, revelou a importância da escravidão no sul, porém, via de regra, analisaram as charqueadas e novamente ignoraram a escravidão na estância. Essa lacuna historiográfica tem muito a ver com opções metodológicas, por exemplo, na exploração de fontes. Esses autores normalmente se detiveram nas chamadas fontes globalizantes e não usaram fontes específicas das unidades administrativas e produtivas, como correspondências das câmaras e inventários post mortem. Usando novas abordagens e novas fontes, como inventários, processos crime, registros de batismo, memória, pesquisadores ligados a programas de pós-graduação mostram a sistemática presença de escravos nas estâncias.

De maneira didática é possível separar um grande período de formação de Cruz Alta em fases. Propomos aqui três, uma que abrange a fundação oficial da vila, em 1834 até a promulgação da Lei de Terras, de 1850. Esse momento é marcado pelas grandes apropriações de terras, por militares que conquistaram e ocuparam essa região de fronteira, fazendo frente aos espanhóis. É possível considerar um segundo momento a partir da promulgação da Lei de Terras, quando se inicia um lento processo de consolidação da territorialização marcado pela legalização determinada através da demarcação e registro paroquial e, no plano socioeconômico, o avanço sobre as áreas de matas e a consolidação da exploração da mão-de-obra servil. Esse processo avança até o período republicano, porém concomitantemente a isso, ocorrem novos processos paradigmáticos que trazem novos elementos determinantes: o esgotamento do regime escravis-

¹ Essa historiografia caracterizou-se por ser produzida fora da universidade, tendo o IHGRGS como polo irradiador.

² Trabalhos de orientação marxista, de cunho revisionista, já produzidos no âmbito das universidades. Podemos citar os trabalhos de Décio Freitas e Mário Maestri como os principais expoentes.

ta, o encorpamento da imigração europeia na região e a mudança de regime político, com a Proclamação da República. Esse é um terceiro momento para fins de análise da história da velha Cruz Alta. Esses processos todos têm fronteiras temporais fluidas e se entrecruzam, se interinfluenciam.

PRIMEIRA FASE:

as grandes apropriações pelos estancieiros militares

A característica da formação inicial de Cruz Alta está associada à condição de fronteira de seu território. Dessa forma, também a característica dos pioneiros que obtiveram propriedades de terras neste lugar e, a partir delas, fizeram sua ferramenta de poder, foram homens com origens militares. No Brasil, desde a colônia, a maneira de outorgar títulos de terras era através da concessão de sesmarias. Essa, porém, não foi a maneira predominante nas terras de Cruz Alta, pois conforme Zarth, “São poucas as sesmarias distribuídas na região serrana pois o povoamento efetivo se iniciou na década de 1820, quando a lei de sesmarias foi abolida pelo Império do Brasil. A partir de 1822, as terras eram concedidas através de títulos de posse.” (ZARTH, 1997, p 34) Mas também essa característica local deve-se a outro fator: citando relatório da Câmara de Cruz Alta de 1850, Zarth esclarece que comprar um cabildo de campo e, mais tarde, solicitar terras ao comandante geral das missões, que possuía prerrogativa de distribuí-las, era a maneira mais praticada. Assim, “os campos nativos foram conquistados pelos futuros estancieiros através do simples expediente de obter concessão das autoridades militares locais.” (ZARTH, 1997, p 33) Essa característica reforçava o poder local e a formação de uma poderosa classe terratenente.

Outra característica determinante e definidora dos primórdios de Cruz Alta foi o tropeirismo. “Apesar da ocupação da região ter se dado no início do século XIX, desde o século XVIII que a freguesia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta servia de caminho para os gados muar e vacum destinados às feiras de São Paulo.” (AGUILAR, 2018, p 62) A grande movimentação de tropas de mulas, gado muar, carreteiros, bem como o estabelecimento de postos de inverna-das deram o dinamismo econômico para essa região.

Uma fonte importante para verificar o tamanho das propriedades dos grandes posseiros de terras em Cruz Alta é o registro paroquial de terras, instituído a partir do Regulamento de 1854, da Lei de Terras de 1850. Autores como Zarth 1997 e Nascimento 2007, chamam atenção para certa fragilidade desse tipo de fonte já que a maioria dos registros não menciona o tamanho da propriedade, mas apenas o local da apropriação. A partir dessa fonte, selecionando os registros que mencionam o tamanho das propriedades, Zarth mostra que “cerca de 90% dos estabelecimentos tinham área superior a cem hectares e as propriedades entre 1001 e dez mil hectares representavam mais de 30% do total registrado com área discriminada.” (ZARTH, 1997, p 34)

A escravidão esteve presente desde o início da ocupação, tendo esses estancieiros militares trazido consigo homens escravizados para implantação de suas fazendas. Na historiografia regional, são poucos os dados sobre a presença do trabalhador escravizado nos anos iniciais das estâncias cruzaltenses. De maneira geral, é debatida a questão da afirmação da presença do cativo na estância, um assunto que se tornou polêmica historiográfica em um determinado momento, mas que hoje é superada. Partindo de novas fontes e novas abordagens, usando, principalmente, fontes judiciais, trabalhos como os de Paulo Zarth, Rossano Cavalari, Cristiane de Bortolli e

Tiago Araújo mostram que a presença do trabalhador escravizado foi importante desde o início da ocupação.

Uma área importante de análise, neste caso, são as Missões, onde se tinha consolidado a ideia da inexistência de escravos, devido à economia de criação e à proximidade da fronteira. Em Cruz Alta, a primeira estatística disponível é de 1858, foi baseada nos mapas de família e apresenta uma população escrava significativa, colocando-a na 5ª posição na província, com 4019 cativos, perfazendo 15,16% da população (ZARTH, 2002, p 122; AGUILAR, 2018, p 76). Zarth ainda lembra que Cruz Alta tinha um grande contingente de população livre, caboclos extrativistas, como veremos adiante. Isso fazia o percentual de escravos não ser tão expressivo, embora, em números absolutos, fossem. Outro esclarecimento importante feito por Zarth é que nem todas as unidades produtivas estâncias eram gigantescas. Havia algumas com baixo número de animais e os estancieiros possuíam escravos na proporção do número de animais criados em seus campos (ZARTH, 2002, p. 112).

Cristiane de Bortolli (2003) também apresenta alguns dados indiretos para esses primeiros tempos, cita referência bibliográficas que citam a presença do elemento escravizado já na fundação da vila; cita as mesmas estatísticas apresentadas por Paulo Zarth, de 1859 e inova ao explorar o Código de Posturas de Cruz Alta, de 1850, cujos artigos proibiam “batuques e reuniões de escravos”, ou proibiam a venda de pólvora ou veneno a escravos e estabeleciam penas severas de açoite para essas infrações.

Quanto à dinâmica do processo de povoamento, Paulo Zarth trabalha com a tese da dicotomia campo/floresta para compreender a formação de Cruz Alta. Para o autor, essas paisagens foram palco para duas frentes que avançaram de forma distinta e completar no plano econômico e antropológico: o campo como espaço para a pe-

cuária e o estancieiro; a floresta para o extrativismo, a agricultura e a presença de homens pobres, caboclos e indígenas e, posteriormente, os imigrantes.

Não por determinismo geográfico simplesmente, mas por fatores conjunturais, o processo de ocupação do território sulino está estreitamente ligado às condições naturais da vegetação. A elite pastoril sempre teve a iniciativa de empurrar a fronteira gaúcha até os limites dos campos nativos tornando-os dos espanhóis se preciso fosse e deixando de lado as florestas, que seriam efetivamente ocupadas por pequenos agricultores. (ZARTH, 1997, p 16)

Desde as primeiras incursões pela região, houve a presença de uma camada populacional que se distinguia dos tipos sociais vistos até aqui: não eram proprietários de terras tampouco eram pessoas escravizadas. Não eram brancos de origem nobre ou militar e não eram homogeneamente negros ou indígenas. São os chamados caboclos - mestiços, negros forros e brancos pobres - que viviam do extrativismo da erva mate e da agricultura de subsistência nas vastas áreas de terras (de mato e menosprezados pelos estancieiros) devolutas da região.

José Antônio Nascimento (2007), citando passagem da obra clássica de Hemetério José Veloso³ sobre as missões, afirma que a maioria deles eram “homens pobres, procedente da fronteira sul e de outros pontos, atraídos pela notícia da extraordinária abundância e superioridade da erva mate, os quais procuraram arrancar-se como agregados ... ou dentro dos matos baldios, ou mesmo comprando frações de campos, para criações em pequena escala” (NASCIMENTO, 2007, p 11).

³ VELLOSO DA SILVEIRA, Hemetério José. As missões orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

É importante ver essa atividade sob dois ângulos. Um deles é o geopolítico, pois trata-se de uma região de fronteira e, no dizer de Nascimento, a erva-mate foi um dos principais produtos que também permitiu ampliar a fronteira do estado. Ocorreu uma corrida para as matas, deslocaram-se para Cruz Alta pessoas de todas as regiões para as matas dos ervais, já que o acesso aos mesmos era livre e facilitado pelas autoridades.

Outro ângulo é o socioeconômico, pois esses trabalhadores deram início à expansão de uma frente, na qual esses “dedicaram-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem as suas necessidades” (NASCIMENTO, 2007, p 35). Essa etapa foi responsável pela valorização dessas terras, pois além da coleta nos ervais, foram devastando essas matas para agricultura⁴ o que levou, na sequência, ao processo de apropriação dessa área por grandes posseiros, ou na denominação de José de Souza Martins, citado por Nascimento, “a frente pioneira, expandindo a fronteira econômica, em que a terra passou a ter um valor, como mercadoria, ocasionando valorização e concentração” (NASCIMENTO, 2007, p 12). Assim, ainda conforme Nascimento, essa frente extrativista que teve importância de expansão e desbravamento está integrada à economia nacional.

Esse controle sobre a exploração dos ervais nem sempre era efetivo para garantir a qualidade da produção, mas o fato dessas áreas cruciais para a sobrevivência de centenas e até milhares de trabalhadores se matarem públicas foi efetivo para controlar posse da terra, já que eles podiam explorá-la, mas não possuí-la. Posteriormente,

⁴ Já no início do século XX, tornou-se uma preocupação para o governo republicano positivista a própria preservação das matas diante do avanço predatório da agricultura sobre essas áreas. Essa preocupação, inclusive, esteve no argumento da criação da Lei estadual de Terras de 1899. Para saber mais sobre isso, conferir NASCIMENTO 2007, p 186-187.

quando se intensificou a pressão pela privatização das terras de florestas, essas áreas foram vendidas e os trabalhadores ficaram desamparados, tendo que procurar outras áreas mais inóspitas ou agregar-se como peões nas estâncias. (ZARTH, 1997, p 42-43)

SEGUNDA FASE:

a consolidação do poder pelas famílias terratenentes

Essa pressão sobre as terras florestais, bem como a consolidação do poder dos estancieiros solidificou-se a partir da década de 1850 e tem como pano de fundo a Lei de Terras de 1850 e, com ela, a introdução de uma mudança brutal nas regras para o acesso à terra. A partir de então estava extinto o regime de apossamento manso e apenas a compra caracterizava a legitimidade da posse. As terras consideradas devolutas eram públicas e também se tornaram um ativo econômico a ser negociado. O regulamento de 1854, que instituiu o registro paroquial, definiu que todas as posses feitas até então fossem devidamente medidas e registradas.

Em Cruz Alta, esse processo de composição de uma ordem de ocupação das terras e definição de um padrão para a propriedade sempre esteve sob o controle das elites que conduziram o processo de maneira a apropriar-se o máximo possível de terras, mesmo após a Lei de Terras, mantendo intacta a “instituição estância” ao expropriar pequenos posseiros, empurrando-os para áreas inóspitas e, conseqüentemente, fazendo avançar a fronteira agrícola. Ao mesmo tempo, quando esses caboclos não conseguiram se realocar, já que não havia mais terra livre e as áreas não ocupadas eram consideradas propriedade do Estado, essas pessoas acabaram formando reserva de mão de obra que, ao longo do tempo, viabilizou a pró-

pria extinção do trabalho cativo nessa região sem grandes traumas (ZARTH, 2002, p 177).

Nascimento 2007, faz uma longa análise de autos de medição, correspondências de juízes, correspondências da câmara municipal, processos crime e inquéritos policiais e mostrou como foi conflituosa essa fase de apropriação das áreas florestais. Tanto Nascimento quanto Zarth referem que foi a partir da década de 1860 que se intensificou o processo de apropriação das áreas florestais e ervais públicos.

Os grandes proprietários, sem sombra de dúvida, foram a maioria dos posseiros que se tornaram proprietários a partir da Lei de Terras. O processo de legitimação da posse exigia recursos financeiros, principalmente para a medição da área e os roceiros pobres não possuíam tais recursos. Conforme Nascimento, em uma Circular de 10 de abril de 1858, a Coroa definiu a possibilidade de “arcar com as despesas.” (NASCIMENTO, 2007, p 52) do processo para pessoas pobres, porém na maioria dos casos as solicitações não eram atendidas (NASCIMENTO, 2007, p 79-80). Caboclos pobres até poderiam, em tese, reivindicar a propriedade efetiva de suas posses, porém o processo de legitimação das posses era bastante difícil.

Outro problema apontado por Zarth e Nascimento é o processo histórico de territorialização desses povos extrativistas e roceiros, ou seja, a cultura estabelecida no uso das terras que sempre foram públicas e de livre acesso. Eles “não se preocuparam em fazer posses e legitimá-las, mesmo porque não era permitido”⁵ (ZARTH, 1997, p 54). Ou seja, conforme Zarth, “se a condição pública dos ervais não foi suficiente para controlar a qualidade da

⁵ Não era permitido porque, como vimos, os ervais tinham grande importância na municipalidade como fonte de recursos, havendo, inclusive regras no Código Municipal de Posturas para a sua exploração e manejo.

produção, pelo menos foi eficiente para controlar o acesso à terra” (ZARTH, 1997, p 42).

Mencionamos anteriormente que, para o ano de 1858, os dados estatísticos para Cruz Alta eram de 15,16% de escravizados. Aguilar, em sua tese, vai além ao analisar também o período das décadas de 1870 a 1890 e inclui um dado muito importante para compreendermos como Cruz Alta era composta etnicamente. Trata-se do percentual da população não branca. Esse grupo populacional é determinante para compreender a formação de Cruz Alta, pois são eles a base da população chamada “trabalhador nacional”, que foi essencial, num primeiro momento, para o avanço da fronteira agrícola e dinamismo econômico da vila e, num segundo momento, pela substituição da mão de obra escravizada e pela implantação dos núcleos coloniais. Vale a pena citar literalmente os dados trazidos por Aguilar:

Em 1872, Cruz Alta possuía a seguinte configuração administrativa; Distrito de Cruz Alta, e as freguesias de Santo Ângelo; São Martinho e Santo Antônio da Palmeira, a contabilidade abaixo mencionada refere-se a essa configuração. Segundo dados do censo havia na vila de Cruz Alta cerca de 27.962 moradores considerados livres e libertos. Desta população livre, cerca de 17.173 eram brancos. A população não branca (livre e liberta), por sua vez, aproximava-se de 10.789 almas (38,58% do total de habitantes livres ou libertos), se excluirmos os caboclos, cerca de 3.650 indivíduos, teremos uma população de 7.139 sujeitos livres ou libertos, classificados como pardos e pretos (5.468 pardos e 1.671 pretos). Dentre estes, cerca de 3.505 são mulheres (49% da população não branca livre ou liberta), nas quais 2.741 são pardas e 764 são pretas. E, segundo dados das listas de matrícula de 1872 e 1873, a população escravizada era

de aproximadamente 3.635 indivíduos. A soma dos dados das duas fontes demonstra que havia na vila de Cruz Alta um total de cerca de 31.596 moradores. Os números do censo de 1872 e das listas de matrícula revelam que, em termos raciais, a população de Cruz Alta era bastante heterogênea. Somando toda a população não branca (14.424 indivíduos) chegamos a um percentual de 45,6% da população, destes 74,8% eram livres (10.789) e os outros 25,2% (3.635 almas) eram de trabalhadores escravizados. Esses números demonstram que, entre 1872 e 1873, grande parte da população não branca de Cruz Alta não estava sob o jugo do cativeiro (AGUILAR, 2018, p 78).

Além, é claro, da importância do fato de que a maioria dos indivíduos não brancos não serem pessoas escravizadas, um dado essencial a observar nessas estatísticas é que a grande maioria desses trabalhadores livres não era o que os recenseadores chamaram de “caboclo” e sim por “pretos” e “pardos”. Não encontramos nos trabalhos analisados para esse texto de revisão bibliográfica alguma definição mais elaborada para característica racial do que era considerado “caboclo”, mas ao que parece, não eram pessoas negras.

Para os censos de 1890, apesar de mudanças na configuração territorial de Cruz Alta, perdendo mais distritos para a emancipação, a composição étnica não muda muito. Outra observação importante neste censo é que a categoria “pardo” é substituída por “mestiço”. Vejamos os números.

A Cruz Alta de 1890 não possui a mesma configuração administrativa de 1872. Em 1889, um ano antes do censo, Cruz Alta aparece com apenas duas subdivisões: a cidade de Cruz Alta e Tupanciretã. Desta forma, o acréscimo ou decréscimo populacional está contabilizado em termos brutos, mas considerando

essas modificações na unidade administrativa. Dito isso, de acordo com o censo de 1890, havia em Cruz Alta 16.440 habitantes, destes 9.025 eram brancos (55% da população) e os moradores classificados como não brancos perfaziam 7.415 almas (45% da população), mais uma vez a população de Cruz Alta mostra-se bastante heterogênea em termos raciais. Se somarmos a população preta e mestiça, teremos 5.858 indivíduos, ou seja, teremos 35% da população em que 1.465 são pretos e os outros 4.393 são mestiços. Nesta população preta e mestiça, 2.948 são mulheres, 50% desta população (733 pretas e 2.215 mestiças) (AGUILAR, 2018, p 79).

A partir dos dados dos dois censos e a análise da evolução demográfica da população em contraste com a fragmentação do território nesses dezessete anos de intervalo (Cruz Alta havia perdido as freguesias de Santo Ângelo, São Martinho e Palmeira), a autora afirma que “entre 1872 e 1890, Cruz Alta teve um aumento de 123% de sua população” (AGUILAR, 2018, p 82). Mas o dado mais interessante é que o maior percentual desse aumento está justamente na população preta/parda/mestiça.

Digno de nota é o aumento da população classificada como preta, parda/mestiça entre 1872 e 1890, período de desagregação e fim do escravismo no país, essa população passou de 32% para 36%, um aumento de 4% sobre os percentuais de 1872. Se atentarmos para os dados da população classificada como branca, veremos que ela continuou a mesma e o percentual de caboclos diminuiu (AGUILAR, 2018, p 84).

Ainda segundo a autora, esses dados não são uma contingência, pois foram o padrão. Todos os municípios que se desmembraram do

antigo território de Cruz Alta nesse período experimentam o mesmo fenômeno. Assim, a autora colabora para uma conclusão que o contexto de desagregação da escravidão não representou a migração em massa dos libertos que, pelo contrário, engrossaram o contingente de não brancos livres nas terras da Cruz Alta.

Observamos que esses dados, por sua vez, corroboram a tese de Paulo Zarth (2002), que defende que a possibilidade da extinção do trabalho escravizado, sem grandes traumas na região, deu-se devido a um grande contingente de população livre pobre, não branca, que compuseram uma espécie de exército de reserva de mão de obra, que foi utilizada na substituição do cativo na estância. Também foram responsáveis pela ampliação da produção agrícola e parceira na implementação das novas colônias de imigrantes e descendentes de imigrantes.

Em sua dissertação sobre a escravidão em Cruz Alta, o historiador Tiago Araújo traz contribuições importantes superando algumas teses de Paulo Zarth, este que tornou-se uma referência clássica para a compreensão da formação histórica do Planalto sul-rio-grandense.

Araújo utiliza 219 inventários post mortem para analisar o padrão da posse de trabalhadores escravizados em Cruz Alta entre 1834 e 1879. Desses 219, 177 possuíam bens de raiz. Desses, 85% correspondiam a propriedade rural. O perfil de propriedade pode ser montado para apenas 118 casos. Desses, apenas 29,7% dedicavam-se exclusivamente à criação, os outros estavam envolvidos com agricultura; 62,4% em concomitância com a criação e 12,7% exclusivamente com agricultura. Ou seja, portanto, não existia uma onipresença absoluta da pecuária.

Outro dado importante trazido por Araújo é quanto ao tipo de animais que a pecuária produzia. Analisando, a partir dos inventários, a relação entre posse de animais de criação e trabalhadores

escravizados, Araujo mostra que a escravidão era estrutural em toda sociedade proprietária cruzaltense, até entre os mais modestos. Ele classifica os proprietários a partir do número de animais que possuíam em agricultores-pastores (com até 100 animais), pequenos proprietários (entre 100 e 500), médios (de 500 a 1000) e grandes (acima de 1000). Do universo de inventários analisados por ele, 56% estão na faixa dos agricultores-pastores e o dado mais impressionante é que 72,8% desses possuíam escravos, com média de 4,7 cativos por proprietário. Esses agricultores-pastores, apesar de lidar com a criação de animais, tinham seu sustento principalmente na agricultura (ARAÚJO, 2008, p. 43).

Esse dado é peculiar de Cruz Alta, já que regiões de economia parecida a esta época, como Alegrete, Santa Maria e São Borja, não chegavam a esses números, ficando entre 12 e 14% em relação ao número de proprietários na categoria agricultores pastores, contra os 56% de Cruz Alta. Também, em relação à representatividade no número total dos rebanhos, a participação dessa categoria de produtores nos outros municípios oscilava em irrisórios 1 a 4%, enquanto, em Cruz Alta, chegava a 14,5% (ARAÚJO, 2008, p. 44).

O autor mostra que a compra de um escravo representava um gasto muito grande, sendo que apenas um escravo já equivalia, na década de 1950, a 40 ou 50 cabeças de gado. Uma das razões apontadas por ele para essa aparente contradição está no status social, já que “a aquisição de um tipo de dependente e o tornar-se senhor de escravos marcava as hierarquias sociais, estabelecia distinções e conferia prestígio de poder viver do trabalho dos outros” e principalmente marcava uma distinção entre esses homens que eram proprietários e a “multidão de homens pobres” que viviam do extrativismo e não possuíam propriedades. Além disso, o autor argumenta que esses escravos eram usados em todo tipo de atividade, pau para toda

obra, desde a agricultura à criação de animais. Somados os agricultores-pastores com os pequenos proprietários, eles compõem 88% da amostra (dos inventários analisados), eram responsáveis por 46% do rebanho e detinham 69,4% dos escravos. Isso, para Araújo, prova que, pelo menos em Cruz Alta, é errado considerar que a paisagem agrária era composta exclusivamente por grandes estancieiros.

Araújo, portanto, mostra uma contribuição importante para a compreensão do padrão da propriedade em Cruz Alta, acrescentando informações até então inéditas para esta região. Basicamente, mostra que nem todos os proprietários eram estancieiros e, principalmente, que não eram apenas os estancieiros que eram escravistas.

Na década de 1960, houve uma crise e refluxo na posse de cativos em Cruz Alta. Na verdade, essa década é conhecida na historiografia como de “crise geral na economia pecuário-charqueadora sulina”. Porém, Araújo argumenta que essa tese deve ser questionada. Houve esse refluxo na década de 1860 (que ele atribui parte à venda para fora do município, parte às alforrias e a maior parte à Guerra contra o Paraguai), porém houve retomada na década de 1970. Na década de 1860, a diminuição concentrou-se mais fortemente entre os agricultores-pastores, justamente do contexto de crise, mas não porque a escravidão havia perdido importância. Porém, na década seguinte, esses agricultores-pastores atingem o índice mais alto de proprietários de escravos, chegando a 84%. Por sua vez, na década de 1970 houve retomada econômica, com aumento e estabilização do preço do gado e aumento de 22,3 % da exportação em comparação com a década de 1960 (ARAÚJO, 2008, p. 96 a 98).

A partir desses dados que demonstram a manutenção da centralidade da mão de obra escravizada, pelo menos até o final da década de 1970, Araújo lança um importante questionamento a uma das teses centrais dos trabalhos clássicos de Paulo Zarth: de que a abundân-

cia de mão de obra livre nesta região teria facilitado o desapego dos produtores da mão-de-obra escravizada. Ele diz que “a situação [em Cruz Alta] indica que não havia tamanha elasticidade da mão de obra livre, ou se havia, os produtores julgavam ainda ser mais compensador investir na mão-de-obra escrava” (ARAÚJO, 2008, p. 102).

TERCEIRA FASE:

*a transição para a configuração agrária moderna,
a imigração, a abolição e a República*

Como dissemos na introdução deste texto, propomos uma divisão didática baseada na cronologia da formação de Cruz Alta, recortada por acontecimentos que, de certa forma, estabelecem algum paradigma de ruptura ou de inflexão sobre determinada contingência histórica. Consideramos que após o período que acabamos de analisar - marcado por: consolidação dos apossamentos por grandes proprietários cujas posses foram regularizadas por meio das medições e registros definidos pela Lei de Terras de 1850; avanço sobre as terras florestais; crescimento da população livre pobre, mesmo sobre pressão fundiária e apogeu da escravidão em Cruz Alta - novos acontecimentos como a proclamação da República, a abolição da escravidão e o crescimento das colônias de imigração na região mudam novamente o cenário.

Podemos começar pelo tema da escravidão, que toca tanto no aspecto da propriedade semovente, quanto, obviamente, no tema dos sujeitos, ou seja os atores sociais que protagonizaram a história de Cruz Alta.

No período final da escravidão, na virada da década de 1870 para 1880, já vinha se avolumando o movimento abolicionista e a

quantidade de cartas de manumissões - fossem por ato negociado e voluntário entre cativo e proprietário, fosse por força da legislação derivada da Lei do Ventre Livre. Neste processo, o Rio Grande do Sul e particularmente Cruz Alta, experimentaram essa experiência de emancipação gradual, intensificada com uma enxurrada de alforrias. “A década de 1880 apresenta uma mudança significativa quando se observam as condições impostas para a liberdade. (...) Na vila da Cruz Alta, nesta década, 80% das cartas registradas em cartório foram dadas a título oneroso.” (ARAÚJO, 2008, p 290-291)

Os contratos de continuidade da prestação de serviço previam uma série de regras a serem cumpridas pelos libertandos, como as condições de trabalho, as tarefas a serem executadas, horário de trabalho, dia de descanso, por isso, conforme destaca Maria do Carmo Aguilar, continha uma função de aprendizado, uma domesticação do ex-cativo para torna-se um trabalhador livre, possuidor de direitos: “o ano de 1884 não marcou a abolição da escravidão no Rio Grande do Sul, mas sim o início de um processo de aprendizado, de amansação gradual”. (AGUILAR, 2018, p 181)

Essa estratégia de emancipação controlada funcionou como uma tentativa da classe senhorial de manter o controle do processo até o apagar das luzes, muito embora, já tivessem perdido o poder de outrora de decidir de forma unilateral o destino de seus cativos. Com os dispositivos da Lei do Ventre Livre, pela primeira vez, havia uma intervenção externa, do Estado, na onipotência do regime senhorial. Essas brechas legais foram, por sua vez, intensamente exploradas pela população escravizada, conforme é demonstrado tanto por Tiago Araújo quanto por Maria do Carmo Aguilar na documentação pertinente, qual seja, processos judiciais referentes à vila da Cruz Alta, pesquisados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, exemplos que, pelo limite desta revisão, não cabe reproduzir aqui.

A narrativa do controle senhorial, no entanto, se manteve sob vários aspectos e foi laureada de todas as formas como prerrogativa benévola de homens generosos, humanistas que concederam aos seus escravos o benefício da liberdade. É o exemplo que consta no relatório do presidente da província, Torres Homem, de 1885, que atribuiu todos os méritos da onda de emancipação de 1884 ao movimento abolicionista e à tradição libertária do gaúcho.

Em Cruz Alta, de fato houve uma iniciativa importante do movimento abolicionista que, em 1882, fundou o Clube Aurora da Serra. Esse clube também possuía um jornal, homônimo, no qual fazia a propaganda abolicionista e se vangloriava dos méritos abolicionistas. Segundo Aguilar (2018, p. 184), é notável o silenciamento dos sócios articulistas deste clube abolicionista acerca do papel que os trabalhadores escravizados desempenharam em sua própria libertação, “negligenciavam nos artigos e crônicas publicados no jornal, inclusive, as doações feitas por um grupo de libertos à causa da abolição, apontadas nas próprias atas do clube abolicionista.”

No aspecto da centralidade da resistência dos trabalhadores escravizados para determinação do tipo de alforria, Tiago Araújo chama atenção para seu papel na tendência das cartas de manumissão entre as décadas de 1850, 1860 e 1870, e observa que mesmo num contexto de escassez de mão de obra, a maioria das cartas foram concedidas sem exigência de contrapartida em Cruz Alta. A tendência observada na década de 1850 fora de crescimento de todas as modalidades de manumissão (condicionais, pagas e incondicionais). Já na década de 1860, houve um aumento justamente das incondicionais. Na década de 1870, volta a crescer todas as modalidades, mas novamente com destaque para as alforrias incondicionais. O que isto significa? Indaga o autor.

O argumento proposto é que embora as alforrias condicionais (principalmente as que estipulavam que o escravo deveria servir até a morte do senhor) apresentem crescimento ao longo do período, nas décadas de 1860 e 1870 esta modalidade é ultrapassada pelas alforrias incondicionais, o que indica, a meu ver, uma pressão dos escravos por um trânsito que garantisse a liberdade plena mais rápida. Por este mesmo motivo, no conjunto das manumissões as alforrias condicionais diminuem sua participação em termos percentuais, o que sugere que estava ficando cada vez mais difícil para os senhores atrelarem os bons serviços à perspectiva de liberdade plena apenas quando eles falecessem (ARAÚJO, 2008, p 248-249).

Porém, como acabamos de ver, na década de 1880, já pressionados pelo crepúsculo da escravidão, apesar dos riscos e da ineficiência das manumissões pagas, essa foi a tendência apostada pelos senhores de escravos, contrariando as décadas precedentes. Uma maneira um tanto desesperada de arrastar o trabalho forçado até o limite possível através dos contratos de prestação de serviços.

Outra questão presente nos discursos da época do término do regime escravista e que expressa perfeitamente o clima de transição do trabalho compulsório para o livre, através dos contratos de prestação de serviço condicionados à alforria, era quanto às preocupações de controle social da massa de trabalhadores. Um artigo do próprio jornal *Aurora da Serra*, de dezembro de 1884, reunia as expectativas senhoriais quanto a isso. O articulista relata uma festa de comemoração à abolição onde os libertos teriam agradecido seus benfeitores e os oradores do clube “fizeram ver aos novos libertos quais eram seus deveres para com seus ex-senhores, e para com a sociedade, tornando bem saliente que: só o trabalho lícito e honrado é que nobilita e eleva o homem na sociedade” (AGUILAR, 2018, p 185).

É irônico pensar que aqueles que viviam do trabalho alheio eram os que aconselhavam sobre a nobreza do trabalho. Para Aguilar, o que esse episódio indica é a representação de senhores e abolicionistas sobre como a passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre deveria ocorrer, já num contexto de perda de domínio senhorial. Em suas palavras, “quando se tentava instaurar, ainda que de forma implícita, o processo de aprendizado, a perda do domínio senhorial já era uma realidade e a manutenção da instituição escravista se tornava uma tarefa cada vez mais difícil (AGUILAR, 2018, p 186).

Essa preocupação em controlar a mão de obra recém liberta, pode ser exemplificada, em Cruz Alta, com a aprovação do Regulamento para o Serviço de Criados e Amas de Leite, em 1888. A política de controle sobre os serviços das empregadas e empregados domésticos foi regradada pela Câmara de vereadores e o objetivo era atestar a boa conduta de trabalhadores domésticos.

Os trabalhadores deveriam ser registrados pelos empregadores e sua conduta atestada por eles. Aquele que empregasse o trabalhador doméstico sem registrá-lo estava sujeito a penalidades. Este conjunto de regras, contidas no regulamento para o serviço de criados e amas de leite, visava à formalização dos deveres e obrigações entre patrões e trabalhadores domésticos, e estavam mediados por um livro de registro ou inscrição dos criados e amas de leite, por um livro de registro de conduta, pelos contratos de trabalho e pela caderneta. Regras estabelecidas num contexto de queda do escravismo, em que era preciso controlar, moralizar e reordenar a noção de trabalho (AGUILAR, 2018, p 192).

Quanto ao regime da terra nesse momento de transição do Império à República e da mão de obra escravizada à livre, podemos

dizer que a grande novidade foi a instituição de uma nova ideologia dos positivistas, que procurou dificultar a continuidade do avanço dos assentamentos irregulares e o aprimoramento da mercantilização da terra como negócio lucrativo para o Estado, através do estímulo da colonização privada.

Ainda no Império, a partir da década de 1970 se intensificou a vontade de criar colônias em Cruz Alta. Essa tornou-se a vontade dos estancieiros, desde que não interferissem em suas estâncias. Segundo Zarth, “os campos poderiam continuar como estâncias de grandes extensões, mas a colonização não seria prejudicada se o imigrante ocupasse as matas desertas e devolutas” (ZARTH, 1997, p 87).

Uma grande preocupação na região era a necessidade de crescimento e diversificação agrícola, cuja viabilidade, para as elites políticas locais só viria com a imigração. É conhecido um artigo do vereador cruzaltense Henrique Uflacker, de 1884, no periódico *Aurora da Serra* analisado por Nascimento e Zarth, no qual ele afirmou que devido ao potencial agrícola da região, ela atraiu os lavradores nacionais, mas os classifica como indolentes, imprevidentes, escória social, incapazes de fomentar o desenvolvimento agrícola da região (NASCIMENTO, 2007 p 85; ZARTH, 1997, p 56-57).

Esse pensamento não era exclusivo de Uflacker e era semelhante ao de intelectuais locais como Evaristo Affonso de Castro que e Hemetério José Velloso da Silveira. Vemos toda a responsabilização pelo atraso atribuída aos lavradores nacionais, “assim, não se deveria dar a propriedade da terra para esses posseiros, mas trazer imigrantes que comprariam a terra e teriam condições de produzir os gêneros alimentícios necessários” (NASCIMENTO, 2007, p 86).

Em termos ideológicos, havia a ideia da superioridade dos colonos imigrantes em relação ao trabalhador nacional, considerado tec-

nicamente atrasado, arcaico e até irracional, porém Zarth defende que havia uma racionalidade distinta. Para esses caboclos a lógica natural era usar técnicas que explorassem a potência natural dos solos abundantes. Portanto havia uma lógica bastante óbvia em usar o regime de pousio. Irracional seria não o usar (ZARTH, 2002, p. 215 a 220).

Conforme Nascimento, quando os republicanos assumiram o poder político no Rio Grande do Sul, não houve mudança brusca na política econômica, conseqüentemente também no meio agrário e no processo de ocupação e povoamento do estado. Em Cruz Alta, os republicanos eram, na sua maioria, antigos membros do Partido Conservador, e, de maneira geral, as mesmas famílias que já governavam o município continuaram no cenário político e econômico ocupando os postos de poder (NASCIMENTO, 2007, p 103 a 105). O autor ainda argumenta que essa foi uma prática sistemática dos republicanos, ou seja, ter grandes aliados locais que mantinham o poder, se necessário, à força. “Eram leais ao governo estadual, e em troca receberam seus favores, o que garantia a sustentabilidade do grupo no poder, numa política denominada coronelista” (NASCIMENTO, 2007, p. 107).

Nos primeiros anos da República, foram determinantes as concepções e as ações do governo republicano positivista sobre a política agrária. Não exclusivamente Cruz Alta, mas a região norte do estado recebeu importância central como estratégica para o projeto modernizante positivista. Durante toda a década de 1890, o governo de Júlio de Castilhos procurou implantar medidas para dificultar a legitimação de posses e para obter o controle das terras devolutas. Novamente, isso não foi uma política exclusiva para Cruz Alta, mas afetou diretamente o município já que era um dos que possuía características nesse sentido. É o que Nascimento procura mostrar em sua tese, aliás, nos dois capítulos finais ele aborda o processo de

racionalização da política fundiária do PRR no norte do estado e exemplificando com casos de Cruz Alta e Palmeira das Missões.

Essas medidas do governo republicano para reorganizar o processo de legalização da posse da terra culminaram com a instituição de uma nova lei de terras para o Rio Grande do Sul, legalmente amparada pela nova constituição republicana que delegava aos estados o direito de legislar sobre seu território. A nova Lei sobre Terras Públicas promulgada por Borges de Medeiros, em 1899, continuava permitindo a legitimação de posses antigas, regradas pelo Regulamento de 1854 da antiga Lei de Terras, efetivamente ocupadas até 1889 e dava dois anos para sua regularização. Mas a essência dessa lei, de acordo com Nascimento, foi o encerramento do reconhecimento do “uso comum”, tornando essas terras públicas, portanto, passíveis de serem comercializadas pelo Estado e, ao mesmo tempo, possibilitando a ampliação do espaço das Companhias Colonizadoras, que viram aí uma possibilidade para também aumentar os seus negócios. A partir do Regulamento, várias dessas regiões, incluindo Cruz Alta, foram colonizadas por empresas (particulares e/ou estrangeiras), “as quais estruturaram rapidamente esses novos núcleos coloniais com finalidades nitidamente lucrativas” (NASCIMENTO, 2007, p. 144).

Negociantes de terra compravam as terras do Estado com baixos preços e as revendiam aos colonos imigrantes. Um desses negociantes da região foi Hermann Meyer, que fundou várias colônias particulares com imigrantes alemães, a principal delas foi a NeuWürttemberg, hoje Panambi, no município de Cruz Alta.

A implantação dessas colônias gerou inúmeros conflitos com os trabalhadores nacionais, já que as negociações das terras não levavam em conta os posseiros ocupantes, mas sem título (NASCIMENTO, 2007, p 154-155). A relação dos novos chegados, os

imigrantes, com os antigos moradores, significativamente chamados, agora, de “intrusos” pela documentação oficial do governo e da justiça ao tratar dos conflitos gerados pelas disputas da terra, também teve um aspecto de complementaridade que não foi romântico, mas ocorreu no sentido de concorrer para desenvolver a empreitada da colonização.

Paulo Zarth dá bastante atenção para esse aspecto afirmando que as terras onde os imigrantes chegavam estavam ainda repletas de caboclos, afora indígenas há muito já encurralados nas matas mais isoladas. Ao mesmo tempo, essa população acabou servindo de mão de obra barata exploradas por esses imigrantes. Para Zarth, considerar que o sucesso agrícola na região se deve apenas aos imigrantes é um erro que não leva em conta as contingências históricas do processo de expansão da fronteira agrícola numa região de fronteira política. Não é possível compreender apegado apenas em análises culturalistas (superioridade/inferioridade étnica) ou puramente demográficas (pressão da imigração) e sim incluindo um exame dos contingentes que foram efetivamente os pioneiros, no caso os caboclos extrativistas de mate e pequenos agricultores, além de compreender o processo de especulação fundiária com objetivos de mercado, que gerou um violento processo de expropriação e privatização da terra (ZARTH, 1997, p 72).

O crescimento da imigração em Cruz Alta se deu apenas a partir da década de 1890 e um dos fatores essenciais para isso foi a construção da ferrovia Rio Grande - São Paulo, que dinamizou a região, revolucionou a logística de escoamento da produção agrícola e, por conseguinte, foi instrumento de propaganda das próprias empresas colonizadoras, atraindo mais e mais imigrantes e descendentes vindos das colônias antigas. Esse período coincide, portanto, com a expansão agrícola na região, já que esses imigrantes

vieram justamente com essa missão: serem pequenos proprietários e produtores agrícolas.

Esse é o panorama que caracteriza as vicissitudes em torno da propriedade da terra, em Cruz Alta, no fim do século XIX. A partir da virada do século, não houve mudança de paradigma em relação à propriedade da terra ou sobre a produção agrícola e mesmo em relação a novos atores sociais que interferissem no processo. Os autores analisados aqui, Paulo Zarth 1997 e José Antônio Nascimento, estendem suas análises até a década de 1920 quando, para esses autores, está concluído o processo de apropriação privada da terra em toda região do Planalto. Porém, Nascimento, que faz uma análise mais detida, dedicando o capítulo final de sua tese para analisar “A atuação da Diretoria de Terras e Colonização para manter o controle da terra”, centra-se mais em aspectos da política institucional do governo positivista gaúcho, através da atuação desta Diretoria e, em termos de análise empírica, volta-se para outras áreas que não Cruz Alta. Por isso, como esse texto trata de uma revisão bibliográfica sobre o território específico de Cruz Alta, não vamos esmiuçar essa parte da obra citada, mas tendo como entendimento básico isso: as duas primeiras décadas do século XX foram de continuidade da consolidação da mercantilização da terra e expropriação dos pobres, consolidação da imigração de origem europeia e marginalização da mão-de-obra nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cruz Alta é um município chave para compreender o processo de ocupação do norte do Rio Grande do Sul, de forma integrada com a formação do Rio Grande do Sul e do Brasil. As origens de

muitos pioneiros que vieram para Cruz Alta é o sudeste brasileiro, especialmente São Paulo e Paraná. Esses são os casos da maioria das famílias que se tornaram poderosas em Cruz Alta, fazendo fortuna e poder através da obtenção de terras.

Em Cruz Alta, desde seus primórdios, também houve a forte presença de camadas populares, os chamados caboclos, gente pobre e etnicamente diversa - brancos, mestiços, indígenas e negros forros. É que Cruz Alta tinha outro ativo econômico importante, além das estâncias pastoris, que eram os ricos ervais onde essa “multidão de homens pobres” trabalhava na sua extração.

Em Cruz Alta, a elite agrária manteve o controle sobre o processo de ocupação territorial do início ao final do processo, considerado definitivo nas primeiras décadas do século XX. Por exemplo, a vinda dos imigrantes para essa região sempre esteve concatenada com as necessidades dos grandes proprietários, já que não significou qualquer ameaça às suas posses, pelo contrário, teve um caráter de complementaridade à economia regional: os autores analisados aqui mostram que a imigração representou, nesse contexto, a dinamização da agricultura (resolvendo e complementando o abastecimento das estâncias); viabilizou a mercantilização das terras florestais que não interessavam à atividade pastoril; dinamizou e povoou a região; liberou parte da mão-de-obra nacional da atividade da agricultura, facilitando a substituição do trabalhador escravizado na estância, no contexto da abolição da escravidão.

A escravidão esteve presente desde as primeiras incursões militares pelas terras da futura Cruz Alta. O uso da escravidão foi sistemático em toda a sociedade proprietária cruzaltense, mesmo os pequenos produtores, como mostrou Tiago Araújo, em sua dissertação, cujo foco é justamente a escravização em Cruz Alta. Também ele demonstra que escravidão foi persistente, renitente, mantendo-

-se imprescindível até o final da década de 1870. Desde a década de 1870, Cruz Alta foi palco da luta abolicionista mais aberta, através da resistência escrava e através do uso dos mecanismos legais, como os autos de liberdade propiciados pela Lei do Ventre Livre.

Os anos finais da escravidão, bem como o imediato pós-abolição são o interesse da tese de Maria do Carmo Aguilar, que, entre tantas coisas, mostra que os negros libertos na região de Cruz Alta não migraram para outros lugares, ficando como agregados das fazendas, engrossando a urbanização da cidade de Cruz Alta, servindo à empreitada da imigração. Aliás, em relação aos dados demográficos da população cruzaltense, Aguilar nos mostra a grande importância do contingente de população não branca, que, na década de 1870, chegou a 46% da população cruzaltense.

Com esses dados pretendemos fazer um sobrevoo panorâmico sobre o território da velha Cruz Alta, contemplando um período de quase um século, período no qual, de acordo com a nossa leitura dos autores usados como referência, teria se dado os fundamentos completos da ocupação territorial de Cruz Alta. Nossa proposta foi, na medida do possível, ter o tema da propriedade da terra como pano de fundo, observando como os diferentes grupos sociais foram interagindo em função dela, confirmando, assim, esse processo de territorialização.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. *Experiências de trabalho de libertas, libertos e seus descendentes em cruz alta no rio grande do sul (1870-1900): uma abordagem social*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [2018].

ARAÚJO, Tiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de*

domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [2008].

BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no planalto médio gaúcho (1850-1888)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. [2003].

CAVALARI, Rossano Viero. *A Gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. SÉRIE ANTROPOLOGIA – Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – Brasília, 2002.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José. *Arquetipo da propriedade privada: um olhar sobre o norte do Rio Grande do Sul*. In: Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re) apropriação territorial e agrária [recurso eletrônico] / Ironita Adenir Policarpo Machado, Diego José Baccin, João Carlos Tedesco, organizadores. – Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

NASCIMENTO, José Antonio M. do. *Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. [2007].

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Capus-Elsevier, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

VIII

O PRODUTOR RURAL DE PASSO FUNDO/RS:

*um olhar sobre o filiado ao Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970)*

MILENA MORETTO

Na década de 1960 com o advento das disputas no meio rural, seja pela procura de terras para os que não tinham, seja pela necessidade de direitos trabalhistas dos pequenos proprietários de terra, começou-se a organização dos produtores rurais, surgindo assim o sindicalismo rural voltado aos pequenos produtores rurais, denominado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Só entre 1963 e 1974 organizaram-se 221 sindicatos no Rio Grande do Sul no mesmo padrão (PICOLOTTO, 2011, p. 87), sendo um deles o caso do STR de Passo Fundo.

Auxiliados pela Igreja Católica e pelo Estado, por meio da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Frente Agrária Gaúcha (FAG), os STR's surgem com o objetivo principal de organizar as comunidades rurais e combater as ideologias comunistas oriundas das demais forças atuantes no campo, como são os casos das Ligas Camponesas e do Movimento de Agri-

cultores Sem Terra (MASTER) (RAMOS, 2011), (NORA, 2002) (ZANELLA, 2003) (BASSANI, 2009).

Nesse sentido, no caso do município de Passo Fundo, localizado na região norte do Rio Grande do Sul, o STR surge, como analisado por Tedesco e Carini, pela existência de diversos conflitos agrários, necessitando assim, de uma intervenção “com muita força, tanto em torno da Fazenda Sarandi, como em outras e, também, em especial nas reservas indígenas” (2007, p.30). Ressalta-se, ainda, que a igreja conseguia ser essa interventora, justamente por não encontrar “tanta resistência no meio camponês, até porque em seu projeto agrário não estava a propriedade como elemento central e sim fatores, em torno de demandas até então precarizadas junto ao produtor rural” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 30).

A região de Passo Fundo foi bastante receptiva à ideia de sindicalização rural por ser marcada por uma maior intensidade da cultura do trigo, tendo assim a manifestação de figuras como empregado rural, do meeiro/parceiro e do arrendatário (TEDESCO; SANDER, 2005), fazendo com que esses trabalhadores rurais se opusessem a forma organizativa do Master, aproximando-se assim do STR/PF e da FAG, fazendo surgir o sindicato em 1962.

Para este trabalho foi realizada a leitura de 177 fichas de filiados ao STR no período entre 1962 a 1970, o que significa 10% das fichas encontradas na sede da entidade. Estas fichas, para melhor análise, foram divididas durante a pesquisa em dois tipos: a de tipologia A e B. No primeiro caso, as fichas A, estão as primeiras fichas entregues aos trabalhadores rurais no pedido de filiação. Essas fichas, em todos os casos encontrados, foram de pessoas que não conseguiram sua filiação efetiva por já ter algum tipo de benefício ou por opção do próprio filiado, catalogou-se 38 fichas dessa tipologia. No segundo caso, a de tipologia B, estão as fichas de associados efetivos, tendo as características necessárias para a filiação. Encontrou-se 136 fichas

desse estilo; além de ter-se observado a existência de três filiados que tinham ambas as fichas.

Percebe-se que mais de 70% das fichas são de tipologia B, isso significa que as mesmas terão mais informações sobre os filiados e que grande parte dos trabalhadores rurais que procuraram o STR conseguiram se associar ao sindicato. Através dela, conseguiremos reconhecer elementos identitários dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, bem como a caracterização da propriedade desses sujeitos. Nessa perspectiva metodológica, verificamos o assistencialismo presente na vida dos trabalhadores rurais, tal como a necessidade de implementos agrícolas para conseguir a modernização do campo imposta pela conjuntura nacional, a qual só foi possível pelo crédito rural e pelas escolas técnicas.

Salienta-se ainda que, as informações levantadas nas fichas viabilizaram a constituição de um banco de dados, a partir do qual foram geradas informações de natureza quantitativa que, ao serem submetidas à análise estatística, foram traduzidas em gráficos e tabelas, gerando resultados que subsidiaram a elaboração do perfil desse grupo, por meio do método prosopográfico¹.

QUEM É O PRODUTOR FILIADO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PASSO FUNDO (1962-1970)?

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (STR/PF) representava os pequenos proprietários de terras e assalariados rurais, os quais não se encaixavam na representação da Associação

¹ Prosopografia é uma metodologia de análise histórica com inclusão de métodos quantitativos, para grupos sociais especiais, em determinado contexto histórico-social, para compreender mais ver Stone (2019).

Rural/Sindicato Rural², o qual era vinculado aos grandes proprietários de terras passo-fundenses.

O STR/PF procurava organizar as classes mais pobres do meio rural, com o apoio da FAG e da Igreja Católica, pois, para eles, essa classe empobrecida tinha menores possibilidades de acesso a implementos agrícolas, ao estudo e ao atendimento médico-odontológico. Dessa maneira, o STR dividia os seus filiados em dois grupos: os produtores rurais e os empregados rurais:

Salienta-se que para o STR, o produtor rural é todo aquele que possui a propriedade da terra seja através da posse, do arrendamento ou da parceira. Por conta disso, é necessário assimilar que, o pequeno produtor rural ou o camponês entende-se todo aquele que produz o alimento para a sua subsistência imediata e o excedente, sob a forma de mercadoria, através da comercialização (OLIVEIRA, 2007, p.40), sendo que dentro do sistema capitalista ele não cumpre o mesmo papel do capitalista, nem possui a mesma conotação de propriedade privada, “a propriedade não é a privada capitalista como se conhece na cidade - tem-se a casa cercada e o trabalho fora dela” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 66), isto é, para as autoras no meio rural, a terra e o trabalho não se separam, uma interdepende da outra.

Já o empregado rural, ou assalariado, surge durante o período de capitalização do meio rural através da proletarização rural, para que Tedesco e Carini citam que ao esgotamento das terras da região norte do Rio Grande do Sul passaram a visualizar “no horizonte das migrações para cidades, para espaços de outros estados ou permanecer no meio rural como agregados, diaristas, pequenos arrendatários, assalariado temporário e/ou permanente” (2007, p.45). Sendo assim, ao permanecer no campo esse empregado rural não possui os

² A Associação Rural representava os grandes proprietários de terra passo-fundense, tornando-se em 1965 o Sindicato Rural, entidade patronal do município, ver Picolotto (2011).

instrumentos de trabalho, fazendo assim com que haja a venda da sua força de trabalho para alguém que possui os instrumentos necessários para a efetivação do trabalho, adentrando assim o sistema capitalista, o trabalhador “para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 69).

Pelas fichas de filiação ao STR/PF nota-se que 92 dos filiados eram produtores rurais, 8 empregados, 2 aposentados e 79 não possuem dados- destes últimos se referem àquelas fichas de tipologia de pessoas que tentaram se filiar ao sindicato, mas já possuíam algum outro benefício ou as fichas não deixam claro como era a sua participação no sindicato, não tendo marcado a condição do associado na entidade na ficha de filiação, bem como não têm informações suficientes para sanar a incerteza. No gráfico abaixo consegue-se reconhecer visualmente que grande parte dos filiados ao STR/PF eram de produtores rurais.

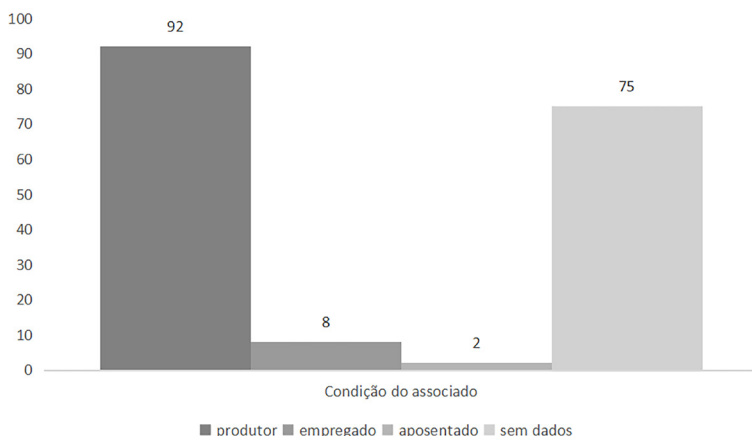


GRÁFICO 1. Condição do associado de 1962-1970 do STR/PF Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF

Percebe-se que a primeira década do STR/PF foi marcada por ter um foco na filiação de produtores rurais, visto que era neles que se encontrava uma maior abertura de contato pela Igreja Católica e pela FAG na cidade. Percebe-se que 92 filiados, do número de 177 fichas do STR entre os anos de 1962 a 1970 utilizadas para a amostragem, eram pequenos produtores rurais, isto é, possuíam a terra e cultivavam ela. Por isso, apenas 8 filiados da amostragem de dados eram empregados ou assalariados rurais, isto é, trabalhavam no meio rural, mas não necessariamente possuíam a terra.

Dessas 92 fichas catalogadas como produtores rurais, 68 fichas apresentam que o produtor rural é também proprietário rural, isto é, ele possui a terra, a qual não é dividida com outros produtores, produzindo nessa terra alguma atividade agropecuária; 10 fichas apresentam que o produtor é arrendador, fazendo com que este ceda o imóvel rural em arrendamento para algum outro produtor, através de aluguéis; 12 fichas são de arrendatário, o qual ao contrário do arrendador, é aquele que recebe um arrendamento de terra/ aluga um terreno; 2 fichas são de parceiros, este diferentemente do arrendador, ambos cuidavam da terra ao mesmo tempo. Para melhor análise do sujeito filiado ao STR/PF abaixo cita-se dois casos:

Nº da ficha	Condição do associado	Observação
1126	Produtor	Pagou em dia suas contribuições até 1980, tendo três dependentes ao STR, sendo parceiro de 20 hectares de terra, com 15 exploráveis, onde plantava milho, soja, arroz, trigo e feijão, tinha alguns animais como bovino, equino e ovino. Em seu nome consta uma casa de madeira, galpão, carroça e arado.
552	Empregado	Pagou em dia suas contribuições até 1979, tendo um dependente, empregado de Erelvino Augustin, recebendo um valor de 1300 mensal (dinheiro da época); nenhum tipo de criação e cultura. Em seu nome consta apenas a sua moradia.

QUADRO 1. Produtor rural e assalariado rural: suas particularidades. Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF.

Compreende-se que, tanto o pequeno produtor como o empregado rural pagavam as suas contribuições em dia e de mesmo valor, mesmo que não recebessem um valor igual mensalmente. Percebe-se que o produtor tem uma pequena propriedade de terra em parceria, o qual planta produtos para a sua subsistência ou para a venda local, tendo algumas criações que, provavelmente, eram utilizadas para o seu consumo, o de sua parceria e o restante para a venda na região de Passo Fundo. Como implementos agrícolas nota-se apenas a carroça e arado, não tendo assim um grande implemento agrícola.

O empregado apresentado no quadro, pagava suas contribuições em dia, justamente pela necessidade de atendimento médico-odontológico proveniente desses pagamentos. Além disso, ele recebia um valor fixo, não tendo nenhum tipo de criação e cultura, sendo assim, pode-se compreender que o foco desse empregado rural no STR/PF era de justamente conseguir com que ele e seus dependentes tivessem condições de ter atendimento odontológico, médico e aposentadoria, como citado no trabalho de Zanella (2003) quando os assalariados rurais adentraram ao sistema sindical.

Outro ponto relevante de analisar sobre o filiado ao STR é o gênero. Percebe-se que a CONTAG, bem como os sindicatos próximos dela, na década de 1960, não tinham uma participação efetiva das mulheres, as mesmas participavam pela relação matrimonial, ou seja, pelo vínculo do marido ou de seus pais, ou se sindicalizavam quando não possuíam nenhum membro do sexo masculino na sua família. Para essas mulheres nesse momento

a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o

reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva (CARNEIRO, 1987, p.12).

Nota-se que, a CONTAG e os STRs não tinham nenhum impeditivo legal de filiarem mulheres a sua categoria. No entanto “diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres” (CARNEIRO, 1987, p.13). Sendo que por conta disso foi aprovado “pelo IV Congresso da CONTAG de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicasse a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina” (CARNEIRO, 1987, p.13). Salienta-se que essas articulações com as mulheres, bem como as lutas femininas, vão estourar mais precisamente na década de 1980, justamente no período de redemocratização e de ampliação das lutas das mulheres no Brasil como um todo.

No caso do STR/PF, sindicato analisado neste capítulo, percebe-se um número bem distinto entre homens e mulheres, sendo mais de 93% dos filiados na amostragem da década de 1960 são do sexo masculino, enquanto apenas 6% correspondem a mulheres. Entre essas mulheres, vale destacar que das 12 fichas catalogadas, 10 pertencem a mulheres viúvas e 2 a mulheres solteiras, isto é, as 12 mulheres sindicalizadas no período não tinham nenhum vínculo com homens no momento de sua filiação, inclusive pode-se analisar que em muitos casos antes do falecimento de seu marido, ele era filiado ao STR/PF, sendo assim, a propriedade permanecia vinculada ao STR, através da filiação da viúva.

Destaca-se ainda, a parte nuclear da família para a filiação ao sindicato, como o caso da família Rosso. A família mesmo sendo

de parentes distantes, isto é, tios, avós e primos de avós, todos se filiaram ao STR/PF entre os anos de 1964 e 1965. Eles residiam no mesmo distrito de São Roque, tendo seus filhos como dependentes familiares e trabalhavam na mesma área da família que ao todo compreendia 35ha.

Percebe-se assim, que quando um dos familiares se filiava ao STR/PF a família, também o fazia. Frisa-se que por muitas vezes a importância de estar sindicalizado era justamente pela possibilidade de auxílio aos seus dependentes, seja através do fundo de assistência médica, pela possibilidade de descontos nas escolas particulares, ou convênios para exames médicos.

Em suma, os sindicatos dos trabalhadores rurais abarcavam para si as políticas assistenciais para que o filiado permanecesse na entidade, bem como para que os demais agentes locais do campo não assumissem essa bandeira para si. Mesmo que se perceba “que com a oferta de serviços assistenciais os sindicatos estavam se tornando órgãos de assistência paternalista, era forçoso reconhecer que esses serviços se tornavam de vital importância para os agricultores e para a vida dos sindicatos que prestam esses serviços” (PICOLOTTO, 2011, p.112).

Em consonância, Heller da Silva propõem em sua tese que esta ideia assistencialista presente nos STR vieram justamente da sua criação pela Igreja Católica, e foi o principal foco dessa entidade durante o período da ditadura militar, “a ética cristã que prega a bondade, a caridade, a filantropia – ‘fazer o bem ao próximo’ – traduziu-se, assim, em linguagem sindical, na busca da ‘assistência’ ao campesinato” (2006, p.331), sem criar indivíduos com autonomia, mas sim que esses ficassem submetidos ao sindicato, a igreja e ao militarismo.

mesmo que se reconheça estes avanços no que se refere à legislação, à criação de uma representação dos trabalhadores rurais e à oferta de serviços assisten-

ciais através dos sindicatos, fica evidente que os trabalhadores rurais receberam a concessão de alguns direitos do Estado (fundamentalmente assistenciais), mas não adquiriram autonomia para construir e proporem seus próprios projetos políticos ou questões de maior porte. Foi aceita a sua organização em sindicatos desde que adequados aos padrões de enquadramento profissional estabelecidos pela legislação- pequenos produtores e assalariados rurais (PICOLOTTO, 2011, p.113).

Esse assistencialismo era concebido na entidade pelo pagamento do fundo de assistência médica, onde o filiado quitava uma parcela anualmente e ao realizar o atendimento pagava um valor menor ao do atendimento normal, através dos convênios com médicos, dentistas e hospitais. Nota-se assim que, o valor pago além do fundo de assistência médica anual era baixo, por isso grande parte dos pequenos produtores rurais de Passo Fundo procuravam o STR/PF para encontrar assistência médica.

A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA DÉCADA DE 1960 EM PASSO FUNDO/RS

O norte do estado do Rio Grande do Sul sempre foi marcado pela pequena propriedade rural e na década de 1960 isso não é diferente. Segundo Mantelli, entre os anos de 1940 a 1996, “A metade norte possui mais de 75% dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul. Além disso, do total de pequenas propriedades no estado, em torno de 80% situam-se nesta porção do Estado” (2009, p.8).

Salienta-se que o presente capítulo compreende por propriedade rural aquelas propriedades individuais onde a “economia agrária adotou a continuidade do modelo do proprietário explorador de ati-

vidade econômica. A economia agrária centrou-se na figura da pessoa que exerce a atividade econômica e não na constituição de entidade ou sociedade empresária” (BORGES, 2019, p.251). Nessa perspectiva, frisa-se que o presente capítulo aborda a propriedade particular individual, isto é, de uma pessoa física e sem conglomerados.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerada uma pequena propriedade rural aquele imóvel que contém entre 1 a 4 módulos fiscais, sendo que o valor do módulo muda para cada região do país³. No caso de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, o valor do módulo fiscal é de 16 hectares. Logo uma pequena propriedade rural nessa região possui entre 16 a 64 hectares.

Além disso, é considerada uma média propriedade é aquela em que o imóvel rural contenha mais de 4 até 15 módulos fiscais, um minifúndio aquela que possui uma área inferior a 1 módulo e uma grande propriedade aquela que possui mais de 15 módulos fiscais. É importante ressaltar que, além de depender da região do país para mudar o número correspondente ao módulo, também se analisam as condições da propriedade, isto é, o quanto ela pode ser explorada, qual o tipo de agricultura, enfim, mudanças fundamentais para analisar uma pequena propriedade rural.

No gráfico abaixo é apresentado a propriedade rural dos filia- dos ao STR/PF entre os anos de 1962 a 1970. Contata-se, no entanto, que apenas 88 fichas da amostragem para este trabalho apresentaram qual era o tamanho de sua propriedade e suas particularidades.

³ Módulo rural é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, e que permite estabelecer uma comparação mais adequada entre os imóveis rurais, levando em consideração outros atributos do imóvel, além de sua dimensão. A classificação em módulo foi definida pela Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, sendo que a Tabela Índice Básico utilizada foi a de 2013. No entanto, a escolha foi feita pela falta de classificação das propriedades rurais correspondente ao período do estudo.

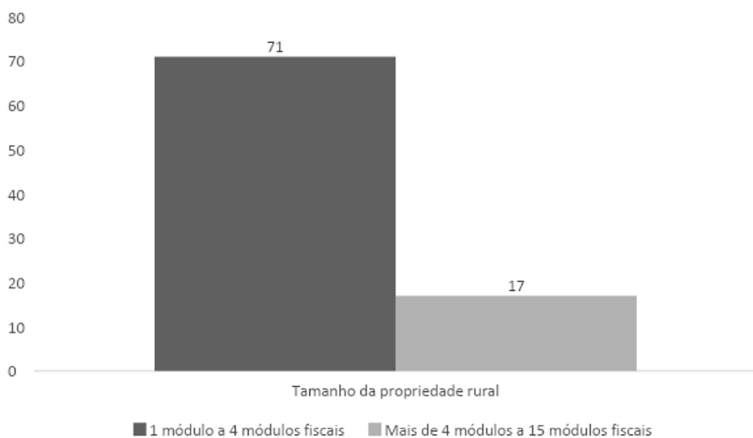


GRÁFICO 2. Tamanho da propriedade rural dos filiados ao STR/PF (1962-1970) Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF.

Evidencia-se que as 71 das 88 fichas da amostragem coletadas de propriedades rurais vinculadas ao STR, entre os anos de 1962 a 1970, são de pequenas propriedades rurais, isto é, com menos de 4 módulos fiscais ou menos de 64ha. Nelas a produção volta-se ao consumo do núcleo familiar e para abastecimento da região de Passo Fundo. Um caso comum encontrado é o de Antonio Lago, ficha número 1079, que além de possuir uma propriedade de 18ha., arrenda para o seu pai metade dessa propriedade. Como relatado anteriormente, grande parte dos filiados ao STR/PF possuíam parcerias, arrendamentos, ou eram vinculados aos seus familiares dentro da propriedade rural pertencente ao filiado.

Apenas 17 propriedades possuem o tamanho de uma média propriedade rural, isto é, entre 4 a 15 módulos fiscais, ou entre 64ha. a 240ha. Um caso de exceção encontrada, é de Benta Chaves Pereira, ficha número 664, proprietária rural de uma média propriedade de 120ha., desligada do STR/PF em 1978, pois além de ser associada

ao Sindicato Rural, possuía empregados e uma grande produção não condizente com a filiação ao STR/PF. Percebe-se, no entanto, que Benta foi a única a ser desfilhada do STR por esse motivo, mesmo que outros proprietários de terra, principalmente de média propriedade, também, tivessem vínculos empregatícios e produções de larga escala. De maneira geral, não foram encontradas na amostragem da pesquisa fichas com filiados que tivessem propriedades consideradas minifúndios ou grandes propriedades, segundo o INCRA.

Além da compreensão do que é uma pequena propriedade rural na região norte do Rio Grande do Sul, é importante analisar onde estava localizada essa pequena propriedade rural dos filiados ao STR. Abaixo no Mapa 01, localiza-se os distritos do Município de Passo Fundo, em 1962 – 1970, compreendendo os distritos pertencentes ao município.



MAPA 1. Abrangência do Município de Passo Fundo 1962-1970 Fonte: STR/PF, elaboração de Alex Antônio Vanin.

O STR/PF atendia todo o município de Passo Fundo, e entre os anos de 1962 a 1970 abrangia como distritos: Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Coxilha, Ernestina, Pulador, Rio Teilha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco. Salienta-se, que durante a década de 1960 os distritos vão se desmembrando, tornando-se municípios ou pertencentes a outros, como é o caso da criação de Ciriaco e David Canabarro, antigo distrito Trinta e Cinco; além da criação do município de Sertão com o território do antigo distrito de Sertão mais uma parte do distrito de Coxilha.

Evidencia-se na amostragem de fichas que a maioria dos filiados ao STR/PF estavam presentes no distrito de sede, Passo Fundo, com 109 residências/residentes, seguido por Ernestina com 22, Bela Vista e São Roque, sendo que cada uma tinha 16 moradores filiados e com menor número em Ametistas e Pulador, ambos com 4 filiados residindo no distrito. Nesse sentido, percebe-se que um considerável número de filiados estava presente na sede do distrito, Passo Fundo, provavelmente por ser mais perto da sede da entidade; estar mais vinculada ao centro do município.

CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE EM PASSO FUNDO (1962-1970)

O pequeno produtor rural de Passo Fundo, por meio do STR/PF, buscou a modernização da sua propriedade, através de investimentos agrícolas e do estudo de técnicas para aproveitamento da plantação. No caso do Rio Grande do Sul dois fatores são considerados básicos para compreender o surgimento da indústria e dos implementos agrícolas, “o crescimento das lavouras de trigo e arroz no período de 1950-1960 e a implantação, em nível nacional, da indústria de tratores em 1960” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.112).

Contudo, precisa-se frisar que os implementos dos pequenos proprietários de terra, principalmente, os filiados ao STR/PF, não eram implementos como os dos grandes proprietários da região,

a modernização da agricultura implementada na década de 1960 no estado do Rio Grande do Sul deu ênfase ao processo de concentração fundiária. Os altos investimentos no setor agropecuário favoreceram uma pequena parcela de grandes agricultores e empresários rurais, que tinham como objetivo expandir a produção de trigo e soja, aumentar as exportações e “modernizar” o campo, com a inserção de máquinas, implementos agrícolas, biotecnologias entre outros (ALVES; SILVEIRA, 2008, p.158).

Para auxiliar a modernização e a dita Revolução Verde imposta ao Brasil rural, surgem, principalmente na região norte e noroeste do Rio Grande do Sul, um complexo industrial de implementos agrícolas, o qual aparece para adaptar e realizar a manutenção adequada de equipamentos importados, além de se especializar “na fabricação de implementos agrícolas como arados, grades, plantadeiras, na época, equipamentos sem muita tecnologia embarcada e, muitas vezes, uma adaptação dos produtos importados” (ALVES; TEDESCO, 2016, p.267).

Nesse sentido, percebe-se abaixo que os implementos agrícolas dos pequenos produtores rurais, em sua maioria, são simples, com pouca inovação, diferentemente, dos médios e grandes proprietários de terra, os quais vão importar das empresas de grandes implementos agrícolas, sendo no caso do município de Passo Fundo a Semeato, Stara, Jan, Max e Gihal.

Produção	Nº de propriedade
arado	42
carroça	28
grade	15
trator	12
semeadeira	9
trilhadeira	5
inchada	4
capinadeira	3
plantadeira	3
ceifadeira	2
rebocada	1
caiota	1
pulverizador	1

TABELA 1. Implementos agrícolas dos filiados ao STR/PF (1962-1970) Fonte: elaboração da autora, através dos dados fornecidos pelo STR/PF.

Percebe-se que os pequenos produtores rurais filiados ao SRT/PF possuíam poucos implementos agrícolas e implementos simples, sendo o arado, a carroça e a grade os mais utilizados. Nota-se, também, a dicotomia de tempos dos agricultores, enquanto poucos apresentavam pulverizador, ceifadeiras, plantadeiras e trilhadeiras, muitos produtores possuíam implementos mais antigos, como é o caso do arado e da carroça. Assim, constata-se que enquanto alguns estavam utilizando mecanismos modernos e inovadores, outros estavam ainda com implementos da Idade Média.

Salienta-se que, por mais que o sindicato auxiliasse na compra de implementos a maioria dos filiados ainda buscava meios mais simples para sua produção. Nesse sentido, a agricultura do estado do Rio Grande do Sul optou por um processo de modernização em suas lavouras- principalmente nas grandes propriedades, aquelas que conseguiam arrendamento- “calcado na utilização de máquinas e implementos agrícolas e que esse processo se consolidou na expansão de formas capitalistas de produção, mescladas com formas pretéritas e familiares de pequenos camponeses, das lavouras de arroz, trigo e soja” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.118 e 119), isto é, existiu uma modernização do campo, mas essa forma ainda era auxiliada a uma forma mais antiga de produção, principalmente nas pequenas famílias rurais.

No caso dos pequenos produtores vinculados ao STR/PF, como citados acima, a modernização não veio efetivamente da compra de implementos agrícolas, como os grandes proprietários fizeram, mas sim de técnicas de aprimoramento. Nota-se que, apenas os proprietários de uma média propriedade conseguiram de fato implementos agrícolas mais modernos, como por exemplo, o caso do produtor rural Otamar Weler, ficha número 1036, o qual possuía 72ha. e apresentava como implemento agrícola um trator, um arado, uma grade, uma semeadeira e um pulverizador.

Em dessemelhança, Arlindo Cardoso Vargas, ficha número 119, abrangia uma pequena propriedade de 19,5ha, a qual arrendava metade com Raimundo Nickeman, e contava apenas com um arado para auxiliar sua produção. No caso do STR/PF, percebe-se que apenas as médias propriedades conseguiram adquirir implementos mais modernos e inovadores para a auxiliar e acelerar a produção, como é o caso dos exemplos citados acima.

Salienta-se ainda sobre a caracterização dessa propriedade rural é marcada pela produção de diversos alimentos na região norte

rio-grandense, sendo que a maioria das propriedades apresentavam produções diversificadas, sendo principalmente para a sua alimentação e a venda do excedente na região de Passo Fundo. Em relação a criação de animais, percebe-se que poucos filiados tinham criações de animais entre os anos de 1962 a 1970, apenas 71 fichas apresentam alguma criação. Sendo que, na grande maioria dos casos os animais eram para a alimentação do produtor ou de seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa estruturou-se no sentido de compreender o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1970), identificando e caracterizando os primeiros associados e a propriedade da terra desses pequenos produtores rurais. Nela analisamos que o STR e o seu filiado tinham uma relação intrínseca, sendo que ambos necessitavam um do outro para permanecerem ativos e com os seus direitos garantidos. Percebeu-se que os filiados eram em sua grande maioria produtores rurais, homens e ao se filiarem ao sindicato procuravam trazer o seu grande núcleo familiar para dentro do sindicato também.

Referente a pequena propriedade rural e a sua caracterização, percebe que grande parte dos filiados ao STR possuíam pequenas propriedades rurais, isto é, até 64hac, localizados entre os anos de 1962-1970 nos distritos de Passo Fundo Ametistas (Campo do Meio), Bela Vista, Ciriaco, Coxilha, Ernestina, Pulador, Rio Telha, Sertão, São João Bosco, São Roque e Trinta e Cinco, tendo na sua maioria terreno no distrito sede.

Salientasse ainda que a chamada modernização efetiva deu-se com o surgimento dos “granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias,

os comerciantes urbanos, a população urbana, as modernidades do lar” (TEDESCO; SANDER, 2005, p.123) e os hábitos de convivência. Isto é, não se mudou a estrutura fundiária, a concentração de terra, e a saída do campo, mas sim as relações e a sociabilidade. O pequeno produtor rural filiado ao STR/PF, não modernizou a sua propriedade comprando máquinas e implementos agrícolas. Contudo, pode se dizer que modernizou as relações sociais existentes, através da relação de arrendamento, de comércio, de posse, enfim, da mudança social surgida na década de 1960, além de modernizar a propriedade através de novas técnicas agrícolas.

Em relação ao plantio e cultivo, percebemos que a maioria das propriedades possuía uma produção voltado a subsistência ou a venda local, tendo como principais colheitas a da soja, milho e trigo; e as principais criações bovinos, suínos e aves, mas sempre com pouca quantidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, [S.L.], v. 21, n. 45, p. 257-281, 15 ago. 2016. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v21i45.6187>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306126969_A_revolucao_verde_e_a_modernizacao_agricola_na_mesorregiao_noroeste_do_Rio_Grande_do_Sul_-_19601970. Acesso em: 20 set. 2020.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 30, p. 149-172, jan. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8861>. Acesso em: 19 set. 2020.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ações políticas e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

BORGES, Alexandre Walmott. *O Castigo de Latona: as estratégias da ditadura militar para os direitos sociais do trabalhador rural: do estatuto do trabalhador rural do governo João Goulart, de 1963, ao estatuto do trabalhador rural de Emílio Médici, de 1973*. 2019. 572 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29224/4/CastigoLatonaEstrategias.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/21/23>. Acesso em: 12 set. 2020..

HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Editora, 2006.

MANTELLI, Jussara. ORGANIZAÇÃO NO MEIO RURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL. In: 12º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Anais [...]*. Montevideo: Observatório Geográfico América Latina, 2009. p. 1-13. Disponível em: <http://observatorio-geograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/14.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020..

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA*. São Paulo: Fflch, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O CAMPONÊS E O TRABALHO: analisando a importância do excedente social. *Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho*, S.L., v. 11, n. 1, p. 64-76, jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1705/1647>. Acesso em: 20 set. 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Social Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TEDESCO, João Carlos. CONFLITOS DE INTERESSES E TUTELA CAMPONESA: O ASSOCIATIVISMO CATÓLICO NO RS – DÉCADAS DE 1950 E 1960. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História*, Maringá, v. 15, n. 1, p.147-176, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305525027009.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TEDESCO, João Carlos. Os campos político e religioso na “questão da terra” no Rio Grande do Sul o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960: o sindicalismo rural nas décadas de 1950 e 1960. In: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF, p. 284-320.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: Est Edições, 2007.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho- 1937 a 2003: semelhanças e diferenças entre o processo nacional e o regional*. 2003. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

FONTES

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/RS. Fichas de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/RS (1962 a 1970).

IX

A UTILIZAÇÃO DOS AGROQUÍMICOS EM SOLEDADE/RS ENTRE 1989 E 1990

MÁRCIO COMIN

Os avanços da agricultura nas últimas décadas podem ser atribuídos a fatores como o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, as sementes melhoradas, modificadas e o amplo emprego da mecanização. A disseminação desse pacote tecnológico, esteve vinculado a expansão das ideias da Revolução Verde pelo mundo, ocorrida na segunda metade do século XX, sendo adotada no Brasil sob o estigma de modernização da agricultura.

Esse processo modernizador para o campo brasileiro, tinha como premissa geral, a necessidade de aumentar a produção e a produtividade das lavouras, pois no entendimento do governo brasileiro, o campo estava atrasado, produzindo de forma obsoleta frente a outros países e sem nenhuma cultura de destaque para a exportação, haja vista que, em outros momentos históricos, predominaram culturas voltadas para o mercado externo, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Nessa perspectiva, o atraso do campo poderia ser

superado, de acordo com a visão governista, com a introdução de métodos mais modernos que promovessem o desenvolvimento da agricultura através de novas tecnologias que prometia trazer o progresso para os agricultores.

As modificações trazidas pela modernização agrícola, ocorridas a partir da segunda metade do século XX, puderam ser sentidas também no município de Soledade/RS, observando suas especificidades. É possível constatar que as transformações na agricultura, com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, foram, aos poucos sendo integradas na realidade local. O uso de agroquímicos foram peça fundamental no controle de pragas, doenças e na fertilização das áreas de cultivo. Notamos que o uso desses insumos modernos foram se popularizando na referida cidade. Isso se deveu ao trabalho da extensão rural, aos projetos e campanhas articulados pelo Estado e ao papel desempenhado pela imprensa jornalística, que se empenhou em noticiar as novas tecnologias disponíveis.

Feito essas considerações, destaca-se que o objetivo central desse artigo é interpretar como o jornal *Folha de Soledade* noticiou a utilização de agroquímicos nas lavouras de Soledade/RS entre os anos 1989 e 1990. Partimos de uma questão problematizadora que buscou responder como o jornal se posicionou diante dos impactos ambientais causados pela ampliação do uso dos agroquímicos nas lavouras?

Justifica-se a importância dessa pesquisa, como forma de ampliarmos a compreensão da história rural na região, através da interpretação das fontes jornalísticas que demonstram a relevância da atividade agrícola no município. Portanto, trata-se de uma oportunidade para colaborar com os esforços na pesquisa histórica, contribuindo para estender o conhecimento sobre a história local e regional. Não obstante, a cidade de Soledade/RS tem especial interesse para o pesquisador que, atualmente, trabalha como professor em es-

colas do campo e teve a família vinculada à produção agrícola. Sendo assim, viveu e presenciou o trabalho e as dificuldades do dia a dia do homem e da mulher rural, testemunhou a perda das propriedades rurais familiares ao longo dos anos 1980 e 1990 e agora, considera a oportunidade de compreender historicamente esses eventos regionais a partir de sua inserção no quadro mais amplo das transformações da produção agrícola em âmbito nacional.

Quanto à metodologia empregada para interpretação das fontes de imprensa, utilizou-se a análise de conteúdo, a qual possibilitou a interpretação quantitativa e qualitativa dos dados. Em termos teóricos conceituais, a escolha foi pela abordagem da História Ambiental, a qual nos traz elementos para articular o resultado da pesquisa com a interpretação do processo histórico em foco.

Como fonte principal para a pesquisa, está o jornal *Folha de Soledade*, no qual pudemos acessar informações que nos auxiliaram a recompor o processo de modernização da agricultura em Soledade. Disponível na forma impressa no Arquivo Histórico Municipal e no geral, se apresentavam em um bom estado de conservação. Também se utilizou a História Oral, que possibilitou reconstruir a memória, partindo do ponto de vista daqueles homens e mulheres que viveram o processo de modernização da agricultura.

OS JORNAIS COMO FONTE DE PESQUISA

A utilização de fontes jornalísticas como *corpus* documental para a pesquisa no campo da História é um fenômeno relativamente recente e que vem ganhando espaço cada vez mais amplo entre os pesquisadores. Nesse sentido, podem utilizar uma gama variada de informações disponibilizadas por acervos espalhados pelo país. Uma parte desses, podem ser acessados livremente de forma remo-

ta através do uso da rede mundial de computadores, facilitando o acesso entre pesquisador e fonte. Por outro lado, é comum a necessidade de agendamento e o deslocamento até os locais onde se encontram os acervos.

Enquanto objeto do estudo, ou mesmo como fonte de pesquisa, os jornais têm fornecido muitos subsídios à História com uma quantidade extensa de edições que desde o século XIX foram produzidas em nosso país. Variando de jornais locais, regionais, especializados, militantes, de humor, entre outros, os jornais podem ser estudados por meio da análise de suas mais variadas sessões: editoriais, colunas, artigos de opinião, cartas dos leitores, comunicações oficiais; dentre diversos outros campos conforme a configuração editorial encontrada, permitem ao Historiador a possibilidade de análise de um campo vasto, conforme o recorte a que a pesquisa se propõe a estudar (FERREIRA LEITE, 2015, p. 4).

O acesso as fontes jornalísticas têm proporcionado a disseminação cada vez maior do conhecimento histórico tornando-se comum sua utilização em trabalhos acadêmicos variados. Trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado que explicam não só a sua importância como documentação de pesquisa como sua importante contribuição para o registro da própria História do Brasil.

Como apontam Ana Luiza Martins e Tânia de Luca (2006, p. 8) “os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”. Para as autoras “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente”.

A tendência no crescimento do uso dos jornais, vincula-se à inovação de novas metodologias e abordagens que os historiado-

res passaram a adotar. Em nosso país, tem como marco a década de 1970, período em que emergiu novas perspectivas na incorporação de “de novos problemas, objetos e abordagens e redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano” (FERREIRA LEITE, 2015, p. 6). Esses novos olhares compõe a ampliação dos campos de pesquisa do historiador, que influenciados pela Escola dos Annales, posteriormente chamada de Nova História, pode superar as amarras que inicialmente ligava a História ao campo político e econômico onde levava-se em consideração, apenas documentos considerados oficiais (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 2).

Todavia, essa trajetória da ascensão dos jornais como fonte de pesquisa histórica também é marcada por questionamentos. Como aponta Tânia de Luca:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (2005, p. 112).

Além disso, até o início do século XX, era possível identificar posições opostas quanto ao uso de jornais como fontes históricas. Para Capelato (1988, p. 21) “os historiadores brasileiros assumiam posturas distintas com relação ao documento jornal: O desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou, o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”. Essa tendência permaneceu latente até as últimas décadas do século XX.

O posicionamento limitante do uso dos jornais como fonte até então, esteve atrelado a ideia de que esse veículo de comunicação retratava as ideologias e os interesses econômicos, políticos enfim, a dimensão dos valores de determinada parcela da sociedade que detinha esse meio para divulgar, a seu modo, seus pontos de vista sobre os variados aspectos do cotidiano, contribuindo para formação de um pensamento coletivo, pois como lembra Sônia Menezes (2012, p. 36) há “um complexo trabalho de sistematização e reflexão a qual estão submetidos os eventos antes de se tornarem objetos de apropriação através de sua escritura no espaço público”, ou seja, existe uma elaboração subjetiva daquilo que vai ou não ser noticiado.

Embora considerando a sua natureza tendenciosa, não se nega a importância da imprensa para o estudo da História do Brasil. Nesse sentido, argumenta Ferreira Leite (2015, p. 09) que “por meio dos jornais é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes”. A partir dos questionamentos e das novas possibilidades de pesquisa histórica utilizando novas metodologias dimensionados pela perspectiva da escola dos Anales, a imprensa tornou-se uma possibilidade rica e variada para a construção do conhecimento histórico. Para Kreniski e Aguiar:

As pesquisas realizadas na história abrem-se para novas possibilidades, tendo uma nova abordagem para

os acontecimentos históricos, estamos tratando agora da história de gênero, da criança, do operário das mulheres, não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história, é o partir do micro para o macro. E são estas modificações nos temas a serem abordados que remetem o historiador a novas fontes, a novos questionamentos e novas interpretações e reflexões por parte dos historiadores (2011, p. 3).

Sendo assim, o uso da imprensa jornalística como fonte de pesquisa, foi superando determinados preconceitos a qual esteve ligada, possibilitando novas perspectivas e ampliando o campo temático e documental para o historiador preocupado em reconstruir a História.

OS AGROQUÍMICOS NAS LAVOURAS DE SOLEDADE/RS

O jornal local *Folha de Soledade*, fonte histórica principal desse estudo, foi fundado em 1984 por Paulo Diógenes Quevedo Borges, que além de proprietário foi o editor do veículo de comunicação até 1997. Além disso atuou como radialista e diretor por mais de 30 anos da Rádio Cristal de Soledade. Envolveu-se na política, onde foi vereador, assessor e chefe de gabinete. Trabalhou também como professor universitário e da rede estadual de ensino, editou obras voltadas para a história local, sendo um dos fundadores da Academia Soledadense de Letras.

Trata-se de um jornal por assinatura que se encontra em funcionamento, com edições semanais e circulação local chegava a alguns municípios vizinhos e se destinava a uma gama variada de leitores. As notícias presentes no recorte temporal estudado, apresentaram uma multiplicidade de temas em que podemos observar a ocorrência de propagandas, anúncios, notícias informativas, reportagens com teor

político, econômico e cultural e alguns artigos de opinião. Portanto trata-se de um veículo de comunicação de temática livre (SILVA; FRANCO, 2010, p. 7), ou seja, abrangia vários gêneros textuais.

A análise a que nos propomos limitou-se ao período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1990, correspondente a um contexto histórico conturbado politicamente e de grave crise econômica em nível nacional. Desse modo, examinamos quarenta e oito edições da *Folha de Soledade*, sendo possível vincular dezesseis notícias ao nosso problema de pesquisa, porém, com intervalos espaçados que conferem um rol de narrativas fragmentadas e desconexas no que diz respeito a continuidade da notícia, tornando esse estudo bastante desafiador, no sentido de reconstrução da História.

Antes de passar ao quadro de análise do jornal especificado é importante estabelecer o conceito de agroquímicos utilizados nesse trabalho. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Lei Federal 7.802 de 11.07.89, os agroquímicos são definidos como:

Produtos ou agentes de processos físicos, químicos ou biológicos utilizados na produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagem e proteção de florestas [...] cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos (BRASIL, 1989).

Ou seja, são produtos que quando aplicados atuam no sistema agrícola modificando o sistema produtivo. De acordo com Peres, Moreira e Dubois (2003 p. 25), os agroquímicos podem ser enquadrados em algumas categorias, de acordo com o seu alvo sendo: fungicidas; usados no controle de fungos, inseticidas; realiza o controle de insetos, herbicidas; controlam as ervas invasoras, desfolhantes;

como indutores da queda das folhas e os fumigantes; que contêm químicos gasosos que combatem os insetos.

Ademais, esses agentes possuem potencial não apenas para atuarem no controle de pragas e ervas daninhas, mas também, representam perigo à saúde humana, animal e a contaminação do solo e mananciais. Foram classificados quanto a sua periculosidade ambiental em classes que variam de I a IV. Os produtos altamente tóxicos e prejudiciais à saúde e ao meio ambiente são considerados classe I e possuem, na embalagem, uma faixa vermelha. Os de classe II, considerados muito perigosos, com marcação amarela; Classe III, são produtos perigosos ao meio ambiente e saúde humana, sinalizados com a cor azul. Por sua vez, os de classe IV são entendidos como pouco tóxicos recebendo a cor verde (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003, p. 28).

Para Veiga (2007, p. 146) o modelo produtivo agrícola brasileiro baseia-se na utilização ampla de agroquímicos que foram introduzidos no Brasil na “tentativa de corrigir os problemas relacionados ao solo, prevenindo e eliminando as pragas que pudessem colocar em risco a produção. Buscava-se o aumento da produção e da produtividade” e complementa argumentando que o Brasil é atualmente o país que mais consome agrotóxicos no mundo, colocando em contato direto com esses produtos ao menos 12 milhões de pessoas em nosso país.

O jornal a *Folha de Soledade*, noticiou ao longo do período histórico pesquisado a utilização dos agroquímicos que se popularizaram na região de Soledade devido a modernização da agricultura. Esse processo que modificou a base técnica da agricultura, vinha ocorrendo desde pelo menos 1960, proporcionando aos agricultores o uso dos agroquímicos, como forma de melhorar as condições de produtividade da lavoura. Ao ganhar espaço no cotidiano dos agricultores,

sob a propaganda da Revolução Verde de desenvolvimento econômico e aumento da produtividade, o uso intensivo dos agrotóxicos proporcionou experiências negativas sob o ponto de vista ambiental.

Como informou o jornal pesquisado, no ano de 1989 houve uma denúncia, exposta nas páginas *da Folha de Soledade*, na qual um morador de Água Branca, interior do município, declara à Associação dos Engenheiros Agrônomos a contaminação de um rio chamado popularmente de *Taquara da Lixa*. Conforme menciona a reportagem de 25 de março de 1989, intitulada “Outro rio contaminado”, houve morte de peixes, caranguejos e tartarugas e um forte cheiro na água. Pontuou também que, nas comunidades do interior, a alocação dos recipientes de agrotóxicos constitui-se em um problema, pois não havia um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebia os vasilhames vazios, e que exalavam cheiro. Além disso, um agravante pois as águas desse rio eram utilizadas por moradores próximos para “dar água aos animais e até mesmo para a higiene pessoal”. A explicação dada pelos agrônomos quanto ao incidente é que “a grande maioria dos produtores rurais tem consciência dos problemas que podem resultar de um descuido na manipulação dos agrotóxicos e mesmo sendo maioria, sofrem pela minoria, que não acredita em preservação”.

No cerne da narrativa jornalística apresentada estão duas questões de fundamental importância para o entendimento da utilização dos agroquímicos as quais devemos atentar. A primeira, diz respeito a forma com que esses produtos são utilizados pelo agricultor. E na segunda, a destinação das embalagens vazias. Na visão expressa pelo jornal o incidente ocorrido que contaminou as águas do rio, deveu-se ao “descuido” do produtor rural, considerando também que se tratava de um grupo minoritário que foi capaz de produzir a contaminação da água e a morte de parte da fauna.

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado ou “descuido” era bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Colocava-se sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio, ao mesmo tempo que eximia o fabricante e a substância contaminadora. Contudo, como diz Garcia, tratava-se de uma explicação simplista, pois havia outros fatores determinantes para que houvesse contaminação por agroquímicos, sendo importantes, as variantes como o nível educacional, o acesso à orientação técnica, e uso de máquinas e equipamentos adequados (1996, p. 3).

Quanto a ser um grupo minoritário de agricultores que promoveu o incidente devido a inexistência de uma “consciência preservacionista”, maquiava o que era uma tendência à época. Ou seja, a captação da água de rios, riachos e sangas para a aplicação dos agrotóxicos era em geral um costume partilhado rotineiramente pelos agricultores. Nesse sentido, houve a intenção da Emater de Soledade em direcionar uma campanha de conservação do solo e do meio ambiente. Uma das ações realizadas entre esse órgão e a prefeitura municipal era a de colocar máquinas da prefeitura, como retroescavadeiras e moto niveladoras, para que os agricultores pudessem realizar a construção de açudes para captação de água para os pulverizadores (FOLHA DE SOLEDADE, 12 ago. 1989, p. 9).

Em novembro de 1989, no mesmo local, outra reportagem do jornal pesquisado estampava em sua capa: “Agrotóxico mata” reforçava a visão da culpabilidade do agricultor por acidentes com agrotóxicos. Segundo essa:

Sai ano, entra ano e a mesma coisa se repete, a região do Mormaço, é sem dúvida a mais afetada pela falta de controle e irresponsabilidade dos produtores rurais, os quais comprometem o meio ambiente com a contaminação por agrotóxicos. Henrique Hein

[...] é sem dúvida a pessoa que mais tem sofrido pela irresponsabilidade de outros agricultores que não obtiveram ainda a consciência da preservação. Pelo terceiro ano consecutivo, a propriedade desse produtor é invadida por resquícios de agrotóxicos afetando diretamente seus bens (FOLHA DE SOLEDADE, 16 nov. 1989, p. 1).

Na sequência da mesma reportagem, a *Folha de Soledade*, mencionava ainda que foram encontrados ao longo do leito do rio *Taquara da Lixa* e arredores, muitas latas e vidros de agrotóxicos, dentre os quais a Trifluralina, Scepter e Muracran. A Trifluralina, é um composto químico do grupo da dinitroanilina, indicada para o controle de ervas daninhas, assim como a herbicida Scepter pertencente ao grupo químico imidazolinoma (EMBRAPA, 1983, p. 34). Ambos são usados antes do plantio da soja e possuem classe toxicológica III (pouco tóxico), embora existia na bula de ambos a ressalva de que eram produtos perigosos ao meio ambiente, altamente móveis e apresentavam um alto potencial de deslocamento no solo, podendo atingir, principalmente, águas subterrâneas (DINITROANILINA; IMIDAZOLINOMA, 1989). Quanto ao terceiro composto químico citado na reportagem, não foi encontrada nenhuma referência na bibliografia pesquisada.

A Folha de Soledade, registrou que “os agrotóxicos tem sido a solução para a lavoura se usados de modo correto ajudam resolver o problema das pragas, doenças e ervas daninhas” (FOLHA DE SOLEDADE, 15 dez. 1990, p. 11) porém, no geral, a posição do veículo de comunicação remetia ao pensamento de que os agrotóxicos eram necessários ao desenvolvimento das lavouras, mas traziam problemas sérios a saúde humana, animal e ao meio ambiente. Na notícia divulgada em dezembro de 1990, acompanha uma caricatura

significativa com o título “Veneno continua a fazer vítimas”, conforme mostra a Figura 1.



FIGURA 1. Agrotóxico mata. Fonte: *Folha de Soledade*, 15 dez. 1990.

Nela, existem três personagens adultos, todos homens, e um deles está morto, deitado ao chão com velas ao redor. Segue um diálogo no qual se constatou como a causa da morte foi pela ingestão de água numa embalagem de agrotóxico. A hipotética situação chama a atenção para a discussão sobre destinação das embalagens

vazias e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. Revela, ainda, uma visão estereotipada do homem rural, remetendo a ideia de um agricultor leigo quanto aos perigos da reutilização de recipientes de agrotóxicos.

Como nos contou Madalena Maria dos Santos Telecken, agricultora de Posse Generoso, comunidade rural de Soledade:

Meu marido, depois que passava o veneno na lavoura, costumava trazer alguns galões para casa. Para nós, era útil porque dava para fazer baldes para tratar os animais. Então nós lavávamos bem, abria eles no meio para fazer de cocho para o trato, ou então, abria só a tampa em cima, assim, era possível carregar a comida dos animais e a água (2021).

O uso de embalagens de químicos para outros fins era praticado, principalmente com os galões de plástico. Entretanto, entre os relatos que recolhemos dos entrevistados, não há nenhum que mencione algum acidente relacionado a esse tipo de procedimento. Ou seja, que tenha causado contaminação de pessoas ou animais. O que pode estar ligado a problemática da contaminação por químicos no entender de Pimentel era:

A máquina de passar veneno que nós usávamos era uma Hatsuta, para puxar a água para encher, era uma bomba (motor) que fazia o serviço, ligada no cardã do trator. Quando nós acionávamos, começava a encher o tanque. e às vezes, quando o tanque estava cheio, a bomba era desligada e um pouco da água do cano voltava para a sanga (2021).

A opinião de Pimentel colabora para inferir que a contaminação nas águas de rios e sangas, poderia ser gerada pelo equipamen-

to utilizado pelo agricultor, no caso, o pulverizador. Dessa forma, nem sempre as máquinas e implementos, símbolos de eficiência no trabalho agrícola e um dos pilares da modernização da agricultura, garantiam a segurança ambiental.

Conforme Nodari et al. (2017, p. 82) a legislação era bastante permissiva com relação às intoxicações causadas a humanos e aos danos ao meio ambiente relacionada aos agrotóxicos; não existia nenhuma fiscalização quando aos procedimentos mínimos de segurança. Pontua-se, ainda, que o jornal, embora crítico ao uso de agrotóxicos, corrobora com o argumento da indústria. Colocou o agricultor no centro, como responsável pelos incidentes e desconsiderou os milhões de toneladas de agrotóxicos que eram produzidas e lançadas anualmente nas lavouras, como forma de atender uma agricultura de mercado que tem no lucro seu principal objetivo.

Entre 1980 e 1990, vários jornais em todo o país veicularam notícias sobre o uso de agrotóxicos e dos consequentes danos ao meio ambiente e à saúde humana. Isso ajudou a estimular a atenção de parte da população para os riscos da utilização de químicos à saúde humana (FORNECK; KLUG, 2018, p. 93). Em Soledade essa preocupação também foi motivo da realização de campanhas e orientações por parte do poder público e das entidades ligadas ao serviço de extensão rural. A Emater divulgou em reportagem na *Folha de Soledade*, uma lista de cuidados que o agricultor deveria ter ao manusear e aplicar os químicos, das quais, elenca-se algumas: “Observar atentamente o receituário agrônômico, não armazenar os agrotóxicos junto a alimentos ou a água e deixando longe do acesso de crianças; jamais reutilize embalagens vazias, utilize equipamentos de proteção na aplicação, procure não utilizar agrotóxicos em hortas” (15 dez. 1990, p. 07).

Da mesma forma, o poder público municipal, promoveu palestra com a professora universitária e enfermeira da Secretaria da

Saúde de Passo Fundo, Mara Regina Tagliari. O assunto em pauta eram as Anomalias Congênitas em crianças nascidas em Passo Fundo e região. O trabalho visou alertar a população em geral sobre as causas de tal enfermidade. Conforme apontou a reportagem, esse assunto era muito importante devido ao alto índice de má formação de crianças que nasciam no Hospital São Vicente de Paulo procedentes do meio rural. A notícia destacou os estudos realizados pela palestrante e sublinhou que “fizemos o levantamento de 300 casos de anomalias congênitas e dessas, 120 tiveram contato direto com agrotóxicos” (FOLHA DE SOLEDADE, 11 nov. 1989, p. 11).

Diante do aumento das intoxicações e de campanhas alertando sobre os cuidados com agrotóxicos, é oportuno salientar que a utilização de termos mais brandos como tratamentos e defensivos foram propagados. Nesse contexto, pontuamos que se tratava de uma estratégia da indústria de químicos em dissimular seus efeitos nocivos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Por outro lado, sugeria que essas substâncias protegeriam as lavouras. Daí derivam expressões como uso seguro ou racional dos agrotóxicos. As ideias benéficas difundidas criavam o falso pressuposto de que esses químicos eliminariam os riscos de contaminação. Por de trás desta retórica da ocultação, ajudou-se a propagar uma visão positiva desses produtos tóxicos, assim, os agricultores eram responsabilizados pelas contaminações, pois “não adotavam os procedimentos de segurança” (CARNEIRO, et al. 2015, p. 28-29).

Ao relatar sobre o uso de agrotóxicos, Morais, rememorou que:

Não gosto nem de lembrar das porcarias que a gente passava, eu e o meu irmão, o Elmo; é o mais velho, estávamos passando veneno no trigo, na frente da nossa casa e era um veneno em pó. Ia passando com aquela máquina manual para matar o pulgão, porque

dava muito pulgão no trigo e era um dia de vento forte. Meu irmão começou a respirar aquele pó; eu lembro até hoje o nome, Perfekthion, era um resíduo de outros países, que não prestava lá e mandavam para cá para nós passar. Meu irmão saiu lá de fora, chegou no hospital em Soledade quase morto. O médico daqui tinha atendido um rapaz com o mesmo problema, era o Perac Valandro, filho do finado João Valandro, ele tratou o meu irmão que teve de ser entubado e conseguiu salvar o Elmo. Conseguiu salvar meu irmão que é vivo até hoje. Têm 66/68 anos, mas ficou com sequelas para o resto da vida. É assim que a gente fazia porque não tínhamos instrução de uma pessoa que tivesse estudo sobre aqueles produtos químicos (2022).

O agrotóxico citado por Moraes, era um inseticida organofosforado de classe toxicológica I, extremamente tóxico, produzido pela Basf e causador de uma série de complicações à saúde, como irritação cutânea e ocular grave, potencialmente nocivo por inalação e ingestão. No que se refere ao meio ambiente, a bula afirma ser perigoso para a fauna, incluindo abelhas e outros insetos polinizadores. É um produto altamente móvel, podendo afetar áreas vizinhas e recomendava, ainda, que o agricultor não voltasse à área de aplicação até sete dias e após 15, poderia ir ao local usando equipamentos de proteção (PERFEKTHION, 2012). Esse exemplo contribuiu para mostrar o perigo a que estavam submetidos os agricultores que aplicavam os agroquímicos.

Pontuamos, ainda, que o jornal pesquisado, embora crítico ao uso de agrotóxicos, corroborava com o argumento da indústria. Colocava o agricultor como responsável pelos incidentes e desconsiderava os milhões de toneladas de agrotóxicos que eram produzidas e lançados anualmente nas lavouras, como forma de atender a uma agricultura de mercado, que tem no lucro seu principal objetivo.

O uso intenso de agrotóxicos em Soledade, principalmente nas lavouras de trigo, milho e soja, com destaque para a oleaginosa que em 1960, apresentou 80 hectares de área plantada e 84 toneladas colhidas (IBGE, 1960, p. 136), para 37.141 hectares de área plantada e 55.259 toneladas colhidas em 1985 (IBGE, 1985, p. 581), produziu, também, uma grande quantidade de vasilhames cujo descarte era problemático, trazendo perigo à natureza.

Anteriormente à década de 1990, não havia em nosso país uma legislação específica que orientasse o agricultor, quanto aos procedimentos para o descarte das embalagens de agrotóxicos. O que normalmente se fazia era a escavação de uma vala simples, onde esses objetos eram colocados. Essa forma de descarte era inadequada porque não existia proteção ao lençol freático ou aos mananciais hídricos próximos; os recipientes ficavam expostos ao sol e às chuvas. Quando o local estava repleto de embalagens, a vala era coberta com terra. Era comum, também, o acúmulo desses itens na propriedade, dentro de galpões ou mesmo ao ar livre, ou então, deixados na beira de sangas e rios.

As leis que regulamentaram a utilização de agrotóxicos são do final da década de 1980 e início dos anos 2000. Destaca-se a Lei nº 7.802 de 1989 que, entre outros pontos, dispunha sobre o transporte, armazenagem, controle, fiscalização, comércio, utilização, propaganda comercial, pesquisa e experimentação (REINATO, 2012, p. 85). Quanto à regulamentação das embalagens vazias de agrotóxicos, houve a alteração da Lei nº 7.082/89, através da Lei nº 9.974/2000 que, responsabiliza o agricultor, que deve realizar a tríplice lavagem, inutilizar as embalagens e guardá-las em local seguro, até a devolução no mesmo local onde comprou o produto (REINATO, 2012, p. 86).

A *Folha de Soledade*, ao assumir uma posição aberta e crítica com relação a utilização de agrotóxicos nas lavouras de Soledade,

também deixava espaço para reportagens que mostravam a possibilidade de uma agricultura alternativa. Nesse sentido, o jornal acolheu artigos de opinião e notícias gerais. Em um dos artigos, o engenheiro agrônomo Ângelo Ribeiro concedeu seu ponto de vista destacando a necessidade de uma agricultura que oferecesse outros caminhos:

O esquecimento de um dos princípios básicos da agricultura antiga, de que a praga é um indicador biológico, resultou num comportamento que está transformando a agricultura moderna em um veículo biocida (assassino da vida). O uso indiscriminado de químicos na lavoura, a derrubada de florestas, a agressão aos nossos solos causando a erosão e a destruição de nossa fauna e flora, depõe contra a moderna agricultura [...] sem esquecer que essa opção pela degradação da vida está a serviço do grande capital nacional e internacional (FOLHA DE SOLEDADE, set. 1989, p. 04).

Para reverter esse quadro, o autor do artigo citado apontava outros rumos à agricultura, indicando a “rotação de culturas, consorciação, cobertura verde consorciada a uma nutrição adequada à planta, evitando-se adubos químicos e priorizando os orgânicos”. Assim na visão do autor seria possível “modificar o esquema montado pelo capitalismo”, no sentido de que a agricultura dependia da química industrial para continuar produzindo o que “contrariava os ciclos da natureza”.

O jornal ainda destacou a novidade à época no controle da lagarta-da-soja destacando a possibilidade de um controle biológico que diminuiria a necessidade do uso de agrotóxicos. Tratava-se do Bâculovírus (*Baculoviridae*). Tecnologia criada na Embrapa Soja de Londrina na década de 1980 e utilizada pela primeira vez no Rio Grande do Sul na safra de 1981/82. Essa tecnologia consiste na apli-

cação de um vírus que ataca de forma seletiva a lagarta-da-soja permitindo o seu controle (SECCHI, 2002, p. 50).

Na reportagem exibida nas páginas da Folha de Soledade, ressaltava ser uma técnica simples, mas ainda pouco usada pelos agricultores locais. Apesar disso, a matéria reiterou os dados positivos dessa nova prática de controle de pragas; chamou a atenção para diminuição no uso de agrotóxicos se a nova técnica fosse posta em prática; para os efeitos satisfatórios realizados até então e para o manejo do produto em que se recomendou a realização de amostragem conhecida como “pano-de-batida”. O agrônomo citado na reportagem Ademir Corbelini, explicou que “quando houver uma média de até 40 lagartas pequenas (com até 1,5 cm) ou até 10 lagartas grandes (com até 5cm), por batida, é o momento certo para a aplicação do Bâculovírus” (18 nov. 1990, p. 3).

É preciso pontuar que a postura assumida pelo jornal, que destacou em suas páginas a possibilidade de os agricultores utilizarem uma agricultura alternativa, também deve ser pensada a partir do avanço do movimento ecológico no Brasil, em 1980. Nesse sentido a possibilidade de maior organização e comunicação dos movimentos populares com a abertura política e simultaneamente, o surgimento de grupos contestatórios à moderna agricultura e seus impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, tiveram influência na expansão das ideias em torno da agricultura alternativa (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 57-58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que os agroquímicos representaram um importante recurso para o desenvolvimento das lavouras,

estando associados ao pacote tecnológico da Revolução Verde que foram sendo difundidos pelo mundo com a internacionalização da agricultura. No Brasil, com o processo de modernização da agricultura, essa tecnologia ajudou a controlar as pragas e doenças e contribuiu para o aumento da produção e da produtividade agrícola, tendo a sua utilização se popularizado entre os agricultores locais no período estudado.

Em Soledade/RS, o jornal *Folha de Soledade* noticiou o uso dos agroquímicos, mostrando os impactos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, constatou-se que o semanário, no recorte temporal entre os anos de 1989 e 1990, apresentou um posicionamento crítico porque denunciou em vários momentos os problemas ambientais diretamente relacionados a eles, como a poluição da água, solo e a morte de animais, ao mesmo tempo, acolheu e publicou artigos de opinião e notícias que contemplavam a relevância dos agroquímicos para efetivação de um bom rendimento produtivo.

Pontua-se, ainda, que embora crítico com relação ao uso dos agroquímicos propagando ideias de uma agricultura alternativa, o veículo de imprensa analisado colocou o agricultor como principal responsável pelos incidentes que causaram danos ambientais, reforçando, portanto, o discurso da indústria química e ajudando a construir e estigmatizar a imagem de um agricultor leigo e inconsequente.

Ao findar esse trabalho de pesquisa, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida que juntamente Arquivo Histórico Municipal de Soledade, tornaram possível esse estudo, proporcionando novas possibilidades de entendimento sobre a agricultura local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei Federal 7.802, DF, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DINITROANILINA: Líquido. Responsável técnico Nortox S.A. Paraná: Nortox, 1989. *Bula*. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/trifluralina_nortox.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

DUBOIS Gaetan; MOREIRA Josino Costa; PERES, Serge Frederico. Agrotóxicos, saúde e ambiente: Uma introdução ao tema. In: MOREIRA, Josino Costa; PERES, Frederico. *É veneno ou é remédio: Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 21-43.

EMBRAPA. Informações sobre os herbicidas recomendados para a cultura da soja no RS e SC. Passo Fundo: Embrapa, 1983.

FERREIRA LEITE, Carlos H. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*, Araguainas, v. 7 n. 1, p. 3-17, 2015.

GARCIA, Eduardo. *Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1960* – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1985* – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

IMIDAZOLINONA: granulado. Responsável técnico Basf S.A. Rio de Janeiro: Basf, 1989. *Bula*. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/scepter_70_dg.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

FORNECK, Elisandra; KLUG João. A difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor: o papel das cooperativas agropecuárias. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 27, p. 84-110, jun. 2018.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR Maria do Carmo P. O jornal como fonte histórica: A representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. p. 1-14. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana L; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.

MENEZES, Sônia. A mídia, a memória e a história: A escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v.19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

NODARI; Eunice S.; NODARI, Rubens O.; CARVALHO, Miguel Mundstock X. de. Defensivos ou agrotóxicos? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan./mar. 2017.

PERFEKTHION: Concentrado emulsionável. Responsável técnico Basf S.A. Rio de Janeiro: Basf, 2012. *Bula*. Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/perfekthion.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

REINATO, Rosicler Aparecida de Oliveira; GARCIA Roberta Bonamichi Guidi; ZERBINATTI, Oberdan Everton. A situação atual das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil. *Engenharia Ambiental, Espírito Santo do Pinhal*, v. 9, n. 4, p. 079-094, out./dez. 2012.

SECCHI, Valdir Antônio. Baculovírus, mais do que uma grande descoberta: Uma revolucionária alternativa aos agrotóxicos. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural*, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 49-54, jul./set. 2002.

Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_alternat_ecolog.pdf. Acesso em 29 dez. 2021.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

VEIGA, Marcelo Motta. Agrotóxicos: Eficiência econômica e injustiça socioambiental. *Ciência e saúde coletiva*, Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 145-152, abr./jul. 2006.

FONTES

FOLHA DE SOLEDADE, Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.

Valdir Pimentel – Entrevista concedida a Márcio Comin em 19 nov. 2021. Acervo do pesquisador

Madalena Maria dos Santos - Entrevista concedida a Márcio Comin em 07 abr. 2022. Acervo do pesquisador.

MORAIS, Antônio Rui A. de. Entrevista concedida a Márcio Comin em 28 mar. 2022. Acervo do pesquisador.

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

ALEX ANTÔNIO VANIN

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Bolsista CAPES, na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade. Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). E-mail: alexvanin@hotmail.com.

ANDRÉA PAGNO PEGORARO

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Mestre em História pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). E-mail: apagnopegoraro@gmail.com.

ÁXSEL BATISTELLA DE OLIVEIRA

Doutorando em História na Universidade de Passo Fundo sob orientação da Professora Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado. Mestre em História pela mesma instituição e Integrante do Núcleo

de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). E-mail: axsel.o@hotmail.com.

CAROLINE DA SILVA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). Mestre em História pelo PPGH-UPF. Bolsista CAPES, na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade. Integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). E-mail: caroline.simionato@hotmail.com.

INDAIA DIAS LOPES

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Membro dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR/UPF) e do grupo: Movimentos, Lutas e Organizações Sociais: cultura política, estado e sociedade, da UPF. E-mail: in-daia_lopes@yahoo.com.br.

MÁRCIO COMIN

Possui graduação em História pela Universidade de Cruz Alta. Pós-Graduação Lato Sensu pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Gestão Democrática Escolar. Mestrado em História na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade da Universidade de Passo Fundo. E-mail: cominmarcio1@gmail.com.

MARIZETE GASPARIN ZENARO

Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Especialista em Ciências Sociais: História e Geografia pela Faculdade de Itapiranga; Mestre em História pela Universidade de


Passo Fundo; Graduada em Pedagogia com habilitação para Educação Especial; Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: 72254@upf.br

MAURÍCIO LOPES LIMA

Doutorando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH - UPF). Mestre em História pelo PPGH - UPF. Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). E-mail: mauricio.lima@ibiruba.ifrs.edu.br.

MILENA MORETTO

Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialização em Teorias e Metodologias da Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Secretária do GT História Rural ANPUH seção Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). E-mail: milenamoretto@hotmail.com.



A presente coletânea é fruto de um esforço conjunto dos doutorandos que fazem parte do corpo discente do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR), vinculado à linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na região norte do Rio Grande do Sul. A proposta de uma publicação organizada pelos discentes surgiu no final de 2019 em um dos encontros do núcleo, e foi abraçada pelos doutorandos e doutores vinculados. Seu principal objetivo é possibilitar a divulgação das pesquisas concernentes a diferentes temáticas abarcadas pela chamada História do Mundo Rural.

